

Sala c  
Est. 2  
Tab. 26  
N.º 25





COLECCÃO «CORREIO ELVENSE»

2.<sup>a</sup> SERIE

N.º 1

DOMINGOS LAVADINHO

1233

# O FORTE DA GRAÇA

HISTORIA E DESCRIÇÃO

20 II 2

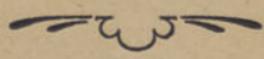
COM ILUSTRAÇÕES

ELVAS ♣ 1931

O FORTE  
DA GRACA

1233

DOMINGOS LAVADINHO



1792

O

# Forte da Graça

ESBOÇO DUMA MEMÓRIA  
HISTÓRICA E DESCRITIVA



SANTO ESPÍRITO PARA  
ROMULO DE CARVALHO



20 II 1932

RC  
MNET  
62  
LAV

ELVAS  
TIPOGRAFIA PROGRESSO  
MCMXXIX

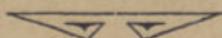
1729

Desta obra se fêz uma edição especial  
de seis exemplares, em papel de linho «Leorne F.»  
numerados e rubricados pelo autor

EDITOR  
Ernesto A. Alves e Almeida  
Rua do Forno, 33-A  
ELVAS



O FORTE DA GRAÇA





# INTRODUÇÃO

---

Não ha, nem póde haver recompensa mais doce, mais util, e mais gloriosa para quem escreve, que o bom acolhimento que os homens sisudos fazem de alguma composição que se lhes apresente. Este suffragio he a verdadeira coroa, e o verdadeiro premio.

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO.

*A despretençiosa monografia que constitue este modesto volumesinho, foi urdida com vários apontamentos, forrageados aqui e alem, para uso pessoal do autor, sem outro intuito que não fôsse o de recrear o seu espirito, em horas de ocio, difíceis de preencher com mais útil occupação.*

*Como ha sempre um maduro para aturar outro maduro e como algumas coisas interessantes pódem talvez existir neste trabalho, resolvemos publicá-lo.*

*Não é, como se verificará, um alarde de erudição. As próprias citações bibliográficas, que nelle constantemente se encontram, não teem o intuito de impôr o autor como dotado duma larga cultura livresca, que de facto não possui. Incluimo-las através da nossa árida e descolorida prosa apenas pela honesta intenção de indicarmos as fontes onde encontrámos as materias de que o livro tão cômesinhamente trata.*

*Haverá quem note que nos alargâmos por vezes em detalhes que á primeira vista parece que não dizem respeito ao assunto principal do livro. E para que se não julgue que iremos ser surpreendidos com tal prevenção, convem-nos declarar que não ha facto que não tenha a sua remota origem, que lamentâmos não podêr dar um*

quadro ainda mais amplo da época em que cada facto ocorreu e que é por essas compactas minúcias, que constituem o encanto da história dum país, que o leitor melhor poderá avaliar da razão e do porquê de certos acontecimentos que, narrados isoladamente, mal compreendidos seriam por quem não tem paciência nem vagar para os profunder.

Não sabemos se no decorrer da elaboração desta obra cometemos alguma gaffe. E' possível que sim. E, desta fórma, em vês dos habituaes despropósitos dos críticos esquentados, mais util se torna que dêla tenhamos conhecimento, quanto mais não seja, para nossa conveniência pessoal, visto que este livro, tão desprovido de valor, não irá ter a honra duma 2.<sup>a</sup> edição, já que a primeira é apenas um arrojado de publicidade dum ignorante curioso.

Se este esboço de monografia conseguir o fim patriótico a que se destina — o de vulgarisar a alta importância da nossa primeira obra de fortificação militar e o esforço titânico dos homens que a construíram — o autor dá-se plenamente por satisfeito.

Forte da Graça, 18 de Abril de 1929.

D. L.

M<sup>o</sup> I<sup>o</sup> e M<sup>o</sup> S<sup>r</sup>.

Antonio José Torres de Carvalho

Distinto bibliófilo  
Benemérito Elvense

Oferece

*O autor.*





Elvas e o Forte da Graça vistos do Forte de Santa Luzia

(De O UNIVERSO ILUSTRADO)





I



## Situação topográfica

**A** monumental fortalêsa, de que trata êste esboço de monografia, fica ao Norte de Elvas, numa colina conhecida pela designação de Serra de Nossa Senhora da Graça. O ponto culminante do Forte está a 38°, 53', 6 de latitude N e a 1°, 58', 1 de longitude E do meridiano de Lisboa.

Distando da cidade três quilometros ou umas 569 braças, (\*) tem sôbre ela muito comandamento, sendo, com os seus 388 metros de altitude acima do nivel do mar e uns 100 metros sobre o ribeiro do Cêto, um dos pontos mais elevados das proximidades de Elvas.

Sabido que as altitudes superiores a 1:200 e 2:000 metros só se encontram ao Norte do Tejo e que abstraindo de Marvão, com 862 metros e São Mamede com 1:025 metros, as altitudes superiores a 400 metros teem uma fraca representação ao Sul do país, pôde aquilatar-se da explêndida situação hipsométrica da Serra da Graça.

Na zona de maior altitude da região Norte do Alentejo — afinal, uma ramificação do sistema orogénico de Toledo — sobressai ainda a Serra de Portalegre com 629 metros no pico de Lés-Nordeste e 656 no pico do Noroeste. Mas nas imediações do Forte da Graça apenas á visinha colina designada pelo nome de Serra da Malefa se acusa a altitude de 450 metros. (b)

(\*) Segundo os Annaes de Elvas, do Dr. José Avelino da Silva e Mata, publicados no semanario A Voz do Alemtejo, Elvas, 1860 e 61, o Forte dista da cidade 1500 passos (a legua tem 3757 passos de 5 e meio pés).

(b) Marca-lhe esta altitude a Chorographia moderna do Reino de Portugal, de João Maria Baptista, tom. 1.º, cit. por Vict. de Almada. Na folha 26 da Carta de Portugal do Cons.º F. Folque aparece com a cota de 399 metros.

A parte alta da cidade, conhecida por bairro do Castelo e onde de facto se ergue este vetusto monumento, está assente numa elevada escarpa, denominada Costa de Vila Fria, que defronta a Serra da Graça. Repartindo as duas elevações corre «por um amenissimo vale, povoado de fresquissimo arvoredos, hortas e pomares,» (a) o ribeiro do Cêto ou de Chinchês.

Esta pequena mas histórica linha de água fórma, como adiante se verá, um dos afluentes da ribeira de Caia (b), que por sua vez vai desaguar no Guadiana, o grande rio que próximo, a pouco mais de duas léguas, constitue a fronteira natural de Portugal e Espanha.

O Caia (catorze leguas de curso) é nesta região o principal afluente do Guadiana e nasce na Serra de São Mamede.

Banha Alegrete, passa por Arronches e, já no concelho de Elvas, pela freguesia de Caia (que lhe deu o nome), tendo a sua fós na área da freguesia de Santo Ildefonso, tambem do concelho de Elvas. E' atravessado, por duas belas pontes, uma na estrada de Elvas a Campo Maior e outra na de Elvas á fronteira (Badajoz), e divide os dois países desde a freguesia de Caia até á sua fós. (c)

(a) P.<sup>e</sup> João Baptista de Castro, Mappa de Portugal, tom. I, Lisboa, 1762.

(b) Segundo suposição de Herculano o nome arabe Békayah deve ter sido o da actual ribeira de Caia.

(c) Era na ponte sobre o Caia, na estrada de Elvas á fronteira de Espanha, que se realisava, noutros tempos, a entrega official das pessoas das familias reaes que por motivo de casamento mudavam duma para outra nação. Vem a talho de foize dizer-se que foi neste histórico local que se recebeu, em Janeiro de 1729, a infanta espanhola Maria Ana Victoria, que vinha casar com o que foi depois D. José I e se entregou, como noiva do príncipe das Asturias, a princeza portugueza Maria Barbara. Por ocasião das cerimónias destes reciprocos casamentos realisou-se em Elvas, a cidade a que D. José I havia de mais tarde vincular o seu nome, com a construção do Forte da Graça, «as festas mais blausiveis desta idade». Diz o Dr. Franciseo de Paula Santa Clara, in-Deado da Sé de Elvas, Elvas, 1905, que «parecia que a riqueza do oriente se trasladava para esta marcial cidade . . . Erguia-se sobre o Caya um soberbo edificio de madeira, dividido em tres grandes salas, sendo a do centro fabricada por tal arte, que estando n'ella os dous monarchas com suas côrtes, cada qual tinha assento na parte dos seus dominios . . . As bênçãos nupciaes dos regios conjuges; as missas pontificaes nas duas cathedraes de Elvas e Badajoz; as visitas e banquetes reciprocos dos dous monarchas

São afluentes do Caia: os ribeiros de Arronches ou de Alegrete (quatro léguas), de Ninho de Açôr (duas léguas), de Algalé (três léguas) e de Caiola (duas léguas)

O ribeiro de Caiola é constituído pela junção do pequeno ribeiro de Zável (três quilómetros), que principia ao norte da Serra da Graça e do ribeiro do Cêto (duas léguas e meia), que nasce próximo de Vila Boim e que, como já dissémos, corre no vale constituído entre as colinas de Elvas e da Serra da Graça, após o qual é atravessado, na ponte designada de Pinho Ferrão, pela linha férrea do Leste.

A Serra da Graça está situada, administrativamente, na área da freguesia urbana de Nossa Senhora de Alcaçova.

E' das mais importantes a posição estratégica da fortaleza que no alto da Serra se construiu, em vista de ser esta região uma, senão a principal zona de penetração do paiz. A tal respeito eis algumas autorisadas opiniões:

«E' sabido que em Portugal, numa extensão de fronteira terrestre, correspondente a 1209 quilómetros, os sectores de trânsito fácil, ao norte do Tejo, entre Portugal e Espanha, não são muito numerosos; e ao sul do mesmo rio, metade da fronteira, de Barrancos á foz do Guadiana, não oferece estradas geográficas de importancia. A principal zona de penetração em Portugal é, evidentemente, o Alentejo. De Montalvão, perto do Sever, até á primeira elevação ao norte de Barrancos, as *troujes* são freqüentes. De Montalvão a Nisa ou Castelo de Vide, com acesso facil por toda a baixa do Sorraia; de Portalegre a Arronches; de Campo Maior a Elvas; de Mourão para Reguengos e de Barrancos para Moura, alcança-se igualmente, com uma rapidês extrema, todo o Baixo Alentejo e a bacia inferior do Tejo. Deste rio, até ás primeiras elevações em Portugal do sistema Marianico, é essa a nesga de fronteira de mais fácil acesso». (a)

«Como se sabe, pelas considerações estratégicas mais em voga, o territorio nacional está dividido em três zonas ou teatros de operações: 1.º — Todo o norte do país, até ao curso do Douro, onde as invasões são consideradas pouco vantajosas; 2.º — E' limitado por este rio e por uma linha que

*com duas côrtes n'estas duas cidades; os exercicios militares; os fogos de artificio, illuminações, danças, musicas, serenatas, passeios venatorios e outras muitas funcções recrearam por muitos dias os povos das duas nações da peninsula, que concorreram a Elvas e Badajoz»*

(a) *Silva Teles, Introducção Geografica, in-Notas sobre Portugal, vol. I, Lisboa, 1908.*

passa por Elvas, serra d'Ossa e curso do Sado, sendo este o principal e o mais vantajoso para o invasôr; 3.º — E' constituido pelo território ao sul d'esta ultima linha. No teatro principal das operações, diz-nos a história, que poderemos contar com três zonas de ataque: pela Beira Alta, pela Beira Baixa e pelo Alentejo. . . . .

«Não resta dúvida, que dos estudos feitos ácerca de todas as invasões sobre a nossa fronteira, a mais provável é a do Alto Alentejo, por ser a que se supõe operar-se em melhores condições e com maior numero de forças. As forças españholas, ou quaisquer outras que nos ataquem pelo território da fronteira de norte e leste, hão-de tentar: 1.º — Uma demonstração, pela fronteira do Minho, com alguns batalhões e alguns grupos de esquadrões e baterias para procurarem dificultar a mobilisação e occuparem alguns pontos de apoio; 2.º — Ataque secundario sobre a Beira Alta, tendo talvez por base Salamanca, com destacamentos mixtos mais fortes que o primeiro; 3.º — Ataque principal pela fronteira do Alentejo, tendo por base Caceres e Mérida, com a maior das forças disponiveis.» (a)

«Os sectores de trânsito entre Portugal e Espanha são quasi todos no Alto-Alentejo; por isso, esta região tem sido, por diversas vezes, teatro da maior parte das nossas guerras continentais, com excepção das invasões francezas.

«O Alentejo foi, como já anteriormente se disse, o teatro da maior parte das nossas lutas. Nêle se deram os combates mais violentos entre portuguezes e muçulmanos. Depois, na fase da politica de consolidação do estado portuguez, os nossos conflitos com a Espanha travam-se sobretudo no Alentejo. Muitas das invasões do nosso país, feitas por esta região, são a prova da grande facilidade de trânsito e penetração que apresenta êste sector do nosso territorio, como que uma imensa e larga estrada geografica descendo suavemente para os estuários do Tejo e do Sado, afim de servir o grande centro de atracção, que é Lisboa.» (b)

(a) João Antonio Correia dos Santos — Males e remedios — Preparação de Portugal para a guerra europeia, Lisboa, 1915.

(b) Damião Peres, Hist. de Portugal. — Prim.ª parte, Condições geográficas, por Mário de Vasconcelos e Sá, vol. 1, Barcelos, M C M X X V I I I.



## A paisagem

**S**E o Alentejo, que se estende por uma enorme planície, é a mais triste e menos bemfadaada de todas as provincias e se na sua parte baixa só se encontram azinhos, sôbros e algumas oliveiras, as estêvas de flôres tristes e tímidas, trigo e calôr africano no verão, enormes enxurradas e, por vezes, neve no inverno e uma população dispersa, rala, a parte norte foge sensivelmente a esta regra e nela o espirito do próprio habitante é concordante com a fixidez e nobreza da paisagem local.

Nota-se que apesar de insignificante a parte montanhosa da provincia, apenas ela, no extremo norte, junto da fronteira espanhola e a linha meridional de serras que, de nascente a poente, a separam do Algarve, quebra a monotonia da planura que domina em toda a nossa terceira zona estética. (a)

Compete-nos porém dizer que ao viajante curioso, mesmo na região mais pobre do Alentejo, a mais triste e menos bemfadaada de todas as provincias, não são indiferentes as «paisagens duma orgulhosa e rude magestade, efeitos de claro-escuro a mais não selváticos e trágicos!» (b)

Não se encontrando propriamente no extremo norte do Alentejo, os arredores de Elvas são contudo duma viçosa exuberância que nada de comum tem com a monotonia das planezas tristes e solitárias de grande parte da provincia transtagana.

Na parte alta da cidade «gozão os moradores a mais alegre vista do Alentejo, porque pela parte norte, entre o Castelo e a serra de N.<sup>a</sup> S.<sup>ra</sup> da Graça passa com curso vagaroso a ribeira

---

(a) Antonio Arroio, O solo, o clima e a paisagem, *in*-Notas sobre Portugal, vol II, Lisboa, 1909.

(b) Fialho de Almeida, A' esquina, Coimbra, 1903.

de Chinchas, chamada antigamente das Hortas, povoada quasi legoa, de hua e outra banda de pomares, que alegrão a vista com a variedade do arvoredo; pela banda do nascente, e do meio dia, dilatadas campinas, por onde se estendem os olhos muitas legoas athé encontrar com huas serras, que representam saudosos horisontes.» (a)

O panorama que da Serra da Graça se disfruta é magnifico e deslumbrante.

Ao oriente estendem-se os campos da Extremadura espanhola. Para o lado do norte, alcandorada na penumbra do distante, avista-se a vila de Albuquerque, de evocadoras glorias das guerras da Restauração; em baixo reclinam-se dolentemente na margem esquerda do Guadiana, a cidade de Badajoz; e mais para o sul, escondida na base da sua abrupta montanha, mal assoma Olivença, perdida para o dominio da sua antiga patria, pelas cavilações da politica napoleónica.

Ainda para o lado do norte, após sucessivas ondulações do terreno, aparecem Campo Maior e as torres do seu castelo altaneiro. Depois, servindo de limite ao horisonte, erguem-se longinquamente esfumadas as grandes elevações de Portalegre e São Mamede.

Frente ao nascente, os campos são duma majestosa amplitude e nêles branqueiam os clássicos *montes* ou casais, a casa típica de lavoura alentejana.

Nesta zona, de terra farta, que se desentranha na produção do trigo, o Guadiana corre lentamente, desenhando os contornos da fronteira dos dois países.

Finalmente, para o poente e para o meio-dia, o solo alteia-se, densamente arborizado, surgindo, ao lado, o campo dos Murtais, histórico por nêle se ter desenrolado a memorável batalha das Linhas de Elvas e depois o grandioso Aqueduto das Amoreiras, aparecendo freqüentemente, até aos altos de Vila Boim, agora o claro amontoado duma pequena povoação, logo os muros caiados desta e daquela quinta.

Os campos, até mais duma légua da cidade e as encostas da Serra da Graça, após os limites das esplanadas do Forte que se eleva no seu cume, constituem uma enorme mata de oliveiras, cujo rendimento é computado como uma das maiores riquezas locais, devido á velha e justa fama das azeitonas de Elvas. (b)

(a) Aires Varela, Theatro das antiguidades d'Elvas, com a historia da mesma cidade e descripção das terras da sua comarca, *Elvas*, 1915.

(b) «Das azeitonas de Mérida na Espanha e de Elvas em

Como já dissemos, entre Elvas e a Serra da Graça, «corre a tiro de arcabuz a ribra.<sup>a</sup> de Chinchas, entra em Caya em concurso de duas legoas, varia o nome, conforme os sitios por que passa, e deixando frescos pomares, assenha<sup>o</sup>, e fortes oliveas, entra nas fecundas terras de Cayolla.» (a)

O vale do Cêto (ou de Chinchas, segundo a antiga designação), dominado em toda a sua extensão pela Serra da Graça, é um dos mais pitorescos subúrbios de Elvas.

«Os subúrbios d'Elvas são amenos e muito arborizados, com muitas hortas e quintas, principalmente no extenso valle por onde corre o ribeiro Ceto, e que separa a praça do forte de Lippe.» (b)

Diz Aires Varela : (c)

« . . . nos valles cortados pelos mais proximos ribeiros, foram os nossos maiores acrescentando ás hortas e azenhas que herdaram dos mouros novos conchousos e moendas em que empregar a sua actividade ; de modo que, principalmente na ribeira de Chinchas, o grande número de hortas que povoavam aquelle valle fazia dar ao sitio o nome de Val das Hortas, como o cronista Fernão Lopes o designa quando no seu livro nos conta os pormenores das festas do casamento da Infanta D. Beatriz, em 1383.»

O que realça no recanto do Cêto é não só a vegetação que o enfeita, como a feracidade das suas terras e o grande número de casas que o povoam.

Referindo-se a este local, escreve um ilustre elvense : (a)

«Quando se romperam as pazes com Castella, em tempo de D. Fernando, teve este monarcha de dar ordem á construc-

*Portugal falou com elogio o romano naturalista Plinio. Na descripção de Portugal, da collecção dos Elzeviroz, lê-se esta passagem de mestre Rezende : — Elvas . . . olei bonitate, sine controversia, primas obtinet : — que Elvas, na bondade do azeite, obtem sem controversia a primazia.» (O Panorama, 1841, pag. 166).*

*No Hyssope (canto I) Antonio Diniz da Cruz e Silva escreve, referindo-se à Elvas :*

« . . . mil cidades

Mil povos deixa atraz, até que chega

Da famosa azeitona á grande terra.»

(a) Aires Varela, Theat. das antiguid. d'Elvas, já cit.

(b) Pinho Leal, Port. antigo e moderno, vol. terceiro, Lisboa, 1874.

(c) Obr. cit.

(d) Victorino d'Almada, Elementos para um Dicc. de Geog. e Hist. Port. — Concelho de Elvas e extinctos de Barbacena, Villa Boim e Villa Fernando, tom. I I, Elvas, 1889.

ção dum terceiro recinto para proteger os espaçosos arrabaldes, havendo mesmo necessidade de demolir alguns edificios que ficavam fóra da linha de marcação do novo muro.»

«Nas demolições que se fizeram nos anos de 1360 e seguintes foram poupadas todas as construções do Val de Chinchas, hoje margens do Cêto, bordadas então dum grande numero de casaes, e matizadas das côres varias, de que não só o arvoredo, mas as plantações de inumeras hortas, bordam este pittoresco valle.

«E tão aprazivel era o sitio, que, duvidando-se receber dentro da villa a el-Rei de Castela e á sua comitiva, quando em 1383 veiu a côrte a Elvas celebrar as suas bodas reaes com a infanta D. Beatriz, foi n'elle se arrumaram as tendas para o Rei, para os fidalgos, para o banquete, e para a capella em que o enlace foi abençoado pelo cardeal de Aragão.»





## Antecedentes históricos

### Quando da conquista de Elvas aos mouros

A história da Serra da Graça está intimamente ligada á da conquista de Elvas aos mouros.

Quando Afonso IX, de Leão, no intuito de dilatar para o sul os confins dos próprios Estados, assolava com as suas tropas os arredores de Badajoz, o então imberbe monarca português, D. Sancho II, realisava com a tomada de Elvas um dos factos mais notáveis da nossa história, nesses recuados tempos.

Escreve Alexandre Herculano: <sup>(<sup>a</sup>)</sup>

«Desde o anno de 1218 ou 1219, em que assentava treguas com o filho (Fernando de Castela), Affonso IX tinha successivamente devastado os arredores de Caceres, ganhado pelos seus generaes a batalha de Tejada e proseguido em invasões assoladoras pelos territorios da moderna Estremadura hespanhola que cahem entre o Tejo e o Guadiana a leste do alto Alemtejo. Voltando de uma destas expedições em 1225, preparou-se para dirigir as armas especialmente contra o districto de Badajoz, descendo do Cima Coa, o que de feito realisou na primavera de 1226. Este movimento combinou-se com o das forças portuguezas, que ao mesmo tempo marchavam sobre Elvas, capitaneiadas pelo moço Sancho, ou, para melhor dizer, pelo antigo general

---

(<sup>a</sup>) Hist. de Portugal, tom. segundo, llor. V, Lisboa, (terc. ed.) MDCCLXXVIII.

(alferes-mór) das tropas reaes, Martim Annes, e pelo arcebispo de Braga.

... «Emquanto Fernando III penetrava pelo interior da Andaluzia na primavera de 1226, dirigindo-se a pôr sitio ao fortissimo castello de Capiella, empresa para a qual Albayesi lhe facultava todo o genero de munições e victualhas, Affonso IX, transpondo o Tejo, descia para o lado de Badajoz. Entretanto, em Portugal, o arcebispo de Braga tinha alcançado mover os animos para aquella especie de cruzada geral. D. Abril Peres e D. João Fernandes, que dentro de dous ou tres mezes haviam exercido um após outro, o cargo de mordomo-mór, tão transitorio nesse tempo, o antigo general das tropas reaes, Martim Annes, Fernando Fernandes, que parece ter sido o ultimo tyranno do moço principe e que tomara o titulo de alferes-mór para logo o largar, Gonçalo Mendes de Sousa e, emfim, muitos outros dos principaes ricos-homens acompanhavam D. Sancho II para a jornada que se emprehendia e que todas as probabilidades indicam dever-se attribuir aos esforços do co-legado pontificio Estevam Soares. Ao passo que as tropas leonesas punham (a ferro e fogo as cercanias de Badajoz, o exercito portuguez, não contente de espalhar a assolação pelos contornos de Elvas, accommettia a propria cidade. Um celebre viajante do seculo antecedente, descrevendo Ielch, nome que os arabes davam a Elvas, pinta-a como uma povoação fortificada, posta nas faldas de um monte e cercada de uma planicie semeiada de habitações ruraes e de bazares ou mercados. Elvas era então famosa pela formosura das mulheres. Devia estar decadente; mas as suas fortificações existiam, e, segundo parece, os portuguezes, encontraram vigorosa resistencia. Foi aqui onde o monarcha deu as primeiras provas do genio guerreiro que depois o distinguiu. As trevas dos seculos esconderam-nos as particularidades da conquista de Elvas; sabemos, porém, que ella cedeu á furia dos invasores. Sancho atava as tradições, por tanto tempo quebradas, da raça do conde Henrique. Nesse mancebo imberbe os guerreiros portuguezes puderam, emfim, ver a imagem do heroe dos combates; encontrar um neto de Affonso I. Sancho, accommettendo pessoalmente as muralhas, ahi correu perigo de vida. No silencio e na solidão dos claustros escapou durante seis seculos o tenue pergaminho que nos conserva a memoria de Affonso Mendes Serracines, cavalleiro leal, que se arremessou aos fossos para, com risco extremo salvar o seu principe. Oxalá que esta geração desdenhosa e muitas vezes barbara no meio da sua cultura não destrua esse pobre e fragil monumento que nos recorda a primeira campanha de um rei tão valente quanto infeliz!

«Affonso IX, devastadas as immediações de Badajoz, retrocedia de novo para os seus estados, e o exercito portuguez, posto que houvesse tirado maiores vantagens daquella expedição simultanea, devia recolher-se tambem para as fronteiras. Ou porque as fortificações de Elvas ficassem de tal modo aruinadas que o conservar e defender aquelle ponto fosse perigoso e difficil ou porque occorressem outros quaesquer motivos que hoje ignoramos, a povoação foi abandonada, e, segundo parece, a dispersa população mussulmana pôde voltar por algum tempo aos seus assolados lares, até que o temor das correrias dos christãos e a impossibilidade de lhes resistir a obrigaram tres annos depois (1229) a deixar para sempre, não só Elvas, mas tambem varias outras povoações fortes no districto oriental do alto Alemtejo».

Narrando detalhes dêste memorável feito, diz Aires Varela: <sup>(a)</sup>

«Chegou ElRey D. Sancho a Elvas, e seg.<sup>do</sup> parece, na entrada do verão do anno de 1226, e foi aquartellado o exercito nesta forma: o quartel da côrte, em q. assistia o mesmo Rey, alojou na parte do meyo dia, p.<sup>la</sup> comodidade do sitio, e cabeço que dominava a terra, q. hoje chamão de S.<sup>ta</sup> Luzia (aonde em nosso tempo se fes o famoso forte de S.<sup>ta</sup> Luzia, com a moderna, e inexpugnável fortificação, a q. se deo principio no anno de 1642, dois annos pouco mais ou menos depois da aclamação delRey D. João o 4.<sup>o</sup>, restaurador de Portugal, como Rey delle natural) e porq. entre o d.<sup>o</sup> outeiro, e a cidade, então povoação menor, havia um valle capaz de escaramuças.

«Pella banda do nascente, alojou o Prior do Hospital D. Rodrigo, com os seus cavaleiros, e alguma gente, que se lhe agregou.

«Pello Norte o Mestre dos Templarios D. Pedro, com os seus cavaleiros; devia ser este poder grande, segundo o sitio, que occupou, de que o Rey depois lhe fes mercê.

«Pello Poente D. Sueyro, Bispo de Évora, com a gente q. lhe foi repartida. E ficou a Villa cercada nesta forma. O inimigo se dava por seguro, por estar guarnecida de gente, com bons muros, altas torres, e de munições e mantimentos bem provida.

«Animozos forão os 1.<sup>os</sup> combates em que os Portuguezes obrarão incriveis valentias. O Bispo D. Sueyro p.<sup>la</sup> p.<sup>te</sup> do d.<sup>o</sup> seu quartel investio os mouros com tal valor q. lhe ganhou a porta, entrou na Villa quasi 120 passos, fes alto, levantou Cruz e altar e celebrou missa da purissima concepção da Virgem

(a) Theat. das antiguid. d'Elvas, *já cit.*

M.<sup>a</sup> S.<sup>ra</sup> nossa, por succeder esta victoria no seu dia. Este foi o 1.<sup>o</sup> Templo e Matris da Villa, e a Senhora da Conceição Padroeyra della, e se collocou hua sua imagem de pedra, q. se conservou no altar mor m.<sup>tos</sup> annos, e agora se venera religiosam.<sup>te</sup> na casa do Cabido.

«A porta por onde os nossos fizeram a 1.<sup>a</sup> entrada se chamou, e chama do Bispo, em memoria deste successo, e não como imaginavão alguns, q. por estarem a ella arrimadas as cazas Episcopaes, q. m.<sup>tos</sup> seculos depois se fizeram.

«Os mouros, ainda q. perderão esta parte da villa, não o animo, cortarão as ruas, q. elles de industria fabricarão estreytas, e mal ordenadas, e dellas se defenderão, com tanta segurança como dos muros.

«Famosas erão as escaramuças q. havia no valle q. ficava entre a villa, e o quartel da Córte, porq. a ella concorrião os mais briozos. Em hua ocazião apertarão os mouros, q. desordenados se recolhião, e com tanta confusão, q. entrarão os nossos na Villa 60 passos, aonde fizeram alto p.<sup>a</sup> recolher os q. andavão espalhados, e se fortificarão, e levantarão altar, e celebrarão missa da glorioza transfiguração do S.<sup>or</sup>, por ser no seo dia em q. entrarão, e lhe dedicarão esta Igreja; o que aconteceu no anno de 1227, e foi a 2.<sup>a</sup> Parochia.

«Já os nossos estavam dentro da Villa, e ganhados dois sitios; os mouros se defendião, entrincheyrados nas ruas, e fortificados nas Torres, q. correm p.<sup>a</sup> o nascente. Em 29 de junho de 1228, dia do martírio do Apostolo S. Pedro, lhe ganharão a porta de ferro, q. até o prez.<sup>te</sup> chamarão ferrada; aqui morreo m.<sup>ta</sup> gente p.<sup>lo</sup> arteficio q. tinha, e porq. não puderão os nossos passar adiante, celebrarão naquelle lugar, arrimado ao muro, missa, e como foi no dito dia, lhe dedicarão a Igreja, e foi esta a 3.<sup>a</sup> Parochia.

«Os cavaleyros do Templo p.<sup>la</sup> parte q. estavam aquartelados, invejosos do valor dos nossos, acometerão o sitio, q. lhe tocava, e sem embargo da sua aspereza, e valeroza resistencia, ganharão a porta que era assaz difficultoza, porq. tinha hum forte rastilho de ferro, naquelle tempo invencivel, porq. faltava noticia do petardo; ganharão hua rua e fizeram alto de frente da porta dos Santos de q. já fizemos menção, q. fica na 1.<sup>a</sup> cerca. N'este logar edificarão a Igreja da Magdalena, q. chamarão o Templo, arrogancia da sua 1.<sup>a</sup> fundação, e deo nome á porta por onde entrarão, q. depois o vulgo corrompeu em Trepem.

«A mesma fortuna tiverão os cavalr.<sup>os</sup> do hospital, q. p.<sup>lo</sup> sitio, q. combatião, forte, e aspero entrarão a Villa, e levantarão altar aonde agora está a hermidia de S. João Baptista seo Pa-

droeyro, e conforme o edeficio, he o mesmo q. com pouca differença hoje se vê.

«Os mouros apertados por todas as p.<sup>tes</sup>, retirados á ultima cerca, que he o Castello, pelejavão, e se defendião obstinadam.<sup>te</sup>; comtudo temendo a ultima ruyna, e fiados na benignidade do Rey se entregarão a partido a sete de setembro de 1228.

«Senhores os nossos do Castello, e mesquita, q. no alto tñhãõ, p.<sup>la</sup> purificar, a dedicarão ao nascim.<sup>to</sup> da Virgem nossa S.<sup>ra</sup>, em q. lhe fazem a festa em memoria do successo, e ficou sendo esta Igreja a 4.<sup>a</sup> Paroquia. (a)

«Não falta quem diga, que ElRey D. Sancho degolou aos mouros, que em Elvas havia, quando a rendeo; porem consideradas as palavras do foral, e as delRey D. Affonso, bem se infere que hove entrega a partido.

«Parece que a benignidade real lhe concedeo, q. os q. quizessem ficar na terra, lograrião suas fazendas. Não ha duvida ficarão m.<sup>tos</sup>, a quem assinou o Bayrro, a que chamarão da Mouraria, e havia entre elles alguns tão afazendados, q. servirão a ElRey nas guerras a cavallo . . . »

Por muito tempo a tradição conservou da conquista de Elvas a lembrança do facto, mais ou menos verosímil, da vinda, nas hostes de D Sancho II, dum frade dominico que, para cumprir os preceitos da regra primitiva da sua ordem, resolveu escolher para guarida *as fragosas penedias e horriveis selvas* duma montanha próxima á povoação e que é, nem mais nem menos, a Serra da Graça.

Aires Varela, tratando dêste facto, dá as seguintes informações: b)

«O Patryarcha Sam Domingos tinha confirmada a regra dos Prégadores pello Papa Honorio 3.<sup>o</sup> no anno de 1226, e com seo zello fes espedição de alguns religiosos para as p.<sup>tes</sup> q. convinha, e como neste Reino havia poucos obreyros q. trabalhassem na redenção das almas, enviou p.<sup>a</sup> este fim religiosos q. fizerão seo 1.<sup>o</sup> assento perto de Alamquer, aonde chamão Monte-junto. Hum destes religiosos seguia o exercito delRey; não achamos noticia do seu nome, mas p.<sup>las</sup> circunstancias entendemos, se chamava Fr. Estevão Mendes, porq. alguns annos depois aceytou hua doação q. Estevão Miz e Maria Pires fizerão á dita Religião. Conquistada Elvas, queria aquelle apostolico varão recolherse, mas p.<sup>la</sup> falta q. havia de ministros q. administrassem os sa-

(a) E' a de Santa Maria de Alcáçova, na área de cuja freguesia se encontra situada a Serra da Graça.

(b) Theat. das antiguid. d'Elvas, já cit.

cram.<sup>tos</sup> áquelle Povo, e o doutrinasse, lhe pedirão o não dezeparasse.

«Vendo Fr. Estevão o serviço q. naquella ocazião a Deos fazia, se resolveo ficar, e escolheo p.<sup>a</sup> habitação hua serra aspera, e brenhosa, não muito apartada do lugar; no alto fes hua residencia, e provavelm.<sup>te</sup> por suas mãos, mais semelhante a cova de fera, do q. a recolhim.<sup>to</sup> de homem; deste sitio acodia todos os dias ao comprim.<sup>to</sup> de sua obrigação. Temos por sem duvida, q. esta residencia foi a 2.<sup>a</sup> q. os P.<sup>es</sup> Prégadores tiverão neste R.<sup>no</sup>, pois no mesmo anno, q. a religião foi confirmada, veyo El-Rey sobre Elvas e o acompanhou. As prégações deste varão apostolico fazião gr.<sup>des</sup> effeytos, e proveyto nas almas; porq. os ministros mais movem e persuadem com o exemplo da vida, q. com a retorica das palavras.

«Por entre esta serra e o castello de Elvas corre hum ribr.<sup>o</sup> chamado Chinchês, e porq. q.<sup>do</sup> chovia m.<sup>to</sup> engrossava de sorte q. m.<sup>tos</sup> dias impedião a passagem ao d.<sup>o</sup> religioso, e faltava ao cumprim.<sup>to</sup> da sua obrigação; os moradores de Elvas lhe mandarão fabricar hua ponte, com q. ficou a passagem segura, e lhe chamavão, e ainda hoje, a ponte do Frade. E porque com o augm.<sup>to</sup> da gente no Povo era mayor o trabalho de Fr. Estevão, o veyo ajudar outro religioso chamado D. Alvaro; seria de igual espirito. E porq. estes religiosos não querião dexar a serra, lhe mandarão fabricar Igreja, q. dedicarão a S. Domingos e hum pequeno claustro com cazas bastantes, e no meio hua cisterna em q. se recolhião as agoas, de que uzavão por não haver outras no alto da serra, a q. deste tempo se chamou de S. Domingos, nome q. coaservou m.<sup>tos</sup> tempos, e de prez.<sup>ty</sup> de N.<sup>a</sup> S.<sup>ra</sup> da Graça, cujo orago da Igreja he esta Senhora.» (2)

Em virtude da doação, feita em 1266, por Estevam Miz e sua mulher Maria Pires, de um chão de que eram possuidores perto da então vila de Elvas, para nêle se erguer um novo convento, a ermida construida na Serra caiu em grande estado de abandono.

O então novo convento existiu na horta dos frades de São Paulo; mas os dominicanos terminaram por fixar a sua residen-

(2) De um artigo, assinado por F. da Cunha, em *A Voz do Alemtejo*, n.<sup>o</sup> 15, *Elvas*, 1860: «A existencia d'aquelle mosteiro foi por muito tempo revelada pelas ruínas que se notavam na montanha, que foi denominada de S. Dominginhos, e que comprehendia a serra que hoje conserva este nome, e a de Nossa Senhora da Graça.» De facto, a uma pequena elevação de terreno ao norte e a seguir á Serra da Graça ainda hoje se chama Serra de São Dominginhos. Quanto á ermida, não há duvida de que ella existia no cume da Serra da Graça.

cia junto á desaparecida ermida de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> dos Martyres e cujo local é o occupado actualmente pelo extinto convento de São Domingos. (a)

### Uma ermida reedificada pela bisavó de Vasco da Gama

Descende de illustres famílias elvenses o grande navegador Vasco da Gama

« . . . o forte capitão,  
Que a tamanhas empresas se offerece,  
De soberbo, e de altivo coração,  
A quem fortuna sempre favorece. » (b)

Resa a historia que em tempos de D. Fernando, o Formoso, aí pelos anos de 1380, pouco mais ou menos, Estêvão Vaz da Gama casou em Elvas (onde tambem morreu) com Catarina Mendes. Desta senhora teve unicamente um filho, Vasco da Gama, pai de Estêvão da Gama e avô do descobridor do caminho maritimo da India.

«Na *Nobiliarchia portugueza*, de Villas Boas, pag. 281, da edição de 1676, diz-se que procede (a familia Gama) de Alvaro Annes da Gama, do tempo de D. Affonso III, e que tem o seu solar em Olivença.» (c)

João Alvaro da Gama, que viveu no reinado de D. Diniz, e esteve com D. Afonso IV na batalha do Salado, era filho do dito Alvaro Annes (ou Eannes) foi o primeiro que usou do apelido Gama e dêle era descendente Estêvão Vaz da Gama.

Os Gamas foram dos mais ricos cavaleiros do Alentejo e dum dêles diz Aires Varela que «possuo em Elvas m.<sup>tas</sup> heranças, e quase amatede das do termo de Olivença.» A Vasco da Gama confirmou D. Manuel a defeza duma sua herdade, no termo de Elvas, de nome Alcanam de Maljaz. (d)

Catarina Mendes, a bisavó do grande almirante das Indias, «ficou viuva de 18 annos, creou seus f.<sup>os</sup> em tão bons costumes

(a) *E' hoje quartel do Grupo de Artilharia a Cavallo n.º 1.*

(b) *Camões, Os Luziadas, cant. 1, est. XLIV.*

(c) *Portugal, dic. hist. e geog., etc. vol. III, Lisboa, 1907.*

(d) *Vict. de Almada, Dic. de geog. e hist. — Conc. de Elvas, etc. tom. II, já cit., com referênciã d obra de Teixeira de Aragão, Vasco da Gama e a Vidigueira.*

q. era exemplo dos seus contemporaneos. Não sofreu o animo desta piedosa matrona se acabasse de arruynar a casa de S. Domingos da Serra, q. havia quasi 12 annos não era frequentada; mandou reedificar, e acrescentar aquella hermda com alojam.<sup>tos</sup> bastantes, cisterna, e outras officinas de bons materiaes, como convinha para resistir aos rigorosos temporaes q. cursão naquelle sitio, nelle collocou a Imagem de N. S.<sup>ra</sup>, q. intitulou da Graça, perdeu com esta mudança o nome de S. D.<sup>os</sup> q. de antes tinha, e tomou o de N.<sup>a</sup> S.<sup>ra</sup> da Graça; obrou D.<sup>s</sup> alguns milagres por intercessão desta sagrada imagem, creceu a devoção, e concursso, e a serra antes cheia de balças, e matos, a forão os moradores rompendo, e ficou hum fermoso bosque de olivr.<sup>as</sup>. Esta foi a cauza porq. alguns derão a fundação desta Igreja a C.<sup>na</sup> Mendes, e justam.<sup>te</sup>, pois que com tantas vantagens a restituyo.» (2)

## A batalha das Linhas de Elvas

Durante a prolongada guerra com a Espanha, que se seguiu á Restauração de 1640, o Alentejo foi o grande campo de batalha da independência de Portugal.

As *Linhas de Elvas*, com especialidade, têm uma página brilhantissima na epopeia dessa época.

Antecedeu esta memorável batalha o sítio de Badajoz, praça então rodeada de «humã antiga muralha, que pela altura era capaz, no tempo que se fabricou, de a defender dos assaltos dos Mouros, mas debil para resistir ás baterias dos canhoens.»

A 13 de Junho de 1658, sendo governador das armas da provincia do Alentejo Joanne Mendes de Vasconcelos, um exército portuguez passou a ribeira de Cáia e foi sitiãr a velha capital da Estremadura espanhola. No transcurso desta ofensiva o general de cavalaria André de Albuquerque derrota o Duque de Ossuna, junto á foz do Cáia, é cercado o forte de São Christóvão e, depois do exército portuguez passar o Guadianã, toma-se de assalto o Forte de São Miguel, após um renhido combate.

O tempo decorria e o nosso exército achava-se sensivelmente desfalcado pelos trabalhos em que se havia empenhado e pelas doenças que nelle intensamente grassavam. A pusilanimidade e a imprudência de Joanne Mendes de Vasconcelos levaram-no a levantar o cêrco, ao fim de quatro meses.

Entretanto avançava sôbre a fronteira um grande exército

(2) Aires Varela, *op. cit.*

castelhano. Era c mandado por D. Luís Mendes de Haro, Marquês del Cárpio, Conde-Duque de Olivares, Cavaliariço-mór do Rei e Chanceler-mór das Indias; e trazia consigo os Duques de San German e de Ossuna, D. Gaspar de la Cueva e grande número de officiaes, dos de maior nobreza e sciência militar.

Nesta occasião foi Joanne Mendes de Vasconcelos substituido por D. Sancho Manuel, depois Conde de Vila Flôr, no pôsto de Mestre de Campo General.

O exército castelhano invadiu o térmo de Elvas e tomou com pouca resistência Santa Eulália e Vila Boim. A 22 de outubro do mesmo ano de 1658 aproximou-se da praça e occupou o mosteiro de São Francisco.

Perante um exército, como o nosso, desbaratado pelas enfermidades, exáusto de cabedais e falho de mantimentos, que baldadamente se haviam gasto no largo sítio de Badajoz, o objectivo do inimigo limitava-se, simplesmente, a marchar em direcção a Estremôs, ganhar e fortificar esta praça, passar depois a Evora, derrotar em seguida Vila Viçosa e sitiar Juromenha. Desta fórma seria fácil a conquista do Alentejo, porque ficavam perfeitamente isoladas as praças de Elvas e Campo-Maior. O resto da provincia, até Aldegalega, não ofereceria resistência e as tropas castelhanas tomariam conta do país.

A principal operação consistia, pois, em sitiar Elvas, praça que já nêsse tempo era «huma das mais fortes de toda a Europa», mas que infelizmente se achava guarnecida «com a gente enferma de hum exercito diminuido do contagio de perigosos males»

Prêso Joanne Mendes de Vasconcelos, pelo crime de traição e por ordem da rainha-regente, Luísa de Gusmão, são nomeadôs André de Albuquerque para comandar o exército e D. Sancho Manoel para governar Elvas.

D. Luís de Haro, ao cercar a praça, encontrou-a mais adiantada em fortificação do que por occasião doutrô assédio, que os espanhoes lhe haviam pôsto em 1644. Do estado da praça, nessa época, dâmos conta no capítulo seguinte, devendo porêem desde já notar que durante o cêrco que antecedeu a batalha das Linhas de Elvas, no outeiro de São Pedro, pouco distante da praça e que a dominava, «foi preciso fazer-se nelle hum bonete de faxina, que se guarneceo, e conservou todo o tempo que durou o sítio.»

A Serra de Nossa Senhora da Graça, tão importante como posição estratégica, não tinha fortificação alguma.

O primeiro cuidado do inimigo, ao cercar a cidade, foi occupar toda a linha de circunvalação.

Começou por construir um forte em redor da ermida que durante tantos anos, no alto da Serra de Nossa Senhora da Graça, serviu de mansão de paz e recolhimento; e logo dêste ponto

duas peças de artilharia principiaram a atacar a cidade, prejudicando, por felicidade, apenas os telhados das casas. Do govêrno do forte improvisado na Serra da Graça encarregou D. Luís de Haro o Mestre de Campo D. João de Zuñiga, filho do Marquês de Avila Fuente.

Outro forte, governado pelo Mestre de Campo Martim Sanches Prado, foi improvisado pelos castelhanos no outeiro do convento de São Francisco.

Feito depois o reconhecimento da praça, o inimigo estabeleceu quatro quartéis, que se estendiam desde o sítio da Vergada, «que olha a Campo Maior», até á Mesa de El-rei, «que fica na estrada de Extremoz». Os fortes do Mosteiro de São Francisco e da Serra de Nossa Senhora da Graça cerravam o cordão, que se repartia ainda em fortins.

O *quartel da côrte*, governado pelo Duque de Ossuna e onde se alojou D. Luís de Haro, ficou entre a fonte dos Ferradores e o Vale de Revelles. Outro quartel, no Vale de Marmelos, ficou ás ordens do general de artilharia D. Gaspar de la Cueva. O terceiro quartel, entre a estrada de Vila Boim e a Mêsã de El-Rei, era comandado pelo Duque de San German. O quarto, na Vergada, foi entregue a D. Ventura Tarragona.

Por êstes quartéis se repartiu a infantaria e a cavalaria, ficando o grosso desta no do Duque de Ossuna, por se encontrar situado na parte de maior desembaraço de campanha.

Durante os primeiros tempos do sítio, o inimigo occupou-se em longas preparações, enquanto os sitiados pensavam em se defender intransigentemente.

Dos acontecimentos que ocorreram em tão triste emergência notabilisam-se o duma ordem de saída da cidade, dada por André de Albuquerque, duma longa coluna de enfermos, logo desbaratada pelo inimigo, a-pesar-de acompanhada pela maior parte da cavalaria; o da introdução em Elvas de mantimentos, com o ludíbrio da atenção dos sitiantes; e o da saída, ás portas de São Vicente, passando pelo sopé da Serra da Graça, em direcção aos Murtais, ás dez horas da noite de 14 de novembro de 1658, do heroico general André de Albuquerque, que, levando consigo 180 cavalos, é tradição que com os cascos envolvidos em panos, se propunha prevenir o exército que havia de socorrer Elvas. Esta coluna, logo que porêm entrou nos olivais, foi ouvida pelos castelhanos, que «tocarão armas»; mas «porêm sendo maior a diligencia dos que sahião, do que o cuidado dos que os buscarão, conseguirão chegar a Estremoz sem perigo.»

Com o govêrno da praça entregue, como já dissemos, a D. Sancho Manuel, ficou Pedro Jacques de Magalhães comandando a artilharia.

A' mesma artilharia e aos terços pagos e de auxiliares, agre-

gou se toda a gente auxiliar e de ordenanças que se achava na praça, tanto sã como enfêrma, o que somou onze mil homens. Havia oito companhias, compostas por duzentos e cincoenta cavalos.

Mas as mortes e as doenças adquiridas no cêrco de Badajoz tinham reduzido o exército a tal ponto que, fóra da guarnição de Elvas, não existiam, em todas as praças, mais de dois mil infantes e mil oitocentos cavalos, uns e outros debilitados por extenuantes trabalhos. Felizmente que não faltavam os mantimentos para sustento das tropas.

O castelo de Barbacena, sem mais defesa que uma antiga muralha, sem fôssô nem terraplano, foi cercado e só se rendeu depois do inimigo ter sacrificado muitas vidas, entre elas a do Marquês de Santa Eulália.

Os sitiados de Elvas faziam uso incessante da sua artilharia, com que alvejavam os quarteis inimigos. A cavalaria entregava-se a repetidas sortidas, «todas felicemente succedidas». O forte de Santa Luzia era governado pelo mestre de campo João Leite de Oliveira.

Nomeado capitão general da província do Alentejo D. Raimundo de Alencastre, Duque de Aveiro, escusou êste o encargo «com razoens tão frivolas; e pretextos tão encontrados, que padeceu a murmuração». Mas a rainha-regente, «entendendo que não era aquella a occasião, em que convinha vender barato o exercito do Alentejo», nomeou o Conde de Cantanhede, em Dezembro de 1658, para o cargo de que o Duque de Aveiro tão puerilmente desistira.

Em fins do mesmo ano os castelhanos, procurando cerrar o cordão e impedir a entrada de socorros na praça, trabalhavam nas linhas e laboravam constantemente com a sua artilharia, colocada em duas platafórmias, uma levantada por baixo do forte da Serra de Nossa Senhora da Graça e outra no forte de São Francisco, onde tambem dois morteiros punham no maior desassossêgo os sitiados, a ponto dos enfermos não acharem um lugar seguro a que se acolher.

Já por êste tempo a guerra e a fome não constituíam os maiores perigos a que estavam sujeitos os sitiados; a peste ia lentamente contagiando a população, chegando a morrer diariamente tresentas pessoas. Com tal espectáculo «os vivos perderão de sorte o horror dos defuntos, e não sepultados, que nas guardas lhe servião os corpos mortos de assento para jogarem». Os soldados de auxiliares e ordenanças, que não tinham quartel, iam dormir aos adros das igrejas e trravam, para sua cobertura, a roupa aos cadaveres insepultos que nêles se encontravam. «E sendo mais os mortos, que a terra, tambem veio a faltar.» Os animais esfaimados, «se alimentavam dos corpos mortos

com lamentavel espectáculo.» D. Sancho Manuel pretendia infructuosamente remediar tão grandes infortúnios; mas na cidade, de «tão pestilento ar», «tão insupportaveis erão os vivos como os mortos.»

Era rigoroso o inverno com que fechava o ano de 1658. A chuva, que não cessava e o frio intenso faziam com que o exército castelhano fôsse dizimado pela doença e pelas constantes deserções. D. Luís de Haro supria essas faltas com novas levás de gente e a esperança de render Elvas pela fome e pelas doenças suavizava a existência intolerável e a incomodidade do alojamento do inimigo.

Os nossos soldados não foram porém tocados pelo contágio da deserção, «porque receando menos a morte, que a infamia, nenhum quiz trocar o perigo dos males, nem os apertos da fome, pelos interesses dos castelhanos.»

O custo da vida, em tão cruciantes circunstâncias, ia porém em maré alta e na praça os alimentos necessários aos enfermos subiram tanto de preço, que uma galinha custava 7.000 réis e uma caixa de dôce 6.000 réis. O efectivo dos defensores diminuia espantosamente. De onze mil homens, que existiam no principio do sitio, não chegavam, em fins de Dezembro, á mil, os capazes de pegar em armas.

Nesta emergência necessário se tornava socorrer Elvas, sem a menor dilação, porque o perigo em que a praça se encontrava era iminente e, perdida ella, não ficava outra defesa á provincia do Alentejo, além da depressão moral que com a sua perda a nação haveria de vir a sofrer.

Ordenou a rainha-regente que se fizesse em Estremôs a concentração do exército de socôrro e para êste fim para ali se mandou gente, dinheiro e carruagens. A 11 de Janeiro de 1659 saía este exército de Estremôs, sob o comando de D. António Luís de Menezes, condé de Cantanhede, mais tarde Marquês de Marialva. (\*) A infantaria constava de oito mil homens, sendo dois mil e quinhentos pagos e os restantes auxiliares e ordenanças. A cavalaria tinha dois mil e quinhentos cavalos e quatrocentas éguas. No trem vinham sete peças de artilharia de campanha. Na rectaguarda marchavam duas mil cargas de munições e mantimentos e duas mil cabeças de gado, com as quais se pretendia socorrer a praça.

O exército, saindo de Estremôs, não marchou todo unido e aos segundo e terceiro dias de marcha encorporaram-se-lhe as

---

(\*) A doação do titulo de Marquês de Marialva foi-lhe feita, por Decreto de 11 de Junho de 1661, em recompensa da vitória das Linhas de Elvas.

guarnições de Juromenha, Vila Viçosa, Borba, Campo Maior, Arronches e Monforte.

A 13 de Janeiro o exército chegou ás colinas da Assomada, <sup>(A)</sup> donde avistou a praça e as grandes linhas castelhanas. «Valoroso e alegre impulso occasionou em todos os soldados a vista daquelle magestoso e militar espectáculo.» Cantanhede mandou disparar a artilharia, avisando assim os sitiados. Responderam a praça e o forte de Santa Luzia, com repetidas salvas. E na cidade a alegria era tão grande, que até os próprios enfêrmos pegaram em armas.

D. Sancho Manuel, com outras pessoas de categoria, ornadas de galas e plumas, montaram a cavallo e saíram a atacar o inimigo, que não lhes offereceu grande resistência, porque o exército castelhano se dava ao cuidado de formar em frente das tropas do Conde de Cantanhede.

Na noite dêsse memorável dia o general de artilharia Pedro Jaques de Magalhães mandou colocar no baluarte do Príncipe, que domina o sítio dos Murtais — por onde Cantanhede tinha determinado romper as linhas — vinte peças de artilharia de grosso calibre.

La começar a batalha, na qual o exército inimigo, que dispunha então de catorze mil infantes e três mil e quinhentos cavalos, encontrou a mais desastrosa das derrotas.

Passa-se a noite dêsse 13 de Janeiro em constante sobresalto, pensando-se que «no successo daquella empreza consistia a liberdade de Portugal; porque se o exercito ficasse vencido, perdia-se a Praça, arriscava-se a Provincia, e por consequencia todo o Reyno.»

«... amanheceo terça feira, quatorze de Janeiro do anno de mil e seiscentos cincoenta e nove, dia tão fausto á Nação Portugueza, que até a si mesmo se fez felice, por ser de seculos immemoraveis erradamente julgado por infausto.»

«Ao sair dô sol escureceo o dia uma grossa nevoa, antecipando o luto ás mortes, de que havia de ser testemunha.» Esta circumstância persuadiu D. Luís de Haro de que o antagonista se conservaria inactivo, pelo que por sua ordem se retiraram da frente oposta ao nosso exército os terços e a cavalaria, ficando só guarnecidos os fortins. «Parece que o sol esperou, que se

(A) Esta designação, comum a outros lugares do concelho de Elvas, «tem-se conservado mais insistente e particularmente a respeito das alturas da Serra do Bispo e Almadas, nas visinhanças da estrada velha de Estremoz, que é a de Villa-Fernando.» — *Vict. de Almada*, Elem. para um Dicc. de Geog. e Hist. — Conc. de Elvas, etc. tomo segundo, já cit.

retirassem enganados os expugnadores da Praça, para se mostrar fermosíssimo pelas oito horas da manhã, convidando o nosso exercito á generosa acção, que emprendia.»

E como as ordens estavam dadas da noite antecedente e as tropas de Cantanhede tinham ficado estendidas em linha de batalha, «não foi necessario mais que pegar em armas, estender as bandeiras, tocar caixas, e trombetas.»

Marchou-se immediatamente a atacar os fortins. Pouco distante da linha da vanguarda ia o tenente-mestre de campo general Diogo Gomes de Figueiredo, com mil infantes escolhidos em todos os terços, armados de mosquetes, pistolas, partazanas, espadas e rodelas «e os mosqueteiros com feixes de faxina para cegar o fosso.» A vanguarda de infantaria, governada pelo Conde de Mesquitela, constava de três mil infantes, repartidos em cinco terços. Dezasseis batalhões de cavalaria, no effectivo de mil e duzentos cavalos, comandados pelo general André de Albuquerque, guarneciam os flancos dos terços, indo este general do lado direito dos mesmos e do lado esquerdo o tenente general Achim de Tamaricourt.

O corpo de batalha era de dois mil infantes e novecentos cavalos. De reserva ficavam outros dois mil infantes. Cobriam os terços da reserva e constituíam a segurança das bagagens oito batalhões compostos de quatrocentos cavalos e quatrocentas éguas.

Cantanhede marchou a ocupar a frente e o general da artilharia, Afonso Furtado de Mendonça, começou por colocar a artilharia numa eminência que dominava o campo da batalha.

Observados os movimentos do exercito, ordenou D. Sancho Manuel que algumas tropas saíssem para o ribeiro do Cêto e que procedessem da fórma que julgassem útil ao bom êxito da missão de que estavam incumbidas. Outras partidas de tropa foram destacadas da praça e com o mesmo fim saiu um trôço de cento e sessenta cavalos e cincoenta espingardeiros, que occupou o outeiro de São Pedro.

Reconheceu D. Luís de Haro o erro de não ter previsto que o inimigo effectuaria o ataque naquêle dia. Montou aceleradamente a cavallo. Nos quartéis os generais procederam da mesma fórma, fazendo marchar confusamente os terços e batalhões que encontravam. A linha que, passando pelos Murtais, se estendia desde o mosteiro de São Francisco até ao forte da Serra de Nossa Senhora da Graça, ficou guarnecida, mas a circumvolução era tão larga, que nela formavam confusamente alguns terços e batalhões embaraçados.

D. Luís de Haro subiu ao forte da Serra de Nossa Senhora da Graça e dêste magnifico ponto, observando os movimentos

do nosso exército, incitava, por mal explicadas palavras, tal o seu repentino sobresalto, que acudissem a defender as linhas.

Em tal confusão San German é o mestre de campo general diligenciavam formar os terços que, parece sem direcção, surgiam de todos os quarteis. Ossuna ordenava os batalhões que corriam precipitadamente e pretendia opôr-se ao perigo que crescia de instante a instante. La Cueva «fez jogar a artilharia na melhor fórma, que naquelle repentino accidente lhe foi possível.»

Entanto os nossos, investindo as linhas inimigas, «lançando as faxinas no fosso usando vivamente das mampostas, começaram a fazer a primeira brecha, e promptamente chegarão a ajudallos os terços da vanguarda, investindo cada hum delles, sem descompor a fórma, o fortim ou linha com que topava, para que fosse bem dilatada a brecha, que se abrisse, e com ardor inexplicavel, cegavão huns o fosso, outros abatião a terra, outros saltavão nas trincheiras ajudados da bateria da artilharia da Praça, que furiosamente laborava, e a pezar das repetidas cargas dos castelhanos, e de toda a sua opposição, se começarão a formar dentro da linha os terços dos mestres de campo Antonio Galvão e Bartolomeu de Azevedo »

Quinhentos cavalos, comandados por D. João de Quintanal, comis-ário da cavalaria do exército espanhol, que tinha ordem para se opôr á sortida da praça e que com errada confiança havia passado a noite fóra dos olivais, para os lados de Campo-Maior, baixaram diligentemente do alto da Serra de Nossa Senhora da Graça e pretenderam romper a nossa infantaria Sendo porém acometidos por uma fôrça de cavalaria, destacada da praça, obrigam-se a voltar de caras, possuidos de tal mêdo, que saltam para fóra das linhas e despenham-se da Serra da Graça. Na debandada socorre-os um grande trço da cavalaria inimiga, que carrega violentamente. O local é estreito e a Serra da Graça de áspero declive, pelo que os nossos afrouxam no ardor com que batalham e começam lentamente retirando. O Conde da Torre é vítima duma queda do cavallo que monta; ferido, socorrem-no três soldados portugueses. Quere ainda conservar-se na retrega, mas os ferimentos que recebeu obrigam-no a retirar para a praça.

O combate prosegue, porém, com grande ardor. Peleja-se até ao alto da Serra de Nossa Senhora da Graça e, quando já era impossivel resistir ao impeto dos castelhanos, os nossos são socorridos pelos generais da cavalaria Diniz de Melo e Castro e Achim de Tamaricourt, que comandavam os batalhões da linha da vanguarda. Os castelhanos voltam as costas e são perseguidos até ao quartel da Vergada, onde os nossos fazem alto.

Regressou a nossa cavalaria ao lugar que ocupava na bata-



lha, ao tempo que duas mangas comandadas por Miguel Carlos e João Furtado se uniam aos terços a que pertenciam, depois de haverem subido até ao forte da Serra da Graça, através uma luta valorosa.

Os terços da vanguarda, assistidos de André de Albuquerque e do Conde de Mesquitela, rôta já a linha inimiga, ganham um dos cinco fortins que a guarneciam.

Animado com êste feito, o conde de Cantanhede põe em movimento as suas tropas e com os terços, encarregados de várias operações, faz retirar os primeiros defensores da linha.

Um dos fortes é mandado atacar, por ordem de André de Albuquerque, pelos batalhões da segunda linha.

A ordem de Albuquerque é simultânea com as do Conde de São João e de Simão Correia da Silva, que se encontravam à frente de fôrças que haviam saído da praça. Interpretando as instruções de D. Sancho Manuel, estas fôrças, atravessando o ribeiro do Cêto, vão em direcção à linha inimiga, sobem até ella e fazem com que o forte, atacado, como já dissémos, por ordem de André de Albuquerque, se renda na ocasião em que já era socorrido pelos castelhanos.

O Duque de San German, prevendo a derrota iminente, pretende com grande valor e notável zêlo socorrer a linha inimiga. E' secundado pelo Duque de Ossuna que, dispondo de numerosa cavalaria, ofereceu grande resistência às tropas do lado direito do nosso exército.

Mas a vitória pendia para as armas portuguezas. D. Luís de Haro, humilhado na sua arrogância, havia já retirado para Badajoz. Deixara o forte da Serra da Graça, a que, como dissémos, se acolhera no princípio da batalha, entregue ao mestre de campo general D. Rodrigo Moxica. Este, antes de se cerrar a noite, entendeu também que devia desamparar as tropas que occupavam a posição, retirando igualmente do campo da batalha, já então considerada perdida pelo exército castelhano.

O Conde de Mesquitela e Afonso Furtado de Mendonça proseguem porêem no ataque dos fortes.

Cantanhede, acompanhado do seu séquito, anima as tropas com a sua presença, aparecendo em toda a parte.

A luta é feroz. Investe-se com o forte que o inimigo havia construido no outeiro do mosteiro de São Francisco. Defende-o o Duque de San German. Ataca-o com heroicidade e prudência — duas virtudes que, conjugadas, exaltam o valôr do verdadeiro militar — o glorioso general da cavalaria André de Albuquerque Ribafria, mas ali encontra a morte o grande cabo de guerra, «em todos os seculos illustrissimo.» Tinha 39 anos, êste «varão de tão singulares virtudes, que do exercicio de Soldado, que teve principio na guerra do Brasil, ao de general, passando por

todos os postos, não teve acção alguma que o deslustrasse; sabia obedecer e mandar; e grangeou o respeito de todos que com elle tratavam.» <sup>(a)</sup>

Cantanhede vai entrar triunfalmente na cidade, quando ainda se luta nalguns fortes. Vem D. Sancho Manuel recebê-lo ao ribeiro do Cêto e acompanham o governador as pessoas de maior categoria.

Cantanhede «entrou em Elvas a render na Sé a Deos as graças de tão signalado beneficio», mas voltou pouco depois para junto do seu exército, que se havia aquartelado, ao fechar da noite, no vale do Cêto, entre a cidade e a Serra de Nossa Senhora da Graça.

O forte, improvisado na mesma Serra e ainda outro, que não se haviam rendido, persistem na resistência.

Julga-se porêem preciso reduzi-los á obediência, antes do amanhecer.

Organizado o assalto ao forte da Serra da Graça, foram os nossos rudemente recebidos pelo inimigo. A resistência é tão firme, que os portuguezes regressam ao seu acampamento, onde já se encontram à meia noite.

Entretanto os castelhanos, aproveitando as sombras da noite,

*(a) Foi enterrado no mosteiro de São Francisco a 15 de Janeiro de 1659. A sua sepultura está na igreja do mesmo extinto mosteiro e que é hoje do cemitério público; consistia duma campa razea com o seguinte epitáfio:*

AQUI JAZ DEPOSITADO NO MONUMENTO  
DE SEUS ANTEPASSADOS  
ANDRÉ DE ALBUQUERQUE RIBAFRIA,  
ALCAIDE MÓR DE CINTRA,  
MESTRE DE CAMPO E GENERAL DO ALEMTEJO,  
MORTO GLORIOSAMENTE NA BATALHA DAS  
LINHAS D'ELVAS A 14 DE JANEIRO DE 1659  
DEIXANDO FAMA IMMORTAL.

EM O ANNO DE 1898 UM ELVENSE, MOVIDO DE  
PIEIDADE CHRISTÃ, COMO POR PESQUIZAS  
ACHASSE O JAZIGO QUE GUARDA AS CINZAS  
DO HEROICO DEFENSOR D'ELVAS  
E DA LIBERDADE PORTUGUEZA,  
DILIGENCIOU, QUE SE AVISASSE  
AOS VINDOUROS ESTA MEMORIA.

retiravam para Badajoz, mas em tanta confusão e desórdem que muitos pereceram afogados nas correntes do Cáia e do Guadiana.

O inimigo, na precipitação da fuga, deixara tudo, canhões, munições, adereços, alfaías de grande valor e até a secretaria de D. Luís de Haro, com todos os papeis de natureza confidencial.

A 15 de Janeiro entregaram-se finalmente os dois fortes que ainda na vespera resistiam ás investidas das nossas tropas.

«Os Castelhanos tiveram huma das maiores perdas, que em muitos seculos havia experimentado dentro em Espanha aquella Monarquia; porque depois de haverem entrado de soccorro naquelle exercito trinta e seis mil homens, achou D. Luiz de Aro para defender as linhas no dia da batalha quatorze mil Infantes, e trez mil e quinhentos cavallos, e passando-se mostra em Badajoz no dia seguinte da batalha, se não achárão mais que cinco mil infantes, e mil e trezentos cavallos, e destes perecerão brevemente muitos de enfermidades adquiridas no rigor do inverno, e incommodidades do sitio.»

Os prisioneiros orçaram por mais de cinco mil, alem de seiscentos feridos e enfermos, que o Conde de Cantanhede «mandou piedosamente para Badajoz.» Tomaram-se ao inimigo dezassete peças de vários calibres, três morteiros, cinco petardos, quinze mil armas, muitas bandeiras e grandes quantidades de munições e mantimentos.

«Forão muito grandes as consequencias desta empreza; porque a adversidade dos successos antecedentes havia sido causa de se empenharem no soccorro de Elvas quasi os ultimos esforços do Reyno; e se a victoria se declarara a favor dos Castelhanos, todos os golpes das suas espadas havião de cortar só pela Nação Portugueza, por não constar o exercito de soccorro algum de tropas Estrangeiras. A defesa da Praça seria duvidosa, porque as doenças tinhão destruido a guarnição: os lugares abertos ficavão expostos á invasão dos Castelhanos; porque Extremoz não tinha naquelle tempo fortificação, e a estes forçosos males era contingente encandear-se outros muito maiores; e quanto mais os Castelhanos havião encarecido o tempo, que durou o sitio, nas gazetas, e manifestos que publicarão, a certeza das suas felicidades na confiança do nosso ultimo aperto, tanto mais forçosa a sentença, que derão quanto ao poder daquella Monarquia, mostrando ao Mundo, que o menos vigoroso das forças de Portugal, diminuidas pelos effeitos de hum contagio, bastava para desbaratallo. Os povos do Reyno, desmaiados com as infelicidades padecidas, cobrarão invencivel espirito, e se começarão a prevenir para novas emprezas. Os Principes aliados, argumentando das circumstancias da vitoria o valor dos Portuguezes, e o resolute empenho, com que determinavão defender

a sua liberdade, tratarão de ajuntar novas alianças; e por conclusão esta vitoria foi o seguro fundamento da conservação de Portugal.»

Comemoram a batalha das Linhas de Elvas um padrão e a ermida de São Jorge, conhecida pela designação de Santo Amaro, (2) monumentos êstes levantados, por ordem de D. Afonso VI, no outeiro dos Murtais.

O padrão, modernamente rodeado por um gradeamento, consta duma coluna de ordem toscana, com o pedestal assente num pavimento quadrado, ao qual se sobe por todos os lados por três degraus de pedra. A coluna mede 128 polegadas de altura e o pedestal quarenta e duas. Sôbre o capitel tem só a parte do entablamento e sobre êste uma corôa real. Nas faces do corpo do pedestal acha-se gravada uma larga inscrição descriptiva da batalha.

Terminâmos, com a batalha das Linhas de Elvas, o relato da historicidade da Serra de Nossa Senhora da Graça. A importância da sua posição estratégica ficou demonstrada nas diversas fases da luta memorável de que o exército português safu vencedor e a propósito do que transcrevemos ainda o seguinte:

«O grande monte, em que está situada a Ermida da invocação de N. Senhora da Graça, fronteiro á porta de S. Vicente, não tinha fortificação alguma, facilitando aos Castelhanos cerra-

(2) «E' obra de 1659, em acção de graças de ser ali onde os portuguezes mais se esforçaram em desalojar os hespanhoes na celebre batalha das Linhas d'Elvas, em dia de Santo Amaro Esta ermida tinha capelão militar, que recebia soldo pelo ministerio da guerra, hoje não o tem, e apenas como dependencia do Forte da Graça vae um veterano todos os dias saber se de todo acabou mais um monumento da nossa gloria e independencia.» — J. A. da Silva e Mata, Annaes de Elvas, já cit.

Ainda sobre a ermida archivâmos o seguinte :

«Ao sudoeste deste Forte da Graça, distante d'elle uns mil metros, existe a ermida de S. Forge (vulgarmente conhecida pelo nome de Santo Amaro) que foi edificada em memoria da batalha das linhas d'Elvas, a qual teve lugar no dia 14 de Janeiro de 1659. Era capella militar com seu respectivo capellão, e assim se conservou até 1846, em que deixou de o ter». — Descrição do Forte de N.ª S.ª da Graça (inédita), extraída em Dezembro de 1876, por José Maria Pereira de Almada, do relatorio elaborado pelo general Carlos de Barcellos Machado — a que alludimos no cap. VII.

Tanto a ermida, como o padrão, estão ha muitos anos entregues ao cuidado da corporação elvense designada por Comissão administrativa dos pastos dos olivais.

rem o cordão em menor distancia, e necessitarem de menos gente; e se acaso estivera fortificado com cinco baluartes, de que he capaz o monte, fóra ganhado empreza tão difficultosa, como a mesma Praça; porque a parte que olha a Elvas, não se podia atacar, por ficar exposta ás baterias de artilharia, nem impedir-se por esta razão os soccorros, pela breve distancia do valle, que divide os dous montes, que occupão a Praça, e Forte, regado do pequeno rio, que tem indifferentemente os nomes de Chinchês, e Ceto, que se confundem no rio Caia. Este monte ganharão logo os Castelhanos, e derão principio a hum Forte, que circundava a Ermida, donde começarão a jogar duas peças de artilharia contra a Praça, que só os telhados das cazas offendeu.» (\*)

---

(\*) *Conde da Ericcira, Hist. de Portugal Restaurado, tom. III, part. II, liv. I, Lisboa, MDCCLI. São tambem da mesma obra as citações que no texto vão entre comas.*

*Sobre a batalha das Linhas de Elvas vidé ainda:*

*Antonio Barbosa Bacellar, Relação da Victoria que alcançarão as armas do muito alto e poderoso Rei D. Affonso VI em 14 de janeiro de 1659, contra as de Castella, que tinham sitiado a praça d'Elvas, hindo por general do Exercito de Portugal o Conde de Cantanhede D. Antonio Luiz de Menezes, do Conselho do Estado e Guerra, e Vedor da Fazenda, Lisboa, 1659.*

*Manuel Pinheiro Chagas — Hist. de Portugal, vol. VIII, Lisboa, s. d. (1.<sup>a</sup> ed.)*

*E ainda uma obra poetica: Panegyrico ao Excellentissimo Senhor Dom Antonio Luiz de Menezes, Conde de Cantanhede, Governador das Armas da Provincia do Alemtejo, por Antonio da Fonseca Soares, em aplauso da gloriosa victoria das Linhas de Elvas em 14 de Janeiro de 1659. — Lisboa, 1659, reimp. em Elvas, 1906.*



## IV

# A evolução histórica e militar de Elvas

## Nos tempos antigos

**D**E um ponto fortificado, construído na aspereza de um monte, em preferência á suavidade duma campina, partiu decerto a fundação de Elvas.

Deveria ter sido na sua origem um castro construído pelos celtas, nessas épocas recuadas em que, segundo alguns autores, os povos desta raça povoaram as márgens do Tejo e do Anas, hoje Guadiana.

Povos de rudimentaríssima mentalidade, agrupavam-se no alto dos montes, a coberto das investidas das feras — o urso, o lobo e o javali, — e em perpétua defeza, com a familia e os gados recolhidos em recintos limitados por grossos penedos, das constantes invasões das hordas que lhes disputavam a posse do território.

Na primitiva e humilde povoação que Elvas foi nessas datas, viviam os celtas «derramando o sangue em serviço da patria, aborrecendo o regalo:

*Generosos animos labor nutrit  
nec est viri timere sudorem.»* (\*)

Segundo os melhores testemunhos tem Elvas, por tal motivo, a primazia de remontar á mais alta antiguidade no domínio da história da península.

---

(\*) Aires Varela, Theatro das antig. d'Elvas, já cit.

Os clássicos, como Aires Varela, dizem que Elvas teve principio 999 anos antes de Cristo e 2963 da criação do mundo, «tempo em que pouco mais ou menos, edificava Salomão os paços para sua habitação.» A' historia, que é hoje uma sciência firmada em dados positivos, não interessa uma tal cronologia, mas a poesia da lenda não deixa de ter seu encanto ao verifi- carmos que, segundo Aires Varela, «he esta cidade em quanto á sua primeira povoação mais antiga que Roma, e que a illustre Carthago, edeficada pella casta Rainha Dido.»

E' difficil averiguar-se o que de verídico existe no que se tem escrito acêrca da obscura fundação de Elvas. Ha ainda quem diga que os helvécios, povo feroz, que vivia entre a Itália e a Alemanha e de que descendem os actuais suiços, vieram á península com os celtas, «no ano 3009 da criação do mundo, 995 antes de Cristo» e que foram êles que com os celtiberos deram principio á povoação. E ainda ha quem afirme que Elvas foi fundada pelos hebreus 2104 anos antes de Cristo e que da sua cidade de Elba, da tribu de A'sser proveiu o nome de Elvas.

Dá-se tambem como certa a passagem dos cartagineses por esta região. De facto, tendo êstes expandido os seus domínios pelas costas mediterrânicas da península, alargaram, no ocidente, mais aquêem de Cadiz, a sua influênciã mercantil e cuituãl.

Maharbal, o célebre caudilho cartaginês, entrou na terra dos lusitanos. Em Elvas, que já era nêsse tempo povo de relativa importância, assentou arraiais e diz-se que restabelecendo-se difficilmente duma grave doença que o acometeu, mandou edifi- car, em acção de graça, a algumas léguas da cidade, um sum- ptuoso templo dedicado a Cupido, depois pelos lusitanos adorado como Endovélico.

E' de presumir que o antigo castro céltico fosse modificado pelos cartagineses, mas do que não resta dúvida é que a antiga povoação se circunscrevia ao pequeno recinto hoje denominado por bairro de Alcáçova e que corôa o ponto mais elevado da colina em que a cidade está construida.

O velho castelo é, nêsse local, com as constantes transforma- ções que nêle obraram os seus successivos occupadores, o derradeiro vestígio da fortaleza fundada na eminência que foi depois a testemunha secular de tantas lutas heroicas e porfiadas.

Nêste vetusto edificio, da dominação romana «apenas existe um portal, de solida e grossa cantaria, que do pateo da fortaleza dá ingresso a uma vasta quadra abobadada que se destinava a prisão.» (a)

---

(a) A. Thomaz Pires — Estudos e notas elvenses — IX — O Castello de Elvas, *Elvas* 1907.

Contudo, nesta região, são de relativa abundância os atestados da ocupação romana. Um sarcófago de mármore, algumas aras, cipos votivos e funerários, lápides sepulcrais, inúmeros fragmentos de mosaico, diversas moedas, objectos caseiros e de adorno e varias peças de cerâmica, teem sido encontrados na área do concelho de Elvas. (a)

O proprio nome de *Turres Albæ*, (b) pelo que então a povoação era designada, attribue sufficiente relêvo à existência da Elvas romana.

Escreve Aires Varela que Elvas foi conquistada aos lusitanos por Marco (ou Caio) Elvio, do qual proveiu o nome de Elvas. Segundo Tito Lívio, Elvio (ou Helvio) foi governador da região hoje designada por Alentejo, pelo que pôde haver alguma analogia entre os nomes Elvio e Elvii.

Não obstante ser desconhecida a existência de monumentos de origem goda, é natural que tanto os povos desta raça, como os romanos, alargassem numa linha mais robusta e desenvolvida a fortificação até então circunscrita ao castelo, acudindo assim a uma indispensável necessidade da população, que aumentava e que se encontrava sujeita a contínuas guerras de extermínio.

E assim se levantou um mais amplo sistema de defeza permanente, circundando a povoação de grossos muros.

Em 716 (ou 714) a invasão árabe sujeitou Elvas ao seu domínio, fazendo dela um centro populoso e florescente, que foi conhecido, pela corrupção da palavra *Elvas*, por *Ielch*, *Belch*, *Ielêh* ou *Felch*. O *xerife* Abu Abdalla Mohamed el Edrisi, na sua *Geografia*, que escreveu pelos anos de 483 da hegira (1090 da

(a) A. Thomaz Pires — Catalogo do Museu Archeologico da Camara Municipal de Elvas, Lisboa, 1901.

(b) «O P.<sup>o</sup> Fita, no Boletim de la Real Academia de la Historia, tomo XXV, pag. 154, tratando da Elvas romana, diz: «Quizá del nombre Castra Elvia se formó el de Elvas. Su fortaleza, ó alcazaba, estubo probablemente guarnecida por um destacamento de la legion VII gemina feliz, asi como el alcázar de Mérida.» Fundamenta esta sua opinião nas inscrições de duas lapides sepulcraes romanas, encontradas em Elvas, uma das quaes se guarda no Museu archeologico elvense.» A. Thomaz Pires — Est. e notas elvenses — IX — O Castello d'Elvas, já cit. = «Repartindo para effeitos de distribuição geográfica, como o fez Leite de Vasconcelos, o País . . . . . encontraríamos partindo do sul . . . . . No Conventus Pacencis, do Tejo ao Anas: . . . . . Dippo (Elvas?) — Damião Peres, Hist. de Portugal, part. terceira, «O dominio romano», por Virgilio Correia, no vol. I, já cit.

era de Cristo), cita Jelch, na província de Al-Kassr, como uma povoação célebre pela formosura das suas mulheres.

A passagem dos mouros pelo sul da península é abundantemente assinalada não só por inúmeros monumentos, como por certas crenças e tradições que chegaram aos nossos dias e até por muitas palavras de origem árabe que entraram no idioma português.

A cidade de Elvas, com muitas das suas ruas estreitas e o processo de construção das suas habitações, encimadas por terraços e extrema e alvinitemente caiadas, conserva ainda hoje as suas características árabes. Estas características revelam-se sobretudo no bairro de Alcáçova, a começar pela sua própria designação <sup>(\*)</sup> e a terminar num ou noutro detalhe architectónico, que transparece nas humildes habitações de que é constituído e na grande cisterna da sua igreja paroquial, onde outrora existia a mesquita sob cujas lájeas os crentes do Alcorão se prostravam invocando Allah e o seu profeta.

Da primeira cêrca militar da cidade ainda ali existem grandes fragmentos. A porta do Malhadeiro (ou Miradeiro) conservou até 1887, em que foi vítima dum inqualificável vandalismo, o tipo das construções mouriscas. Uma fôrma idêntica se nota na porta do Templo, escondida num recanto da residência que foi do ilustre Dr. Santa Clara.

Estas circunstâncias «persuadem-nos a que, quando os povos anteriores ao estabelecimento dos mouros em Elvas não tivessem construído a linha torreada da Alcáçova, a fizeram então os bereberes nos primeiros tempos da dominação africana; porquanto, vindo D. Sancho 2.<sup>o</sup> á conquista de Elvas, achou fóra d'estes muros da Alcáçova uma nova povoação, que se agrupava pela vertente mais acessível do monte; achou uma 2.<sup>a</sup> linha torreada, cingindo esta nova povoação; e ainda por fóra desta 2.<sup>a</sup> linha uma 3.<sup>a</sup> povoação, estendendo-se em bazares pelas esplanadas que as colonias portuguezas denominaram depois Carreira dos Cavallos, Feira, rua d'Alcamim e rua d'Olivença.

«Ora tudo isto, apesar da proximidade a que Elvas ficava de Badajoz, a capital do Al-Gharb o grande centro d'um dos mais

---

(\*) «Alcaçova . . . . Alcásba. Significa Fortaleza, ou Presidio, Castello, &c. «Nuno Gato com outro tropel de gente de Cavallo deo nos Mouros pela parte da Alcaçova.» *Damião de Goes, Chronica d'El Rei D. Manoel. Part. III, cap. 34.* — Vestígios da Lingoa arabica em Portugal, ou léxicon etymologico das palavras portuguezas, que teem origem arabica . . . por Fr. João de Sousa . . . augmentado e annotado por Fr. José de Santo Antonio Moura — Lisboa, 1830.

importantes emirados da Península, cujo desenvolvimento se devia evidentemente reflectir nas terras circunvisinhas, não se creava em 100, nem em 200 annos, mas em 500 e mais; e são estes os que decorrem desde o estabelecimento dos mouros em 716 até á sua rendição ao Rei cavalleiro, em 1226.

«Parece porem mais seguro que os arabes fossem só reformadores, fazendo reparar os muros da Alcaçova que encontraram arruinados, e dando ás duas portas, por onde estabeleceram a comunicação com os arrabaldes, a feição caracteristica da sua particular architectura.

«Dizemos duas portas, e de facto não achámos outras serventias públicas senão as designadas depois pelos christãos com os nomes de porta da Alcaçova, defronte do bairro da Mouraria, e porta do Templo ou do Tempre, defronte da igreja que fundaram os Tempreiros ou Templarios.

«A primeira punha em rápida comunicação a villa velha com o concorrido bairro do Salvador, e com a porta do Hospital e a Porta-nova; a segunda encurtava o caminho aos que se dirigiam para os bazares pelas portas de Santiago e do Bispo, e para os campos de S. Martinho.

«Havia uma terceira porta chamada da Traição; mas essa, como as de denominação idêntica, aberta em todos os castellos, era d'uso privativo da guarnição militar, quando cercada em tempos de guerra, para as sortidas inopinadas sobre o arraial inimigo.» <sup>(a)</sup>

Dos mouros appareceram duas lápides que dizem, uma que Muley Abdallah, Alcaide de Mérida, em tempo de Almançor — que governou no último quartel do seculo X e principio do XI — e outra que Flamet dos Leões, tambem no Tempo de Almançor. mandaram, cada qual, erigir «este castelo», e de presumir é que a referência seja feita ao ainda hoje existente castelo de Elvas. <sup>b)</sup>

## No período de organização da nacionalidade

Nas suas esforçadas expedições ao sul do país Afonso Henriques tomou Elvas aos mouros em 1166. E' efémera a passagem dos portuguezes pela já então histórica povoação, que sem demora regressou ao poder dos arabes. Resgatada por D. Sancho I, em

(<sup>a</sup>) *Vict. de Almada* — Elementos para um Dicc. de geog. e hist. port. — Conc. de Elvas, etc. tom. prim., — *Elvas, 1888.*

(<sup>b</sup>) *No Theat. das antig. d'Elvas, de Aires Varela, já cit., vem a reprodução, em caracteres árabes, do texto destas duas lápides.*

1200, (a) voltou em breve ao dominio dos seus antigos occupadores, até que, como já vimos no capítulo anterior, foi definitivamente conquistada por D. Sancho II, em 1226.

Caso não averiguado é que o braço de armas municipais de Elvas represente D. Sancho II, montado em cavalo ajaezado e empunhando o estandarte das quinas. A tradição diz que se trata dum cavaleiro que em dia de Corpo de Deus roubou o estandarte de Badajoz e que, recolhendo-se á cidade, perseguido pela cavalaria, encontrou as portas fechadas por ordem do governador, o que ocasionou que, depois de trez voltas baldadamente dadas ao redor da muralha, fosse colhido pelos seus perseguidores e frito em azeite, não sem

que antes tivesse arrojado o trofeu para dentro dos muros da praça. Lenda identica existe noutras povoações.



(a) Nem todos os historiadores dão crédito tanto a este facto como ao da conquista de Elvas por D. Afonso Henriques, visto não estarem suficientemente documentados. Eis, contudo, duas referências:

Depois de ir «sobre outros castellos da Estremadura, que ainda crão de Mouros, durando em os tomar seis annos, e depois que os teve assentados, e assi toda a terra de Estremadura, ajuntou todas suas gentes, e passou-se a Alentejo, onde fez grande destruição em os Mouros, tomando lhes Alcacere, Evora, Elvas, Moura e Serpa, e outros lugares até chegar a Beja...» — Duarte Galvão, Chronica d'El-Rei D. Affonso Henriques.

«No anno seguinte de mil duzentos e oito (1208) a vinte cinco dias de Julho, se acha brevemente que o dito Rei com gente de guerra ordenada tomou aos mouros por força o Castello Delvas, e esta foi a derradeira couza, que por servigo, e acrescentamento de sua honra, e bom nome fez contra os inséis no qual feito já com elle foi o Ifante D. Affonso seu filho erdeiro, que apoz elle Reinou.» — Rui de Pina, Chronica d'El-Rei D. Sancho I.

Seja ou não certo que se trate de D. Sancho II, de Gil Fernandes — a que mais adiante nos referiremos — ou dum anónimo João Paes Gago, o braço de Elvas tem dentro dum escudo, em campo vermelho, um cavaleiro, voltado á direita, com capacete emplumado, a bandeira ao ombro e nela o escudo das quinas; cavalo a passo, com seu penacho e a coberta semeada de escudetes das quinas, intervalados com umas vinhetas bordadas; orla com o versículo de David: CVSTODI NOS DOMINE VT PVPILLAM OCVLI ☩ — o que traduzido diz: «Guardae-nos, Senhor, como as meninas dos olhos.»

Em 1229, três anos após a conquista, D. Sancho II mandou restaurar as fortificações de Elvas, ao mesmo tempo que a povoava, concedendo-lhe foral com os mesmos privilégios de Évora.

No ano de 1230 é nomeado o primeiro alcaide-mór ou governador do Castelo, cargo para que foi escolhido Gonçalo Martins. (a)

D. Diniz, a quem a defesa do país mereceu grande cuidado, reorganizando a hoste e construindo e restaurando um grande número de castelos, aperfeiçoou a fortificação de Elvas, fazendo-lhe grandes restaurações. No Castelo um torreão ou cubelo, voltado ao sul, conserva ainda, em parte, o tipo architectónico militar daquêle tempo, pelo que o podemos considerar contemporaneo das pases, feitas em Badajoz e rectificadas em Elvas, em 1292, entre D. Diniz e o seu turbulento irmão D. Afonso, que lhe disputava a legitimidade e o trono.

Entre os anos de 1325 a 1337, por meros despeitos íntimos das famílias reinantes dos dois países, Portugal e Espanha envolveram-se numa devastadora guerra de fronteiras, que só teve termo perante a ameaça duma nova invasão sarracena. O rei de Portugal, Afonso IV, mandou invadir Castela por dois exércitos, um dos quais êle proprio comandou e com que pôs cêrco a Badajoz, cometendo as maiores represálias.

Seu genro, Afonso XI, de Castela, em breve lhe responde, cercando Elvas, durante dois dias, em 1336 e, segundo o cronista Rui de Pina, danificando os arrabaldes da povoação, estragando as hortas e olivais, sequestrando os gados e fazendo grande número de cativos.

Pôsto o dilema da invasão da Península por um grande exército comandado pelo emir de Marrocos, Abul-Hassan, os dois monarcas vêem se constangidos a pôr de parte as ruins paixões

---

(a) *Dos trinta e cinco alcaides-môres conhecidos no Castelo de Elvas o ultimo foi, já no seculo passado, o Marquês de Sabugosa, Antonio Maria de Melo Silva Cezar de Menezes.*

que os separavam e resolvem enfrentar os sarracenos, para o que é ainda em Elvas que em 1340 se reúnem as tropas portuguesas e que daqui partem para Sevilha, unir-se ás castelhanas, indo apoz cobrir se de glória nas margens do Salado.

Presume se, por motivos julgados suficientes, que Afonso IV tivesse mandado restaurar, durante o seu reinado, as fortificações de Elvas.

E' verosimil que D. Fernando, que com todo o cuidado tratou dos negócios da milicia, fazendo vêr os castelos — como diz Fernão Lopes — reparar os muros, torres e casas, paredes, portas e pontes levadiças e tudo fornecer de armas, cubas e outras vasilhas em uso ao tempo, determinasse novas obras nas fortificações de Elvas.

A terceira cêrca de muralhas da cidade, não excluindo a hipótese de que dela tivesse tratado D. Afonso IV, é de ponto a sidente fernandina; e tinha 22 torres e 11 portas. Essas portas eram as seguintes: dos Banhos, junto á ermida de São Lázaro, ao lado da Fonte da Prata; de Badajoz; dos Mártires, talvez nas proximidades da actual igreja de São Domingos; de Olivença, também chamada Porta Real, por ser aquella por onde faziam entrada as pessoas reais; de Evora, onde está hoje o hospital militar; de São Pedro, aos noutro tempo chamados Fornos de El Rei; de São Francisco, ao fim da Rua do mesmo nome, onde está a actual poterna; dos Enforcados, hoje da Esquina; de São Martinho, de Trempe e do Hospital.

Parece também averiguado que são de fundação fernandina as torres de Sosna, Perdigão e Segóvia, nas herdades dos mesmos nomes, talvez as mais antigas atalaias de construção portuguesa isoladas como postos avançados na solidão das terras da Elvas dessa epoca. (a)

---

(a) As atalaias eram fortes torres, destacadas do corpo duma praça de guerra e situadas quasi sempre nos pontos mais elevados. Serviam de postos de observação e tinham ordinariamente capacidade para alojarem os piquetes avançados ou exploradores, quando perseguidos de perto. As comunicações das atalaias umas com as outras eram feitas por sinais convencionalmente estabelecidos, primeiro com fumo de dia e fogo de noite e mais tarde com tiros de mosquete. Desta fórma preveniam as praças de guerra da aproximação do inimigo.

Nos campos de Elvas já existiam atalaias no tempo dos mouros. São dessa epoca as torres de Alfarofe, de Cabedal, da Ovelheira, de Alcobaga, do Curvo e do Reguengo. Outras são de construção posterior. As torres de Siqueira ou de Picão, de Fontalva, Penaclara, do Mouro, do Brito, de Bolsa e do Pomar de

As ambições de D. Fernando, que o levaram a pretender baldadamente a corôa de Castela e a má politica, não obstante a sua manifesta inteligência, que pelo casamento com Leonor Teles lhe preparou o maior número de desastres, subjugado como estava pela *covardice de coração* — como diz o cronista — aos caprichos dessa fatídica mulher, voltaram a pôr Elvas como sentinela vigilante da defesa do país, na contingência de novos ataques por banda dos nossos vizinhos.

Gil Fernandes, fiel escudeiro e bom português, que mais tarde foi alcaide-mór do castelo de Elvas (1384-90), por sucessão a Fernando Alvares Pereira, irmão do condestavel D. Nuno, cheio de fé patriótica e no intuito de desafrontar os povos desta região, invade em 1369 as proximas terras da Extremadura espanhola e destroe algumas povoações.

Na primavera de 1881 atravessam o Caia e armam as suas tendas nos olivais, diante de Elvas, os exércitos dos mestres das ordens de Santiago e de Alcantara, D. Fernando Ansués e D. Mendo Soares. No dia immediato, com geral estupefação da população da vila, que se preparava para piores contingências, os espanhoes levantam do campo e seguem por Veiros, para o interior do país.

A 13 de Julho o infante D. João, filho de D. Pedro I e de D. Inês de Castro, que se havia refugiado em Espanha, por desavenças com sua cunhada Leonor Teles, cêrca Elvas em junção com as tropas dos Mestres de Santiago e de Alcantara que vinha socorrer, mas levanta arraiais vinte e cinco dias depois e, sem conseguir qualquer intento, recolhe se a Castela, onde acabou por ser preso. Os resultados dêste cêrco fôram desastrosos, visto que o desvairado infante entrou no Alentejo sa-

---

*el-Rei ou são do tempo de D. Fernando ou possivelmente do de D. João II. Durante as guerras da Restauração não só se aproveitaram as antigas atalaias como outras se construíram.*

*No número de umas e outras entram a dos Sapateiros, para os lados de Vila Boim, a da Defêsa de Almeida, nos arredores de Santa Eulalia, e as da Encara, de Sosna e da Torrinha. Posteriormente ha noticia das torres das Espadas e da Sê. Eram, enfim, numerosas, mas a acção do tempo e o vandalismo dos homens foram lentamente danificando-as, de fôrma que, áparte uma ou outra, encorporada na casa dos montes, só existem ruinas de algumas e de outras nem sequer vestigios já se encontram. — Sobre o assunto vid. Vict. de Almada, Elem. para um Dicc. de Geog. e Hist., conc. de Elvas, tom. segundo, já cit. e Dr. José Avelino da Silva e Matta, Annaes de Elvas, tambem já cit.*

queando, incendiando, deixando atrás de si um rasto de fôgo e sangue.

Era governador da praça D. Alvaro Píres de Castro, Conde de Arraiolos, alcaide-mór de Lisboa, irmão de D. Inês de Castro e então se viu o caso extraordinário dum general castelhano defender Portugal contra um general português, que à frente de castelhanos lhe fazia guerra!

Nas constantes lutas que com Castela D. Fernando sustentou, sem brilho militar nem ardôr patriótico, succedeu que a 6 de julho de 1382 o exército português acampou em frente de Elvas, nas visinhas terras do Cáia, Leonor Teles, que acompanhava o seu real consorte e se alojára no Castelo, deu à luz um filho, «que em breves dias morreo».

D. João I, de Castela, desiste de investir com a truculenta praça fronteiriça. Mas em perigo immediato da nossa independência é feita a paz entre as duas nações peninsulares e, como garantia de um pacto vergonhoso, no então chamado Vale das Hortas, o pitoresco local situado entre a cidade e a Serra da Graça, entrega-se em casamento ao rei da Espanha a princesa D. Beatriz, a herdeira do trono de Portugal. O Cardeal de Aragão abençoa o enlace. E o joven Nuno Alvares Pereira, que foi depois o grande condestável, impellido talvez por aquela tensão que mais tarde estravasou na luta insana contra o visinho inimigo, põe no banquete dêsse mau presagiado casamento a nota discordante, que Fernão Lopes tão interessantemente descreve, de meter o pé por baixo duma mesa, e dar com ela em terra, perante as duas côrtes reunidas, só porque os arrogantes fidalgos de Castela, que à mesma comiam, não tiveram a elementar cortezia de lhe oferecer lugar.

Morto D. Fernando, em 1383, é posta à prova a independência da nação. Elvas é das primeiras terras do país a revoltar-se contra a situação que se prepara a favor do rei de Castela. E' nesta ocasião, na epoca de Nunalvares, que o elven e Gil Fernandes, o lendário Gil Friz, que tantos prodígios de valor obrou, que foi o ídolo, o mentor, o director espiritual da Elvas de então, deu com os seus feitos uma das mais fortes lições de energia patriótica e é então que D. João I, de Castela, entra em Portugal, com propósitos de absorção. Assedia Elvas em julho de 1385, com um exército de 30:000 homens. Informado, porém, de que o Mestre de Aviz e o Condestável vinham ao seu encontro; espantado talvez com a heroica resistência que Elvas lhe oferece e com a indómита bravura de Gil Fernandes; provada a ousadia dos habitantes da praça, que nunca cerraram as portas da mesma e desafiado o ânimo patriótico da população, nas constantes pelepas com o inimigo, a quem chegou a tomar as munições que de Badajoz lhe eram enviadas, o rei de Castela

levanta o cerco e retira para Ciudad Rodrigo. Voltou, porém, a entrar no país, atravessou as Beiras, ocupou Coimbra e a seguir Leiria. Pretendeu dirigir-se a Lisboa mas, logrado no seu intento, as suas tropas fôram completamente desbaratadas, em 14 de Agosto, na gloriosa batalha de Aljubarrota.

E assim, com a sua prodigiosa defesa e com os actos memoráveis que deveriam ser pelo mármore e pelo bronze, do seu legendário Gil Fernandes, ficou cabendo a Elvas a primazia de ter preparado o desenlace d'essa luta desigual, em que Portugal reivindicou definitivamente a sua existência, como nação independente.

Do exposto resulta que é certa a convicção de que já n'essa época Elvas era uma praça forte, com «um robusto castelo e uma bôa cêrca de muralhas.»

### Do seculo XV á dominação filipina

Talvez pelo motivo de conservar e quiçá de ampliar a obra de fortificação de Elvas, D. João II mandou, em 1488, reconstruir a torre da parte direita do Castelo, cuja porta principal era defendida por duas torres de granito, de figura quadrada e fábrika simples. Essa torre tomou maior âmbito, mais resistência e outra elevação, pelo que ficou, por excelência, o lugar forte do velho Castelo — a sua *torre de menagem*, o último reduto do alcaide-mór e dos defensores. Por ordem do Principe Perfeito fôram colocadas — e ainda hoje ali se vêem — as armas reais, o escudo sem corôa, com as quinas em uso no seculo XV e na orla dezasseis castelos, tendo por baixo o pelicano alimentando os filhos.

E' de supôr, pelo facto de serem oriundas de Elvas algumas das mais antigas bocas de fogo adoptadas em Portugal e hoje existentes no Museu de Artilharia, em Lisboa, — os *trons* ou *bombardas grossas* — que a praça já n'essa época possuísse alguma artilharia.

D. Manuel I teve Elvas na conta das melhores terras do seu reino. Confirmou-lhe em Almeirim a 3 de Março de 1507, o foral que lhe havia sido doado por D. Sancho II, em 1229. Outorgou-lhe novo foral, confirmando-lhe todos os muitos e grandes sóros e privilegios antigos, em Lisboa, a 1 de Junho de 1512. E como ainda não fôsse sufficiente, elevou-a à categoria de cidade por carta régia dada em Evora aos 20 de Abril de 1513, «esguardando nos, os m.<sup>tos</sup> e singulares serv.<sup>çõs</sup>, q. os Reys nossos antecessores deste R.<sup>no</sup> sempre receberão, e nós temos recebido dos fidalgos, cavalr.<sup>os</sup>, escudr.<sup>os</sup> e povo da nossa notavel e m.<sup>to</sup> honrada V.<sup>a</sup> de Elvas, com risco de suas pessoas, e dispendio de suas faz.<sup>das</sup> . . . »

O *Rei Venturoso*, tratando de mandar aperfeiçoar muitas fortificações que o tempo havia danificado, fez igualmente com que se tirassem plantas dos lugares fortes situados nos limites de Portugal e Castela e é por este motivo que no in-fólio em pergaminho, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e designado por *Livro das fortalezas*, de cuja factura havia sido encarregado o escudeiro *Duarte d'Armas*, figura a praça de Elvas.

Com o desastre de Alcacer Kibir ofusca-se por um momento a consciência colectiva da nacionalidade.

Morto o cardeal-rei D. Henrique ainda a Câmara de Elvas mandou iniciar algumas obras de reparação nas arruinadas fortificações da cidade, como a reedificação dos muros, o concôrto das ameias e da barbacã, trabalhos que no entanto fôram interrompidos, pela anexação do país a Castela e pela qual Elvas deixava de ser uma praça fronteiriça.

Excluindo uma ou outra voz isolada — e o protesto calado da *grande e vil tristeza* em que o povo português amodorrara — a parte nobre e, por consequência, dirigente do país, anuiu à submissão pusilânime de Portugal a Castela. A entrega de Elvas a Filipe II é uma página vergonhosa da nossa história que para aqui vem a propósito de se contar como as muralhas da velha praça, levantadas pelos antepassados da fraca geração dêsse tempo, para nada serviram. <sup>(a)</sup>

Em 1580, os Pessanhas, dos mais nobres fidalgos elvenses, haviam-se vendido aos castelhanos e combinaram com êles a conquista pacífica da cidade e do Castelo.

Por vis intrigas conseguiram pôr o povo de seu lado e assim que viram assegurado o êxito das suas criminosas maquinações, abriram as portas da cidade, a 18 de Junho, ao general castelhano D. Sancho de Avila. Atraz dêste veiu o duque de Alba e logo após o próprio Filipe II, que em Elvas residiu com a sua côrte desde 9 de janeiro a 28 de fevereiro de 1581.

Retirando o usurpador para Lisboa, a população da cidade revoltou-se ostensivamente contra o domínio estrangeiro, mas não sendo secundada pelo resto da nação, succumbiu ao pêso duma severa repressão, em consequência da qual fôram presos para Castela muitos fidalgos e gente de Elvas.

---

(a) *A. Thomaz Pires* — Estudos e notas elvenses — II — A entrega da praça d'Elvas a Filipe II de Castella em 1580. *Elvas*, 1904.

## Durante as guerras da Restauração

Sessenta anos depois, pela Restauração, é Elvas uma das primeiras terras do país a acompanhar o partido do Duque de Bragança. A revolução deu-se em Lisboa a 1 de Dezembro de 1640. Pois a 3 do mesmo mês já Elvas procedia à aclamação de D. João IV.

E logo se entra numa nova fase de lutas, do maior brilhantismo e de enormes sacrificios para a cidade que, como diz Pinheiro Chagas, «tem dependurada da boca dos seus canhões as chaves da independência.»

Estava indicado que o primeiro cuidado da nova dinastia fôsse preparar a defesa nacional. A propósito dêste facto desviemo-nos, por momentos, do assunto de que estamos tratando e vejâmos quais as medidas desde logo adotadas:

«Repartio ElRey os Governadores pelas provincias; dividio as Provincias em Comarcas, e as Comarcas, em Companhias, tendo cada huma das comarcas hum governador, hum Sargento Mór, e dous ajudantes, e cada huma das Companhias todos os officiaes de q. costumão compor-se. Esta qualidade de gente tinha o titulo de Ordenanças, e estava alistada por todo o Reyno, com utilissima distincção, comprehendendo as listas todos os homens do Reyno de 15. até 70. annos. Destas listas se tiravão para soldados pagos os filhos segundos de todo o genero de pessoas, exceptuando-se os filhos unicos de viuvias, e lavradores para a cultura da terra. Dêstes, e dos casados de boa idade, e disposição, se formou em cada huma das comarcas hum terço, dando-lhe o titulo de Auxiliares. Nomeava ElRey para Mestre de Campo de cada hum dos Terços a pessoa mais nobre, e de melhor talento daquella Comarca, e das mesmas qualidades se buscavão os Capitaens para as Companhias; a todos estes officiaes dava ElRey patentes, e privilegios de pagos. Buscavão-se para Sargentos Mayores, e Ajudantes destes terços os Capitaens de Infantaria, e Alferes mais praticos dos exercitos, com o fim de exercitarem os soldados, e erão socorridos da mesma sorte que os mais das fronteiras. A obrigação dos Terços Auxiliares era acudirerem ás fronteiras, para que estavam destinados, na occasião da guerra ou offensiva ou defensiva; em quanto estavam nellas, erão socorridos com pão de munição, como os soldados pagos, e o mesmo se observava com os da Ordenança: acabadas as occasioens se recolhião a suas casas. As Companhias da Ordenança, que se compunhão dos homens de mayor idade, acodião quando era maior o aperto, e quando os exercitos estavam em Campanha, a guarnecer as praças que lhe ficavão mais visinhas. E para que esta ordem se não confundisse nem houvesse exorbitancias, muito contingentes nestas diligencias, quando era

necessario levas para os exercitos, repartia ElRey por todas as Comarcas do Reyno os Generaes, e Cabos de mayor zelo e experiencia, e os ministros de mayor qualidade, e confiança. Da provincia do Alemtejo se tiravão para a mesma Provincia as levas de soldados pagos, dedicando-se ou huma só Comarca grande, ou duas pequenas unidas para as levas de cada hum dos Terços, e da mesma sorte os lugares para as companhias; assim para que os soldados, sendo parentes, e conhecidos, se conservassem; como para que aumentando-se, fossem faceis de reconduzir. E porque as Praças do Alemtejo são mais, e os exercitos mayores, e que operavão continuamente dedicou ElRey com a mesma distincção de Comarcas, e mais ordem referida, toda a provincia da Estremadura e parte da Beyra para acudir a Alemtejo. As mais provincias se alimentavão a si mesmas com a mesma ordem, e disciplina. Para se conservar a Cavallaria, se usou de huma industria tão util, que pareceo pelo effeito milagrosa: deo-se-lhe o nome de Area, e Contrato, que vinha a ser entregar ElRey aos Capitaens hum certo numero de cavallos, os quaes são obrigados a conservar comprando com o seu dinheiro os que lhe faltavão dando ElRey para este effeyto nas mostras hum certo preço, o qual crescia tanto quanto as companhias se augmentavão, declarando-se no contrato que os Capitaens fizerão com ElRey, outras distincções de muito grande conveniencia. Acudia á Provincia em que havia guerra, a que ficava mais visinha, e succedendo de marchar com as tropas o Governador das Armas, estava á ordem daquella a que soccorria; ajustamento que evitou muitos embaraços, que nestas occasioens costumão acontecer. As mais disposições militares forão tiradas, das que observarão em todos os seculos os mayores Mestres da guerra, e chegarão a exercitar-se com tanta perfeição, que pudera Portugal ser escola de todas as nações da Europa, assim como nella foy theatro dos mayores progressos » (a)

As côrtes, convocadas para 28 de Janeiro de 1641, deliberaram que para guarnecer as fronteiras se levantassem 20.000 infantes e 4.000 cavalos, para manutenção dos quais as décimas fôrão aumentadas; que se observasse o regimento, que determinava que houvesse artelheiros nas fortalezas; que se fundassem no país fábricas de armas e de artelharia; que se criassem caudelarias nas terras produtoras de cavalos; e ainda que se reparassem os castelos e as fortalezas, e outras se construissem de novo, devendo tratar se da sua guarnição, destinando-se a

---

(a) *Conde da Ericçira, Hist. de Port. Restaurado, tom. I, liv. IV, Lisboa, MDCCL1.*

estes fins o rendimento das terças dos concelhos. Por carta régia de 12 de Outubro de 1641, dirigida ao governador das armas da provincia do Alentejo, D João IV mandava «dar providencias sobre os quartéis dos soldados na praça d'Elvas.»<sup>(a)</sup>

No ano de 1640, em que eclodiu o movimento conhecido pela Restauração, foi nomeado capitão general de todo o reino D. Afonso de Portugal, Conde de Vimioso, que, passando a exercitar o seu pôsto só na provincia do Alentejo, escolheu Elvas para praça de armas, por entender que era a mais capaz de satisfazer aos requisitos que tinha em vista. De facto, «Elvas fica em sitio mais eminente (com referencia a Badajoz); porém sobese a ella com tão pouco trabalho, que parece que foy prevenção da natureza fazella tão regular, para que a circunvalasse huma das melhores fortificações do mundo.»

«Achou o Conde de Vimioso por intervenção do Bispo de Elvas D. Manuel da Cunha dispostos os animos dos moradores a empenhar as vidas na liberdade da Patria, e a sacrificar as fazendas á defesa da Cidade. Com esta resolução havião derrubado as cazas, que embaraçavão a antigua muralha, de que Elvas com terceiro recinto que recolhia a si todos os edificios era cercada, levantando algumas ruinas que os muitos annos havião occasionado na muralha.»<sup>(b)</sup>

Por essa epoca, em que Matias de Albuquerque superintendia nas fortificações, se construíram, sob sua ordem, três meias luas diante das portas da cidade e se levantou outra no outeiro em que mais tarde se deu principio ao Forte de Santa Luzia.

Ainda de Matias de Albuquerque partiram as iniciativas de se facilitar a comunicação da muralha pela sua parte interior, de maneira a poder-se correr toda e de se mandar «arrimar algum terraplano nos lugares por onde mais facilmente podia ser batida da artilharia.»

Mas dêste caso, como doutros, resalta a alta intuição patriótica e o instinto de solidariedade do povo de Elvas, pois que foi êle que voluntariamente concorreu «para o dispendio destas obras com o dinheiro, que resultava de dous reis que impuzêrão na carne, peixe e vinho, estando costumados a lhe parecer suave este genero de tributo, sendo seus antepassados os primeiros que o introduzirão em Portugal para a grande fabrica de arcos, e canos, <sup>(c)</sup> com os quaes meterão a agua na Cidade, ficando as

<sup>(a)</sup> Antonio Joaquim de Gouveia Pinto — Memoria estatístico-historico-militar, Lisboa, 1832.

<sup>(b)</sup> Conde da Ericçeira, Hist. de Port. Rest., tom. I, liv. IV, já cit.

<sup>(c)</sup> O Aqueduto da Amoreira, a que já incidentalmente nos referimos.

necessario levas para os exercitos, repartia ElRey por todas as Comarcas do Reyno os Generaes, e Cabos de mayor zelo e experiencia, e os ministros de mayor qualidade, e confiança. Da provincia do Alemtejo se tiravão para a mesma Provincia as levas de soldados pagos, dedicando-se ou huma só Comarca grande, ou duas pequenas unidas para as levas de cada hum dos Terços, e da mesma sorte os lugares para as companhias; assim para que os soldados, sendo parentes, e conhecidos, se conservassem; como para que aumentando-se, fossem faceis de reconduzir. E porque as Praças do Alemtejo erão mais, e os exercitos mayores, e que operavão continuamente dedicou ElRey com a mesma distincção de Comarcas, e mais ordem referida, toda a provincia da Estremadura e parte da Beyra para acudirem a Alemtejo. As mais provincias se alimentavão a si mesmas com a mesma ordem, e disciplina. Para se conservar a Cavallaria, se usou de huma industria tão util, que pareceo pelo effeito milagrosa: deo-se-lhe o nome de Area, e Contrato, que vinha a ser entregar ElRey aos Capitaens hum certo numero de cavallo, os quaes erão obrigados a conservar comprando com o seu dinheiro os que lhe faltavão dando ElRey para este effeyto nas mostras hum certo preço, o qual crescia tanto quanto as companhias se augmentavão, declarando-se no contrato que os Capitaens fizerão com ElRey, outras distincçoens de muito grande conveniência. Acudia á Provincia em que havia guerra, a que ficava mais visinha, e succedendo de marchar com as tropas o Governador das Armas, estava á ordem daquelle a que soccorria; ajustamento que evitou muitos embaraços, que nestas occasioens costumão acontecer. As mais disposiçoens militares forão tiradas, das que observarão em todos os séculos os mayores Mestres da guerra, e chegarão a exercitar-se com tanta perfeição, que pudera Portugal ser escola de todas as naçoens da Europa, assim como nella foy theatro dos mayores progressos » (a)

As côrtes, convocadas para 28 de Janeiro de 1641, deliberaram que para guarnecer as fronteiras se levantassem 20.000 infantes e 4.000 cavalos, para manutenção dos quais as décimas fôram aumentadas; que se observasse o regimento, que determinava que houvesse artelheiros nas fortalezas; que se fundassem no país fábricas de armas e de artilharia; que se criassem caudelarias nas terras produtoras de cavalos; e ainda que se reparassem os castelos e as fortalezas, e outras se construissem de novo, devendo tratar se da sua guarnição, destinando-se a

---

(a) *Conde da Ericcira*, Hist. de Port. Restaurado, tom. I, liv. IV, Lisboa, MDCCL1.

estes fins o rendimento das terças dos concelhos. Por carta régia de 12 de Outubro de 1641, dirigida ao governador das armas da provincia do Alentejo, D João IV mandava «dar providencias sobre os quartéis dos soldados na praça d'Elvas.»<sup>(a)</sup>

No ano de 1640, em que eclodiu o movimento conhecido pela Restauração, foi nomeado capitão general de todo o reino D. Afonso de Portugal, Conde de Vimioso, que, passando a exercitar o seu pôsto só na provincia do Alentejo, escolheu Elvas para praça de armas, por entender que era a mais capaz de satisfazer aos requisitos que tinha em vista. De facto, «Elvas fica em sitio mais eminente (com referencia a Badajoz): porém sobe-se a ella com tão pouco trabalho, que parece que foy prevenção da natureza fazella tão regular, para que a circumvalasse huma das melhores fortificações do mundo.»

«Achou o Conde de Vimioso por intervenção do Bispo de Elvas D. Manuel da Cunha dispostos os animos dos moradores a empenhar as vidas na liberdade da Patria, e a sacrificar as fazendas á defesa da Cidade. Com esta resolução havião derrubado as cazas, que embaraçavão a antiga muralha, de que Elvas com terceiro recinto que recolhia a si todos os edificios era cercada, levantando algumas ruinas que os muitos annos havião occasionado na muralha.»<sup>(b)</sup>

Por essa epoca, em que Matias de Albuquerque superintendia nas fortificações, se construíram, sob sua ordem, três meias luas diante das portas da cidade e se levantou outra no outeiro em que mais tarde se deu principio ao Forte de Santa Luzia.

Ainda de Matias de Albuquerque partiram as iniciativas de se facilitar a comunicação da muralha pela sua parte interior, de maneira a poder-se correr toda e de se mandar «arrimar algum terraplano nos lugares por onde mais facilmente podia ser batida da artilharia.»

Mas dêste caso, como doutros, resalta a alta intuição patriótica e o instinto de solidariedade do povo de Elvas, pois que foi êle que voluntariamente concorreu «para o dispendio destas obras com o dinheiro, que resultava de dous reis que impuzêrão na carne, peixe e vinho, estando costumados a lhe parecer suave este genero de tributo, sendo seus antepassados os primeiros que o introduzirão em Portugal para a grande fabrica de arcos, e canos, <sup>(c)</sup> com os quaes meterão a agua na Cidade, ficando as

<sup>(a)</sup> Antonio Joaquim de Gouveia Pinto — Memoria estatístico-histórico-militar, Lisboa, 1832.

<sup>(b)</sup> Conde da Ericeira, Hist. de Port. Rest., tom. I, liv. IV, já cit.

<sup>(c)</sup> O Aqueduto da Amoreira, a que já incidentalmente nos referimos.

fontes donde sahe, huma legoa della: deixando este tributo em todo o Reyno o título de *Real da Agoa* ao que agora se costuma impôr, offerecendo se algum aperto nas mais das Cidades, e lugares delle.» <sup>(a)</sup>

Procurando rehavêr Portugal por negociações secretas, e sendo possível que influísse nessa tática o facto de lhe faltarem os meios de combate, visto ter os seus exércitos dispersos pela Flandres e pela Catalunha, a Espanha só em 1641 rompeu as hostilidades.

Principiou-se por uma guerra propriamente de escaramuças. As armas castelhanas encontravam-se sob o comando do Conde de Monte-Rey, cujo quartel general estava instalado em Merida. Governava Badajoz o Marquês de Toral que, não dispondo de tropas formidaveis, contava porêem com o factor de serem superiores às nossas em número e em disciplina.

Foi Toral que provocou as hostilidades e o primeiro caso sério deu-se a 9 de Julho com a ronda que, saindo de Elvas, habitualmente desprevenida, sofreu o primeiro ataque dos castelhanos.

A essa ronda, constituída por dez cavalos, da companhia de D. Rodrigo de Castro, competiu a sorte de ter o primeiro morto em combate nas lutas da Restauração, o soldado Roque Antunes.

Ocioso se torna alongarmo nos em pormenores sobre êsse longo periodo em que da nação se exigiram os maiores sacrificios, em prol da sua independência. Não deixaremos porêem de notar que «o terreno das Provincias que sustentavão a mayor força da guerra, era em tudo diverso: porque o de Alentejo he campanha por toda a parte que olha ao Guadiana, que foy o teatro dos mayores progressos militares, e nesta consideração crão continuas, e mayores as occasioens da Cavallaria.» <sup>(b)</sup>

Confórme as deliberações do conselho de guerra, as vetustas muralhas de Elvas, que se encontravam em estado de verdadeira ruina, iam ser reparadas e modificadas. Introduzia-se-lhes o sistema abaluartado, consentâneo com os progressos das armas de fogo e dava-se início à série de fortes que mais tarde a cercaram.

Faltavam os peritos na sciência de fortificação. Quiz porêem o acaso que um naufrágio arrojasse ás costas de Portugal o padre da Companhia de Jesus João Paschasio Sciermans, conhecido depois por Cosmander. Natural de Bruges, na Belgica, era um matemático insigne e um professor abalisado. Dirigia-se ás

<sup>(a)</sup> Conde da Ericceira, *obr. cit.*, tom. I, liv. IV.

<sup>(b)</sup> Conde da Ericceira, *ob. cit.*, tom. I, liv. IV.

missões do oriente, mas por pedido do rei e de outras personalidades, acedeu a despir «o habito de religioso e a vestir o sago de militar.» Por alvará de 22 de Dezembro de 1642 recebeu mandato e autoridade de D. João IV para fortificar as primeiras praças do país. Tratou das fortificações de Campo Maior e Olivença e quando iniciou os trabalhos de reedificação dos arruinados muros de Elvas, fez da cidade «uma praça primorosa da Europa.»

Em principios do ano de 1643 o tenente-general Rui Correia Lucas, que havia sido nomeado para dirigir as transformações da praça e se fazia acompanhar de Cosmader e do engenheiro francês Nicolau de Langres, examinava com toda a atenção as plantas elaboradas pelo Conde da Torre, ampliando-as e estudando o modo de remover os obstaculos que se poderiam encontrar na sua execução.

Os trabalhos começaram pela fortificação dos outeiros, no que se consumiram os primeiros anos, reservando os engenheiros para mais tarde a ligação destas obras, de modo a formarem o recinto magistral.

As novas fortificações, por resolução de Cosmader e do tenente-general Correia Lucas ficaram sobrepostas às de D. Fernando, evitando-se assim alargá-las numa área de demasiada extensão, porque quanto maior fôsse o polígono, mais demorada e dispendiosa seria a obra e maior guarnição exigiria. Então, desapareceram uma parte dos edificios dos arrabaldes e até mesmo um trço do aqueduto da Amoreira.

Com o decorrer da obra se construiu, sob traço de Nicolau de Langres, a ampla Cisterna da Praça. Este enorme reservatório, que é coberto de abobada à prova de bomba e solidamente construido debaixo da cortina que liga o baluarte de São João de Deus com o redente do Cascalho, mede 5.766 pipas e destina-se a evitar a falta de agua em caso de sitio. <sup>(a)</sup>

Em 1644 os solidos muros levantados sob a direcção de Cosmader fechavam metade da praça.

Era então já de alguma importancia o Forte de Santa Luzia, cujos primeiros traços se atribuem a Cosmader, em virtude duma ordem de D. João IV. Presume-se porém que a obra co-

---

<sup>(a)</sup> Tem sobre os registos do tanque uma inscrição latina, que diz: «Hoc perenne regle affeventia monumentum publico elvensium commodo ac diliciis perpetuo exundans Martinus Alfonsus A Mello, Comes 8. Laur. summus transtagano bellé arbiter sub serenissimo rege Joanne IV industria Nicolai Langre is galli, Perfecit ano MDCL.»

meçasse em 1642 e por consequência um ano antes de Cosmader lhe podêr dar execução. O Forte de Santa Luzia, ainda intacto, encontra-se situado para o lado sul da cidade e tomou o nome da ermida da invocação de Santa Luzia que já ali existia. Consta de quatro baluartes e dois revelins, defronte dum dos quais se construiu uma obra, que ocupa uma pequena elevação; tem ao centro um fortim com um cavaleiro bastante elevado e comunica com a cidade por uma estrada ou caminho coberto. Sobre a porta principal foi colocada uma inscrição latina que em vulgar diz: «No ano de 1648, sendo governador das Armas Martim Afonso de Melo, conde de São Lourenço, se concluiu esta inexpugnável fortaleza sob a tutela de Santa Luzia para freio da fremente Castela, e trofeu de louro e palmas pela restauração de Portugal, no reinado do serenissimo rei D. João IV.»

A 28 de novembro dêsse âno de 44 um exército comandado pelo Marquês de Torrecusa, composto por 12:000 infantes e 2:600 cavalos e dispondo de dez peças de artilharia e dois morteiros atravessou o Guadiana, em Badajoz e, entrando em território português, marchou em direcção a Campo Maior. Deteve-se, porém, nas margens do Cáia. O rigoroso inverno opunha-se a que iniciasse grandes marchas, pelo que retrogradou e veiu pôr cêrco a Elvas. Poderia ao menos lucrar com a conquista da nossa mais importante praça, onde ao tempo assistiam os primeiros cabos de guerra e a maior parte da nobreza de Portugal. Quando isto não acontecesse, conseguiria arruinar as muralhas, deixando aberta a outra invasão a provincia do Alentejo, na primeira linha de defeza do país.

O exercito de Torrecusa chegou à frente de Elvas em 1 de Dezembro «dia infausto para a nação Castelhana, sendo o mesmo em que quatro anos antes havia sido El Rey D. João aclamado rei de Portugal.» (2)

Matias de Albuquerque, Conde de Alegrete, que pouco antes tinha derrotado os espanhoes na célebre batalha de Montijo, encontrava-se em Elvas e contava com 2:000 infantes, que pouco depois fôram reforçados com quatrocentos mosqueteiros. Abundavam os mantimentos, não faltavam as munições e a artilharia estava bem montada.

Procedeu Torrecusa ao reconhecimento da praça, com um grande corpo de cavalaria, que sob o fôgo intenso da nossa artilharia teve alguns soldados mortos. A 3 de Dezembro o inimigo começou a ocupar o outeiro do Casarão, o sitio mais próximo da praça e onde ainda não existia outra defeza senão a dum ve-

---

(2) *Conde da Ericcira, Hist. de Port. Rest., tomo II, liv. VII, Lisboa, MDCCLIX.*

lho e fraco muro. Com ardor, empenharam-se a nossa infantaria e depois a cavalaria, na defeza dêsse ponto. A artilharia do castelo bateu valorosamente o inimigo. E quando Torrecusa pretendeu fortificar cuidadosamente o outeiro, Matias de Albuquerque mandou construir um aproche para aquêl lado, sob a direcção de Cosmander.

Do reduto improvisado no outeiro do Casarão, e que se achava guarnecido com 6 peças de calibre 24, pretendeu o inimigo alvejar o Forte de Santa Luzia, que ainda estava por concluir, posto que já em estado defensável. Baldadamente o tentou, mas nem porisso Matias de Albuquerque desistiu de fazer erguer, aos lados do Forte, duas meias luas (em que assestou mais bôças de fôgo) e uma comunicação, a coberto dos tiros directos, entre o Forte e a Praça.

A 7 Torrecusa, desanimado de podêr tomar a praça, receoso do socorro que em Lisboa se aprestava e constrangido pelas chuvas dêsse desabrido inverno, levantou o cêrco e recolheu-se a Badajoz.

O engenheiro Cosmander, «fazendo tudo e arriscando se por tudo», mereceu pelos seus actos que Matias de Albuquerque escrevesse no seu relatório, dirigido ao rei, a 9 do mesmo mez, que «não é comparavel o merecimento d'este sujeito no serviço de Vossa Magestade», pelo que em recompensa recebeu o posto de coronel e o soldo equal ao maior dos outros engenheiros com um escudo de vantagem.

As obras da fortificação proseguiram e «não se pouparam os elvenses, a sacrificios de toda a especie; e sob a direcção e risco do padre João Paschasio, a fortificação d'Elvas tornou se famosa.»<sup>(a)</sup>

Se Elvas era, no teatro da guerra, a praça mais sacrificada, isto não quiere dizer que as exigências impostas pelas terriveis circumstâncias por que o país passava deixassem de estender-se a toda a provincia do Alentejo, cujos habitantes, por alvará de 6 de maio de 1644, chegaram a ser obrigados a ter cavallo ou egua, uma clavina e duas pistolas, para evitarem os roubos e os assaltos cometidos pelo inimigo. Este encargo isentava os po-rêm dos serviços de ordenança, guardas, rondas, vigias e alojamentos.<sup>(b)</sup>

Ao podêr central merecia o maior cuidado a defeza do país,

---

(a) *Dr. Francisco de Paula Santa Clara* — Elvas antiga — Albergarias — Cosmander, *Elvas*, 1909.

(b) *Antonio Joaquim de Gouveia Pinto*, Memoria estatistico-historico-militar, *Lisboa*, 1832.

como não podia deixar de ser, visto que estavam em jogo não só a independência da Pátria como a conservação da dinastia de Bragança. E assim, nas côrtes reunidas em Lisboa, a 16 de março de 1646, assentou-se em que o exército se compuzesse de 16.000 infantes efectivos e 4:000 cavalos, além dos auxiliares e ordenanças, que muitas vezes eram chamados às fronteiras. O exército de pé, ou infantaria, compunha-se de piqueiros, levando cada um, pique e espada; de arcabuzeiros, que conduziam cada o seu arcabuz, uma espingarda curta e de bôca larga; e de mosqueteiros, que levavam um mosquete, — uma espécie de espingarda reforçada, — além de espada e adaga. Os cavaleiros iam armados de lança.

As obras de fortificação, na fronteira sul do país, estavam no seu auge. Contudo, brevemente deixavam de ser assistidas por Cosmader. O grande engenheiro ia retribuir, com vil moeda, a hospitalidade com que os portuguezes o acolheram. E assim, tendo sido feito prisioneiro dos castelhanos, quando em 1647 se dirigia de Extremôs para Elvas, deixou-se deslavadamente subornar pelo inimigo. A principio ainda se pretendeu negociar a sua entrega. Aos espanhois convinha-lhes, porém, chamá-lo á sua devoção, visto que o sabiam de «todo envolto nas nossas politicas, senhor absoluto dos segredos das nossas praças, do genio dos Ministros, e da sufficiencia dos Cabos.»

Cumulado de dádivas e cercado de variadas seduções, entre as quais as do amôr, expediente pouco lícito para com um sacerdote, acabou Cosmader por nos atraiçoar, ficando ao serviço de Castela, ingratição de que em breve o destino ou o acaso quiz vingar-nos, pois que quando em junho de 1648 as tropas espanholas, do comando do Marquês de Leganés, cercavam Olivença, uma bala disparada por um mancebo, o carpinteiro Gaspar Martins, deu morte instantânea ao célebre mathematico.

Em 1659, por ocasião da batalha das Linhas de Elvas, que a largos traços narrámos no capitulo anterior, D. Luiz de Haro, o comandante do exército espanhol, achou a praça de Elvas «mais adiantada na fortificação, do que estava quando a sitiou o Marquês de Torrecusa, no anno de 1644. Constava a fortificação de nove baluartes: todos estavam em perfeição, com cortinas, parapeitos, e terraplenos. Achava-se o fosso aberto em penha viva; obedecendo a sua quasi incontrastavel dureza á violencia das minas de polvora, que a fizerão abater, ficando o fosso na altura necessaria, accomodando-se a estrada cubrindo se as tres portas de S. Vicente, Esquina, e Olivença, com outras tantas meias luas. Da porta de Olivença sahião duas linhas de comunicação para o Fortê de Santa Luzia, que se compõe de quatro baluartes perfeitamente acabados, e o Outeiro do Casa-

rão levantado entre a porta de S. Vicente, e a de Olivença occupava huma Coroa tambem cōmunicada á Praça.» (a)

Em 1663 fez ainda uma tentativa sôbre Elvas o célebre general D. João de Austria, que se limitou a mandar lançar algumas bombas dentro da cidade e a permitir que, de proposito e por malvadês, os seus soldados danificassem o aqueduto da Amoreira.

Vinte e oito anos se passaram, enfim, em extenuante e permanente luta com a Espanha. A longa duração da campanha não afrouxou o ardor das tropas portuguezas, mas a politica de gabinete preparou os preliminares da paz, que foi afinal selada em 1668.

### Noes princípios do século XVIII

Esta trégua teve porém a efémera duração de trinta e seis anos, porque a guerra da successão do trono de Espanha acendeu de novo o facho das hostilidades. E porque Carlos II, morrendo sem descendência, deixa em testamento a corôa a Filipe, duque de Anjou, neto de Luiz XIV, de França, e porque Carlos, depois archiduque de Austria, lhe disputa a herança, o rei de Portugal, D. Pedro II, favorece as pretensões dêste e envolve-se ostensivamente no conflito, em 1704, ao lado da Austria, da Inglaterra, da Holanda, da Prússia e da Saboia, contra a França. Os italianos ganham a batalha de Turim e os alemães a de Hochstœd, em 1704; o nosso exército, comandado pelo Marquês das Minas, occupa Madrid em 1706 e aí faz proclamar rei ao archiduque Carlos. Os imperiaes ganham ainda as batalhas de Ramillies no mesmo ano de 1706 e de Oudernarde em 1709. As armas francezas ficam, porém, victoriosas por um momento, mas os revezes não se lhe fazem esperar. A batalha de Villaviciosa (1710) dá enfim a corôa de Espanha a Filipe V e depois de Villars assina-se a paz de Utrecht, em 1713. Resultado, então como sempre: todos os beligerantes obtiveram compensações, excepto Portugal!

Ficou conhecida pela designação de *Guerra da Liga*, essa em que Portugal tão escusadamente e tão sem proveito se envolveu. Elvas voltou a despertar o apetite dos nossos visinhos e entre outras acções de somenos importancia algumas ha merecedoras de menção.

Na tarde de 14 de Abril de 1706, enquanto o nosso exército, comandado pelo Marquês das Minas, sitiava Valencia de Alcan-

(a) *Conde da Ericeira*, Hist. de Portugal Restaurado, tom. III, já cit.

tara, 6.000 homens, os mais dêles paisanos, mas no número dos quais entravam tropas espanholas e francesas, vindos de Badajoz, alojavam-se pelas dez horas a meia légua da cidade, no sítio da Fonte Branca. Pela tarde entregaram-se a devastar as oliveiras, as vinhas e as searas em que impunemente puderam penetrar. Durante parte da noite serviram-se duma bateria de seis morteiros, que sem aproches estabeleceram em frente das portas de São Vicente, e lançaram dentro da cidade, aliás com pouco resultado, varias bombas que em grande parte rebentaram no ar. Ficaram porêem alguns predios danificados, e, segundo parece, duas pessoas mortas.

A praça respondeu energeticamente ao ataque e contra a bateria sitiante estabeleceram-se duas novas baterias, uma que lançava bombas e outra granadas reais. O inimigo, que teve grande número de baixas, começou ao meio dia a desistir de prolongar o cêrco. Uma onda heroica de cincoenta paisanos, a quem o governador João Furtado de Mendonça negara licença para tal temeridade, saiu da praça e investiu com o inimigo, que retirou precipitadamente. <sup>(a)</sup>

A 1 de Junho de 1711 os castelhanos voltaram novamente a sitiar Elvas. O Marquês de Bay, passando o Guadiana, entrou em Portugal com grande número de tropas. O ataque foi violento, mas de pouco effeito. Dentro da cidade, em tres noites, cairam mais de quatrocentas bombas, algumas com o peso de oito arrobas. O côro e o dormitório do convento de Santa Clara ficaram arruinados e as religiosas, atemorizadas e realmente em perigo de vida, desertaram do convento e fôram acolher-se ao das dominicanas. <sup>(b)</sup>

Na falta de tropas regulares os civis portaram-se como soldados veteranos e com o próprio clero se organisou um regimento.

A 4, o inimigo, tendo noticia de que o Conde de Vila Verde, que comandava o nosso exército e que à frente dêle se encontrava em Zafra, na Estremadura espanhola, lhe vinha ao encontro, retirou para Badajoz.

Nos últimos dias de Setembro de 1711 o Marquês de Bay voltou ainda a Elvas. Trazia consigo 8:000 cavalos, 10:000 infantes e 3:000 gastadores, com 22 peças de campanha e 11 morteiros. Elvas tinha apenas 1:200 infantes e 200 cavalos, guarnição que acreceu pouco depois com os regimentos de infantaria de Moura e de Serpa. O inimigo limitou-se a reconhecer as fortifi-

---

(a) *Affonso da Gama Palha, Relação dos Sucessos da Guerra da Liga, Elvas, 1906.*

(b) *Obr. cit.*

cações da cidade. Levantou arraiais e foi pôr cêrco a Campo Maior. (a)

«Os anos de 1705 a 1708 a praça constava de sete baluartes, três meios baluartes e oito meias luas, dois redentes e três contra-guardas.

«As muralhas de hoje são bastante largas e grossas, e bem fortificadas; os fossos também espaçosos são pouco profundos por causa do terreno ser duro e pedregoso, e por sua extensão e natureza a fazem uma praça da primeira ordem, e a principal do reino; (b) Elvas tem uma fôrma bastante irregular: o polígono da sua fortificação pôde considerar-se inscripto em uma curva fechada oblonga, cujo diametro maior, situado paralelamente ao curso do Cêto, anda por umas 496 braças e o menor por 319, o seu perimetro está dividido em 12 frentes de desigual grandeza, e de variadas obras construídas porém todas segundo o sistema abaluartado.

«A praça tem no seu circuito 7 baluartes, 4 meios baluartes e um redente e ligados entre si pelas competentes cortinas, constituem as suas duas frentes. A denominação daqueles baluartes, meios baluartes e redente, é por sua ordem a seguinte: começando pela porta NE e continuando para a direita: baluarte de Santa Barbara, meio baluarte de S. João da Corujeira, baluarte da Porta-velha e do Casarão, meio baluarte de S. Domingos, baluarte da praça de Armas, ou da Parada, de Olivença ou dos Murteiros e de S. João de Deus, redente do Cascalho, baluarte da Conceição, e meios baluartes do Trem, e do Príncipe. Os baluartes do Casarão, da Praça de Armas, e de São João de Deus, têm cavaleiros, que não preservam as cortinas contíguas de serem enfiadas pelos tiros das baterias do sitiador, mas que permitem que do alto d'elles se domine melhor a campanha fronteira.

«Entre varias obras exteriores, taes como revelins, contra-guardas, tenalhões, etc., apropriadas ás localidades, distingue-se a obra coroa simples situada na frente do baluarte da Porta-velha, e ocupa um outeiro, d'onde o sitiante podia dominar a praça por aquelle lado.

«A parte do recinto da praça, que fica voltada para o N é não só protegida eficazmente pelo F. de N.ª S.ª da Graça, do qual logo falaremos, mas até mesmo inatacavel, porque se acha

---

(a) *Sobre os Cêrcos de Elvas é interessante um artigo publicado n' O Panorama, 1841, pag. 55 e 61.*

(b) *«Elvas é a primeira (pôde quasi dizer se, hoje a unica) praça d'armas de Portugal, tanto pela sua posição, como pela sopeidez e vastidão das suas fortificações.»*

construída no alto da íngreme escarpa denominada Costa de Villa Fria, que pende sobre o Cêto: o lado oposto do mesmo recinto é em parte coberto e protegido pelo Forte de Santa Luzia, e algumas das suas frentes, que aparentemente parecem fracas, são na realidade muito fortes, porque tendo parte do reparo, a explanada, e os respectivos fossos abertos em rocha viva, hão de dificultar extremamente as construcções dos aproches nos lugares, aonde, mesmo em terreno escavavel e accessivel, elles custam sempre mais vidas. Trez grandes portas dão entrada para a praça, a saber: a da Esquina, que fica a O <sup>(a)</sup>; a de Olivença, <sup>(b)</sup> que é a principal, voltada para o S; e a de São Vicente, na parte do NE; em quase todas as cortinas existem portas falsas ou poternas.» <sup>(c)</sup>

O penoso caminho dos séculos, durante o qual Elvas, com sacrificio e galhardia, teve por dolorosa missão servir de sentinela sempre atenta e invencível da independência da Pátria, elevou-a, pela experiência e pelo brilhantismo da sua história, á culminância da primeira praça de guerra de Portugal e de uma das melhores da Europa.

Na longa e milenária evolução porque passaram as fortificações de Elvas, ainda hoje dignas de reparo e admiração, não

(a) *Sobre esta porta ha uma inscripção latina gravada em mármore escuro a que Cruz e Silva, no canto VII do poema heroico O Hissope, faz a seguinte referencia:*

«Que direi, proseguiu, da subtileza  
Com que gravar mandaste sobre a porta  
Que tem de Esquina o nome, em negra pedra,  
Porque ninguem a lê-la se atrevesse,  
A famosa inscripção, em negras letras?»

(b) *A traducção da inscripção latina que encima esta porta é a seguinte: «No ano de 1685 do nascimento de Cristo, reinando D. Pedro II, serenissimo rei de Portugal e dos Algarves, como padrão da presente magnificencia e custosa obra se erigiu esta porta, que no decurso deste mesmo século deu entrada a tantos triunfos dos portuguezes e despojos tomados aos espanhoes com o auxilio de Deus todo poderoso e de sua Purissima Mãe sem macula concebida.» — N. do A.*

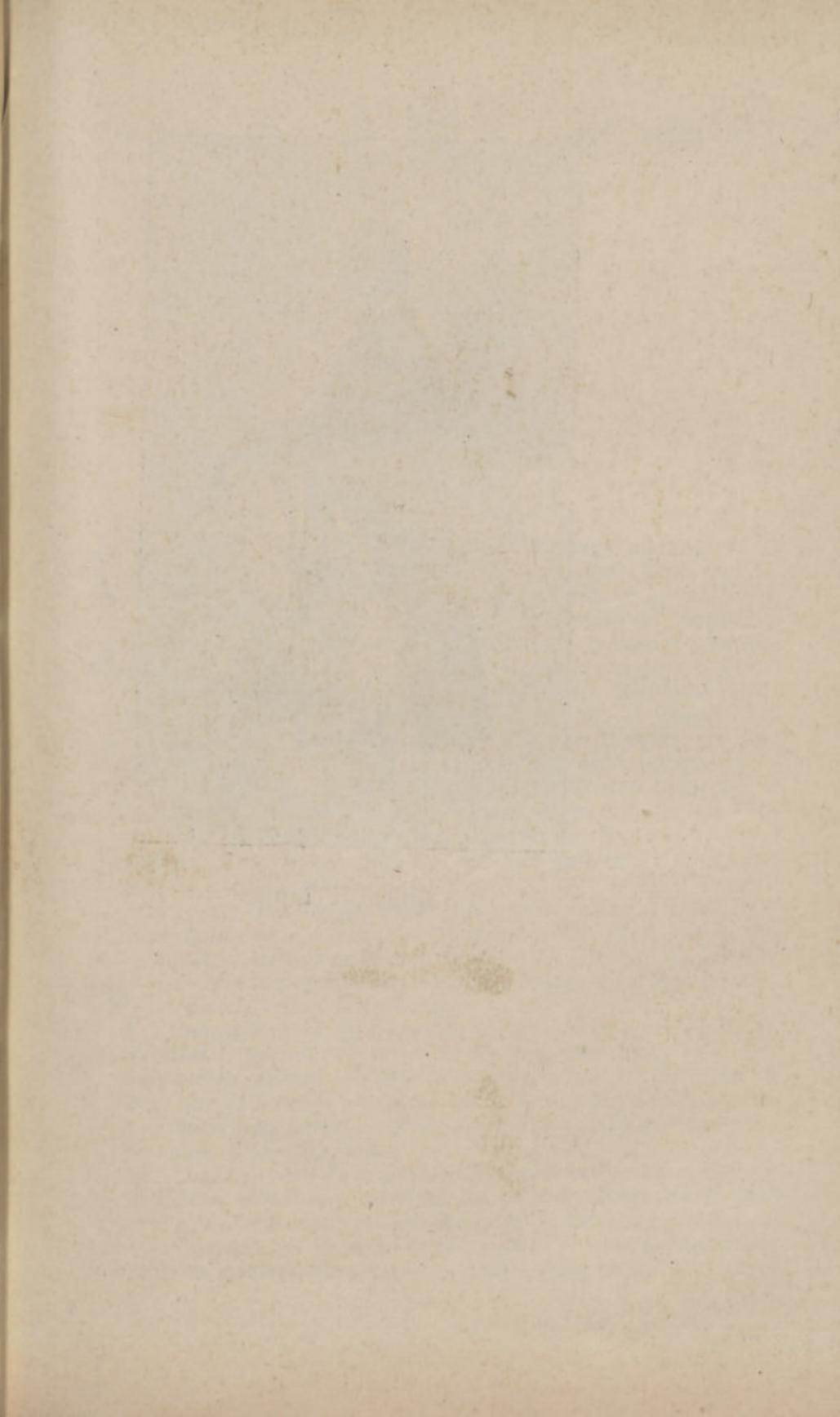
(c) *Dr. José Avelino da Silva e Mata, Annaes de Elvas, já cit. acêrca das poternas, segundo nota do mesmo: «Da porta de Olivença á da Esquina ha trez, desta á de S. Vicente duas, e desta á primeira trez.» — Sobre a descripção da praça de Elvas, vid. n' O Panorama, 1840, um estudo do general Fortunato José Barreiros.*

obstante os progressos da arte da guerra e o desenvolvimento dos conhecimentos humanos, o Forte da Graça, cuja fundação é cronologicamente a seqüência do que fica narrado, figura-se-nos o desenlace fatal dos cuidados e trabalhos que deram aos nossos antepassados as obras de defêsa da praça de Elvas.

A fortalêsa de Lippe veio pôr, ao tempo da sua construção, o complemento no sistema de fortificação de Elvas e é por assim dizer o remate da longa preparação a que na sua fronteira de mais fácil acesso procedeu um pequeno mas heroico país em luta contínua com inimigos mais poderosos.









Conde de Lippe



## O Conde de Lippe

**N**o comêço do reinado de D. José I Portugal encontrava se na mais lastimosa decadência. Agricultura abandonada, artes desprezadas, comércio de insignificantissimo trato, governo sem prestígio, trono explêndido de púrpura e ouro, mas sem solidez. Vivia-se nêste dilema: o luxo e a imoralidade para os grandes, a miséria e a degradação para o povo.

O estado a que chegara a fôrça pública era lastimoso e miserável. O Exército existia quasi nominalmente. As tropas, mal recrutadas, com a barbarie, a violência e a iniquidade que distinguiam a conscrição em todas as potências militares do seculo XVIII e os regimentos, dizimados pelas freqüentes deserções e enfraquecidos pela miséria e pela fome, eram um ridículo fantasma dum Exército regular. Nos arsenais não havia coisa alguma de préstimo e os soldados, até nos postos de sentinela, estendiam a mão á caridade pública.

Iam longe os dias gloriosos em que o exército portuguez soubera impôr se á admiração do mundo. Em 1715, isto é, depois da guerra da Sucessão e do tratado de Utrecht, D João V havia de facto reorganizado a fôrça pública, mas brevemente tombara ela na maior decadência.

Foi Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde Marquês de Pombal, o grande ministro de D. José, que durante o seu longo governo salvou o Exército do abismo em que havia caído. Se bem que já antes o houvesse tentado, deu-lhe oportunidade para o fazer, com a devida eficácia, a curta guerra que em 1762 sustentámos com a Espanha.

As relações entre Portugal e a Espanha estiveram longe de ser pacíficas, sinceras e cordeais, durante o reinado de D. José e a enérgica administração do Marquês de Pombal. Apesar de que os tratados de Utrecht haviam pôsto remate ás diuturnas e belicosas contestações entre as duas nações desde a gloriosa

independência do reino em 1640, ficara todavia sempre vivo o fermento, que estava a cada passo ameaçando excitar o ciúme e emulação imemorial entre as duas corôas peninsulares. (a)

O rastilho que serviu para provocar a explosão dêsses então tradicionais e mal-contidos resentimentos, forneceu-o a aliança, conhecida pelo *Pacto de família* e celebrada em 1761, entre os monarcas da dinastia de Bourbon. A França, que mantinha uma continua e desastrosa guerra com a Gran-Bretanha, (b) arrastou a Espanha á luta com a poderosa nação insular. A convenção de Versailles, firmada em 1762 entre os dois Bourbons coroados, Luiz XV de França e Carlos III de Espanha, pretendeu coagir Portugal a romper ás hostilidades com a sua velha aliada, ameaçando-nos de que se não bastasse a persuasão, nos obrigaria pela força a aceitar uma tal imposição. Pretendia-se por tão insólita fórma que Portugal entrasse tambem no *Pacto de família*, visto que era de presumir que os laços de amizade entre a dinastia de Bragança e o ramo espanhol da casa de Bourbon fôsem por assim dizer indestrutíveis, dado o facto de D. José I ser casado com D. Mariana Victoria, irmã de Carlos III.

Tinham naquêle tempo os parentescos e afinidades entre os soberanos maior significação do que tem em nossos dias, porque do arbitrio quasi onipotente dos monarcas pendia em grande parte o destino dos povos que regiam, e a sua concórdia pessoal ou as suas contendas individuais influíam largamente na guerra ou na paz entre os estados. (c)

Embora no fundo detestasse os ingleses, que conhecia largamente, pois que occupara em Londres um importante pôsto diplomático, Pombal encarou a situação pelo lado do maior interesse e do prestígio do país. E' de notar que o Marquês não deixou nunca de mostrar a sua antipatia pela Inglaterra, desejando mesmo livrar o país da tutêla que ella por diversas vêzes pretendia impôr-lhe. Ainda havia pouco o enérgico ministro conseguira que Pitt dêsse a Portugal uma completa satisfação pela violação das leis internacionais, cometida pelo almirante inglês Buscaven, que no Porto de Lagos atacara a esquadra franceza de La Chue.

(a) J. M. Latino Coelho — Hist. politica e militar de Portugal, desde os fins do XVIII sec. até 1814 — tom. II, Lisboa, 1885.

(b) A Inglaterra estava-se engrandecendo á custa das colônias francezas da Asia e da America, desde a guerra dos sete anos, em que a França havia perdido toda a sua marinha. Pelo Pacto de família as duas nações aderentes garantiam se mutuamente a posse das suas colônias.

(c) J. M. Latino Coelho — Hist. pol. e mil. de Port. tom. II, já cit.

Em Março de 1762 Pombal respondia dignamente ao convite que o plenipotenciário francês Jacob O'Dunne, e o embaixador de Espanha, D. José Torrero, apresentaram colectivamente, em nome dos seus soberanos, ao governo português, para que a nossa nação se decidisse a entrar na guerra contra a Gran-Bretanha.

Em 1 de Abril os dois diplomatas voltavam novamente á carga com o assunto, e quatro dias depois recebiam de Pombal uma resposta tão digna e elevada como a primeira.

Em vista disso, os negociadores replicaram, em 23 de Abril, que vivendo Portugal oprimido e tiranizado pela Inglaterra, o exército espanhol se propunha libertar-nos de jugo tão afrontoso e que no entanto lhes fôsem fornecidos passaportes para saírem do paiz.

A tal insolência respondia ainda Pombal que «Sua magestade fidelissima entende que para defender o seu reino tem um direito... que é lícito a qualquer particular... defender a própria casa contra quem nella quer entrar sem o seu consentimento.»

Os dois diplomatas deixaram Lisboa a 27 de Abril, mas ficaram detidos em Extremoz, aguardando que o nosso embaixador em Madrid, D. José da Silva Pessanha, regressasse a Portugal. Dias depois passavam o Caia, ao mesmo tempo que D. José Pessanha.

Em 30 de Abril o marquês de Sarria, general em chefe do exército espanhol destinado á invasão, anunciava do seu acampamento de Zamora, num manifesto aos povos de Portugal, que a entrada das suas tropas não era encaminhada a fazer a guerra aos portugueses, antes a fins gloriosos e uteis á corôa e a Portugal.

Pombal respondia declarando a guerra á Espanha a 18 de maio de 1762.

Já a este tempo o exército espanhol havia começado as operações no nosso territorio, pois que em 5 de Maio o marquês de Sarria entrára em Traz os-Montes e apoderára se facilmente de Miranda, Bragança, Chaves e Moncorvo. Pouco depois, uma coluna de 1.800 homens de tropas ligeiras, comandada pelo coronel O'Reylly intentou passar o Douro em Vila Nova de Fozcoa, intento em que foi mal sucedida.

Felizmente, para nós, que o exército inimigo, aparte o número, não era superior ao nosso em instrução e disciplina. O próprio marquês de Sarria, D. Nicolau Carvajal y Alencaster Viveros Noroña de Sande Padilla y Montezuma, tenente general e coronel das guardas reais espanholas, grande de Espanha de primeira classe, etc., velho e vaidoso, tinha mais nobiliárias honrarias e mais retumbantes apelidos, segundo dizem os historia-

dores, que predicados para o comando em chefe de um exército de invasão. Os generais seus subordinados não podiam pela sua ciencia e capacidade envergonhar o seu caudilho.

A' mingua absoluta de chefes, teve Pombal de assoldadar os generais em terras estrangeiras, enquanto cá dentro recrutava os soldados. Por outro lado, tratou de recorrer ao auxilio da Gran-Bretanha, que em breve prazo de tempo mandou tropas auxiliares para Portugal, não tanto com a isenção de acudir ao seu velho aliado, mas acima de tudo com a intenção de defender... os seus próprios interesses:

Aos esforços do nosso enviado extraordinario em Londres, o illustre e talentoso Martinho de Melo e Castro, que na côrte ingleza, junto da qual se encontrava desde 1754, mantinha pelo seu trato cordial as melhores relações, tanto com os principais membros do governo como com os chefes da opposição, se deveu o pronto auxilio das tropas dos duques de Devonshire e de Newcastle, com que em tal emergência a Inglaterra nos acudiu. Apezar da malevola parcialidade com que o general Tyrawley, mandado pouco antes a Portugal, informara o seu govêrno de ser inutil o socorro, porque, no seu entender, Portugal não resistiria a tres mêses de campanha, as tropas inglesas desembarcaram no nosso país. Essas tropas, compostas de oito mil homens, não fôram exemplares no respeito pela disciplina e pelos habitantes do país que vinham auxiliar, pois que não houve nenhum excesso que não cometessem, portando-se peor que os inimigos.

No principio do estio chegou a Lisboa o conde reinante de Schaumburg-Lippe, indicado para tomar o comando do exército portuguez. Acompanhavam Lippe o principe Carlos Luiz Fiderico, duque de Meclenbourg-Strelitz, principe de Vandalia, Schwerin e Ratzbourg, conde de Schwerin, senhor de Rostock e Stargard, Marechal de Campo dos exércitos britannicos, o qual, por decreto de 5 de Julho, foi nomeado tenente general do exército e (sem exemplo) coronel-general do regimento de cavalaria que ficou designado pelo *Regimento de Maclenbourg*; o general Lord London, que ficou comandando as tropas inglesas, o tenente-general Townsheud, o general Lord George Lennox e os brigadeiros-generais Crawford e Borgoyne, tidos e havidos como esforçados e experientes homens de guerra.

A 3 de Julho publicava-se o decreto do teor seguinte:

«Tendo consideração ás iminentes qualidades, merecimentos e experiencias militares, que concorrem na Pessoa do Conde Reinante Guilherme de Schaumbourg Lippe, Conde Soberano de Schaumbourg, Conde, e Nobre Senhor da Lippe, e de Sternberg; Cavalleiro da Real Ordem Prussiana da Aguia Negra; Confiando de quem Elle he, que em tudo o de que o encarregar

se empregará muito a Meo contentamento; acrescentando no Governo das Armas dos Meos Exercitos a distincta reputação, que lhe tem estabelecido os acertos de que tem dado tão claras, e Successivas provas nas Guerras da Europa em que foi empregado: Attendendo á especialidade com que o recomenda no Meo Real Conceito a elleição, que da Sua Pessoa fes á Minha Instancia ElRey da Grão Bretanha, Meu Bom Irmão, Primo e Alliado: E querendo por tudo o referido dar-lhe um authentico testimonho da estimação, e da illimitada confiança que delle faço: Hey por bem nomeallo Marechal General dos Meos Exercitos, e encarregallo do Governo das Armas de todas as minhas Tropas, de Infantaria, Cavallaria, Dragoes, e Artilharia, e Director Geral de todas ellas, para exercitar (em quanto Eu o houver por bem) estes importantes empregos em toda, e qualquer parte destes Reinos, com toda a plena jurisdicção que compete aos ditos Empregos. O Conselho de Guerra o tenha assim entendido, e lhe faça logo expedir os Despachos necessarios nesta Conformidade. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a Tres de Julho de mil Sete Centos e sessenta e dous. — Com a rubrica de sua magestade.»

Lippe era «um desses brilhantes generaes, desses generaes essencialmente organisadores, que se formaram na escola do grande Frederico». <sup>(a)</sup> Nascera em Londres, em 1724, fizera os seus estudos em Leyde, na Holanda e em Montpellier, na França e entrando ao serviço das guardas inglesas, sendo em breve despachado alferes, contando apenas 19 anos de idade, assistiu á batalha de Dettiragen, com seu pae, então general ao serviço da Holanda.

Alistara-se, depois, em 1745, na marinha ingleza, mas abandonara a carreira das armas, por falta de saude, o que não obstou a que entrasse numa nova campanha ás ordens do seu parente, o general austriaco Barão de Schulemburg. Afastado por completo da vida militar, viajou durante dois anos pela Inglaterra, Suecia e Italia, até que, falecendo seu pae, foi chamado ao govêrno do seu Estado. Contava então 24 anos de idade e tendo empreendido uma nova viagem de observação e estudo, o que viu e aprendeu modificou por completo as tendencias do seu espirito. De regresso ao seu principado, estabeleceu o serviço militar obrigatorio e unindo em 1757 as suas tropas ao exército do Hanover, de cuja artilharia era gran-mestre, por nomeação do rei de Inglaterra, tomou parte nas batalhas de Crefeld, de Mindeu, de Lutherbeugn, de Fellinguanen e nos cêrcos de Munster, Cassel, Wesel e Marburgo, e ainda na retirada de Kampsen, que foi encarregado de cobrir.

(<sup>a</sup>) *M. Pinheiro Chagas, Híst. de Portugal, vol. X, Lisboa, s. d.*

Lippe era dotado de grande prudência e habilidade e ao tomar o comando único das nossas tropas e das tropas auxiliares inglesas, o seu primeiro cuidado foi fazer um detido exame ao estado das forças de que dispunha e tendo reconhecido que não podia com elas vencer o exército espanhol, decidiu-se a ficar na defensiva e a preparar as coisas de modo que num dado momento, encontrando o inimigo em qualquer ponto fraco, conseguisse atacá-lo e vencê-lo.

A campanha de 62 confirmou plenamente os seus planos e afirmou eloquentemente a sua perspicácia e a sua tática. Em vés de se arriscar em aventuras inúteis e perigosas, reorganizou o nosso exército e aproveitou as dificuldades do terreno em que se combatia para se defrontar com as tropas inimigas, tropas superiores em número, porque enquanto aos oito mil ingleses não havia a juntar mais que outros tantos portugueses, visto que o resto das tropas nacionais era formado por recrutas mais prejudiciais do que úteis ao serviço de campanha e outra parte se destinava á guarnição das praças, o exército espanhol dispunha de 42.000 homens e 93 canhões.

Ao inverso do procedimento de Lippe, o marquês de Sarria não seguiu nenhum plano de campanha, porque julgou inferior á sua dignidade e ás forças de que dispunha, meditá-lo e cumpri-lo num país que reputava de facilíma conquista.

Proseguiram as hostilidades, já com o conde de Lippe á frente do exército.

A 23 de julho Sarria atravessava o Côa, tomava Castelo-Rodrigo que, podendo opôr alguma resistência, não disparou um único tiro e avançava sobre Almeida, então uma das primeiras e mais fortes praças de Portugal, e que, como tal, tendo dentro dos seus muros uma guarnição de tres mil homens, ainda que recrutas e mal disciplinados, devia ter sustentado um sítio regular e detido os movimentos do inimigo. Não o fez e contrariando as combinações estratégicas de Lippe, que necessitava que Almeida se defendesse até meados de Setembro, capitulou a 6 de Agosto.

Tendo o inimigo, como fica dito, passado o Côa, Lippe julgou necessario juntar as tropas portuguesas, que até então tinham estado espalhadas, em quartéis distantes e descobertos, na Extremadura, Alentejo e Beira-Baixa.

Por esta época Sarria era substituído no comando do exército espanhol por outro general, o conde de Aranda.

Lippe, prevendo que as forças de que o inimigo dispunha ao norte do país poderiam marchar sobre o Porto e Coimbra, mandou cobrir as passagens principais para estes pontos, estendendo as tropas anglo-portuguesas na linha que decorre desde Vizeu, por Celorico, até á Guarda.

Entretanto concentrou em Abrantes sete mil homens. O inimigo, que tinha tres a quatro mil homens em observação junto da raia, entre o Tejo e o Guadiana, principalmente nas visinhanças de Alcantara e nas margens do Sabor, parecia disposto a invadir o Alentejo.

Lippe, conhecendo que a defesa passiva é quasi sempre um novo estímulo à audácia dos adversarios e um fiador às suas vitórias, resolve antecipar-se e concebe o plano de lançar no Alentejo um corpo de tropas que surpreendesse os destacamentos inimigos e os armazens e depósitos de víveres e munições que elles tinham estabelecido em muitos pontos da Extremadura espanhola, ao mesmo tempo que separasse da sua base de operações o exército que sitiava Almeida.

Por determinação do marechal o brigadeiro general Borgoyne passa o Tejo, em Abrantes, e toma Valencia de Alcantara, a 27 de Agosto. Fica depois cobrindo a fronteira entre Portalegre e Vila Velha, ao tempo que o Conde de Santiago tem ordem de se manter com as suas tropas na Beira-Baixa.

Em meados de Setembro o exército espanhol, já sob o comando de Aranda, pretende atravessar o Tejo em Vila Velha. Lippe vê-se obrigado a dar nova disposição às suas tropas, subordinando-as ao fim essencial de impedir a passagem do inimigo. Para este efeito concentra em Abrantes as tropas a princípio escalonadas entre o Tejo e o Mondego e das medidas tomadas por Lippe resultam em vão os esforços empenhados pelo inimigo, que apesar de tudo entrava na Beira-Baixa e estabelecia o seu quartel general em Sarzedas.

Depois, Townsheud e Lennox recebem ordem de cortarem as comunicações dos espanhóis com Almeida e Ciudad Rodrigo. A marcha de Townsheud é certamente a manobra mais notavel desta campanha, em que os recontros fôram menos importantes e mais raros do que os movimentos destinados a observar o inimigo. O tenente general Townsheud marcha desde Pinhel até ao Côdes, na distância de cincoenta léguas, por caminhos aspérrimos e depois avança de novo sobre a Beira, por uma rápida contramarcha, em que no decurso de quarenta leguas não encontra estradas de trânsito favorável. E tão notável foi nêstes movimentos o porte dos nossos soldados que o proprio Lippe escreveu que «esta marcha foi pontualmente executada pela admiravel perseverança do soldado português, que suportou as maiores privações, e que não obstante o pronto estrago do calçado marchava alegremente por aquêles caminhos de agudos rochedos, deixando por toda a parte vestigios dos seus pés ensanguentados.»

No caso em que o inimigo resolvesse pôr-se em marcha,

Lippe acampava com o grosso das forças no Sardoal e ocupava todos os pontos de acesso à praça de Abrantes.

Estas manobras, calculadas e prudentes, tinham obrigado o inimigo a dissipar as suas tropas em mal combinadas operações, a perder as vantagens da iniciativa e a debilitar a sua força moral.

O grosso das tropas espanholas retrocedeu finalmente sobre Castelo-Branco. O inimigo começa pouco depois a efectuar a retirada. Parte das suas forças passa o Tejo e dirige-se a Alcantara e as que ficam cobrindo a retirada esquivam-se, com bom senso, a um recontro que por ordem do Marechal general lhe preparam as nossas tropas. Em Novembro, o inimigo resolve-se a desamparar toda a Beira Baixa, demolindo algumas fortificações fronteiras de Portugal.

O inverno principiava, impiedoso e desabrido. Os espanhóis dividiam-se pelos quartéis de inverno, nas proximidades de Valência de Alcantara e Lippe acedia às instâncias para que às nossas tropas se ordenasse que procedessem de igual forma. Bastos motivos havia para isso, visto que o nosso exército estava então, como na maior parte da campanha, quasi sem barracas, porque alguns regimentos não as possuíam e os que as tinham não podiam conduzi-las, por falta de cavalgaduras e de carinhos que facilitassem o trânsito dos carros.

Reforçavam-se as obras defensivas e as guarnições em muitas praças da fronteira do Alentejo, por onde agora parecia mais provável a irrupção do inimigo. A guarnição de Elvas era aumentada com o Regimento de Mesquitela e os dois batalhões de Elvas foram rendidos pelcos de Serpa e Castelo de Vide. O marechal de campo Clarke havia sido nomeado governador da praça, semanas antes. Outras forças foram distribuidas pelas outras guarnições mais próximas e desta forma ficaram occupadas todas as estradas desde Elvas até ao Tejo.

O receio de que o inimigo entrasse novamente no paiz não deixava de ter fundamento, pois que parecendo ter suspendido as operações, tentou ganhar Campo Maior por entrepresa e render Marvão por intimação. Saiu-lhe, porém, frustrado o intento. Perante tais demonstrações viu-se Lippe obrigado a tomar novas disposições e a concentrar a defesa nas visinhanças de Portalegre e na Serra de São Mamede. Com uma nova tentativa do inimigo, contra Ouguela, briosamente sacudida e uma bem sucedida incursão dos nossos à povoação espanhola de Cordojera, terminaram emfim as hostilidades.

A 22 de Novembro o Conde de Aranda despachou o marechal de campo Buccarelli ao nosso quartel general, que tinha sido transferido para Monforte, afim de propôr a Lippe uma suspensão de armas e para o informar da assinatura dos preli-

minares da paz. <sup>(a)</sup> Acedeu o nosso govêrno à proposta do inimigo e logo depois se publicou o armistício em ambos os exércitos.

A paz havia sido ajustada a 3, em Fontainebleau, entre George III, da Gran-Bretanha, Luiz XV, de França, Carlos III, de Espanha e D. José I, de Portugal. E ao congresso, reunido em Paris, em 1763, e em que se estabeleceram os preliminares da paz, assistiu o nosso grande diplomata Martinho de Melo e Castro.

A guerra de 1762 não acarretou a Elvas consequencias dignas de nota.

Na histórica cidade, ao deflagrar do conflicto, encontravam-se o Conde de Unhão, como governador das armas e o Conde da Cunha, que andava visitando as praças de guerra como general de artilharia.

Na eminência de graves acontecimentos procediam-se a vários preparativos de campanha, o que correspondia à actividade dos nossos vizinhos, pois que em Badajoz abriam-se trincheiras em volta da cidade, guarnecia-se a praça com cinco regimentos e carregavam se activamente granadas e bombas.

A intranquilidade pública aumentava de dia para dia. O Conde de Unhão pedia à Câmara para que mandasse avisar os lavradores de que sem perda de tempo retirassem os gados para o interior da provincia, à cautela duma próxima invasão do exército inimigo. A fortificação era dotada com mais artilharia, que viera de Estremós.

(<sup>a</sup>) Memoria sobre a campanha de 1762 do general Conde de Schaumbourg-Lippe, in *Revista Militar*, tom. 1.º, Lisboa, 1849.

FAC-SIMILE DA ASSINATURA DO CONDE DE LIPPE

Conde Reinhold de Schaumbourg Lippe  
 Marschal - general

O regimento de cavalaria e os dois de infantaria deviam estar preparados para marchar dum momento para outro.

Em toda a provincia embargaram-se e arrolaram-se as cavalgadas que pertenciam a particulares. Carpinteiros, ferreiros e pedreiros fôram considerados o que hoje chamariamos mobilizados, tendo cada um de manifestar os materiais, ferramentas e mantimentos que possuia.

Depois, corria o boato angustioso de que marchavam sôbre a fronteira 60:000 homens.

Em abril toda a artilharia da praça estava montada «com cincoenta balas e colhera, e soquete e lanada ao pé das ditas peças, e provimento de polvora nos corpos das guardas para as peças do seu districto na fortificação.» No Forte de Santa Luzia, em obras de fortificação, trabalhavam mais de 600 homens.

Desmontou-se a artilharia de Campo Maior e Olivença e veio para Elvas o provimento de polvora e balas que havia nestas praças. Quando, porém, as duas heroicas vilas ficaram na emergência de ter mantimentos só para um mês, porque se ordenou que os dos assentos e dos particulares viessem para Elvas, as populações levantaram-se contra os juizes de fora, resultando ser retardado o cumprimento desta ordem.

Emquanto que para Elvas vinham de Campo Maior 2:500 e de Olivença 1:800 arrobas de polvora e Estremôz recebia o existente nas mais praças, ficavam estas sem provimento algum.

Era largo o movimento das tropas que se deslocavam, mas nas de Elvas não se tocava.

Nas praças, destituidas de guarnições pagas, faziam o serviço os terços de auxiliares e só em Elvas se conservavam dois regimentos de infantaria, não obstante a existência de dois terços de auxiliares. O regimento de cavalaria, que havia saído para Fronteira, em breve regressava à sua séde.

Em maio os camponeses recolhiam à cidade as suas alfaías, com receio das hostilidades. De fôrma idêntica procediam os da Estremadura espanhola, que conduziam os gados para mais de dez leguas no interior, despovoando os campos de Albuquerque e Badajoz, ao que em breve as autoridades obstavam, obrigando-os a voltar para os seus sítios.

Talvês pelo motivo porque o Marquês de Sarria annunciou em abril a entrada «amigavel» das suas tropas no nosso territorio, em Badajoz deitava-se bando, ao som de caixas, para que os castelhanos não provocassem os portuguezes, visto que de tantas provocações estes fôram victimas que um campomaiorense, menos passivo nos seus impetos, acutilou ali varios individuos, sem que o coibissem da liberdade, porque lhe assistia razão de sobejo.

A 24 de maio um edito do Rei, publicado em Elvas, dava a guerra por declarada e determinava que cessassem as comunicações entre portugueses e castelhanos, devendo recolher-se ao seu reino, no prazo de quinze dias, os que se encontrassem em Portugal.

Em resposta fez-se o mesmo em Badajoz, mas ali aconselhava-se aos portugueses, que ficassem, porque «dentro de seis meses seríamos todos espanhoes.»

Em principios de junho as tropas do Alentejo, incluindo mesmo as da guarnição de Elvas, haviam já marchado para a provincia da Beira.

Era grande, por essa época, o temor da população dos campos, pela segurança dos seus haveres. Os rendeiros despediam-se das herdades e os que tinham os campos semeados julgavam já não podêr proceder ás suas colheitas. O salario dos ceifadores era de 300 réis e alimentação. A cevada vendia-se a 100 e a 110 réis o alqueire e o azeite a 750 réis.

O Conde de Vila Flor estava em Elvas, encarregado de recrutar homens, que remetia em levas para Tomar e só na praça, para tal fim, se prenderam para cima de duzentos homens. Começava o despovoamento dos campos, pelo engajamento dos trabalhadores para soldados. Chegavam-se a encerrar as portas da cidade, para que não escapasse ninguem. Nas ciras, não havia quem limpasse os trigos; e a quem ocultasse os filhos ou os criados eram-lhe confiscados os bens e seria considerado como traidor á corôa.

O aspecto dos arredores da cidade, para a banda das portas de S. Vicente, era desolador, porque se tinham cortado as oliveiras. Em Outubro o Marquês de Tancos, governador da praça, determinava que se arrasassem os olivais e as hortas, até trezentas braças em redor da cidade.

Por essa época, em vespéras da paz, já as operações se circunscreviam á fronteira do norte do Alentejo. Em Elvas, onde se encontravam os regimentos do Algarve, de Castelo de Vide e o do visconde de Mesquitela, preparavam se alojamentos, «com adorno rico, para comodo do Senhor Conde de Lippe».

De facto, de aí a dias, entrava êste em Elvas, salvando a praça com vinte e um tiros. Em seguida ao jantar foi visitar o Forte de Santa Luzia, recebendo ao recolher uma nova salva de onze tiros. Visitou ainda as muralhas e marchou um dia depois, com destino ignorado, após o haver passado revista á cavalaria.

Nos principios de 1763 as chuvas incessantes faziam transbordar o Guadiana e todos os dias apareciam quatro ou cinco pessoas afogadas nos ribeiros.

A população continuava portanto, vivendo em constante

pânico, atenuado contudo pela cessação das hostilidades e pela tendência para o barateamento do custo da vida, até então agravado por uma tal escassês de géneros de primeira necessidade, que o sal chegou quasi a faltar e o pouco que havia se vendia a dezasseis vintens o alqueire.

Ninguém se lembrava de tempo tão horroroso e não se falava senão em perdas e mortes. O trigo semeado apodrecia pela acção da agua; mas para que as calamidades fossem contínuas, na primavera perdiam-se as sementeiras, precisamente por um fenómeno metereológico oposto — o da falta de chuvas. Grassavam intensamente as doenças e em certas localidades, como Portalegre e Vila Viçosa, já não havia onde enterrar os mortos.

Em fins de março veio a Elvas o Conde de Lippe e mandou deitar bando pela cidade, «apregoando-se as pazes por toda a vida». (\*)

De facto, a paz havia sido universalmente proclamada a 7 de Março de 1763.

A 20 de Abril o Conde de Lippe partiu para Lisboa onde, de acôrdo com Pombal, tratou de medidas necessarias á disciplina e instrucção do Exército e á defêsa do país e melhoramento das fortificações.

Por suggestão do egregio militar ir-se-hiam construir novas fortificações e entre elas a que mais notavel se tornou pela sua grandêsa e imponência — o Forte a que o nome de Lippe ficou memoravelmente vinculado.

Lippe, a quem ao ser investido nas funções de comandante em chefe do exército foi arbitrado o ordenado de 80:000 francos — quantia que Pinheiro Chagas acha ser mencionada por um lapso, tão exagerada lhe parece—obteve as mais altas recompensas, pelos serviços que prestou a Portugal. D. José elevou-o á dignidade de principe de sangue, com o tratamento de alteza e deu-lhe como brinde seis canhões de ouro, pezando cada um trinta e duas libras, montados em reparo de ébano chapeado de prata e um botão e uma presilha de brilhantes.

Quando voltou ao seu pequeno Estado de Schaumbourg, Lippe não olvidou a obra que deixara esboçada em Portugal e de lá continuou a enviar ao govêrno de Pombal diversas propostas e planos de melhoramentos militares. Veiu ainda a Portugal, com pouca demora, em 1767. Regressou ao seu principado e ali faleceu em 1777.

---

(\*) *A. Thomaz Pires* — Notas historico-militares. Da «Guer-ra Velha» até á «Invasão Franceza». (Extractos de varias cartas coêvas). — *Elvas, 1898.*

São de Lippe grande número de regulamentos que o exército português adoptou durante muitos anos. Tornaram-se famosos os seus severos e draconianos *artigos de guerra*. Escreveu em francês um *Novo sistema da arte da guerra* e por diferentes manuscritos de sua autoria, entre os quais um plano de defesa de Portugal, deu o nosso govêrno á sua viuva, quando mais tarde, em 1795 se tentou melhorar o estado do Exército, a quantia de 9.600\$000 réis, sendo porê m de lastimar que tais manuscritos tivessem desaparecido.

Para nada faltar á gloria de que justamente se cobrira em Portugal, Lippe foi cantado pelos poetas, no frivolo estilo académico usado nessa época. A ele se refere Pedro Antonio Correia Garção, na ode XIX das suas *Obras poeticas* :

«A' vista dos soberbos Castelhanos,  
Com poucas tropas, com bisonha gente  
Sustenta Lippe a viva e fresca margem  
Do Tejo caudaloso».

E é de Antonio Diniz da Cruz e Silva uma das poucas obras que se publicaram em vida do poeta, a *Ode ao Conde de Lippe*, em agradecimento da qual recebeu do illustre general uma medalha de ouro, a que alude no seu *Idilio XXIII*.







## A construção do Forte de Lippe

A guerra de 1762, se não reverdeceu com o esplendor de novas glórias os louros nacionais, foi contudo dum proveito incontestável. Foi uma custosa demonstração de que o povo português, quando os governos sabem despertá-lo do somno letárgico da paz, lembra prestamente os dotes militares, que lhe são infitos. Foi também aos que governam um aviso e uma fructuosa prevenção, de que os estados, para tomarem o seu lugar no equilibrio instavel das nações, hão de confiar a sua independência mais ao proprio esforço do que á generosidade falivel de aliados egoistas. Na balança internacional pesam-se os povos não imbeles, senão armados.

E' lastimoso condão de Portugal que só os perigos o advertem; quando iminentes, ou os desastres o aconselham quando já realisados. Do terremoto (de 1 de novembro de 1755) saiu a sua renovação moral e fisica. Da guerra com a Hespanha procedeu a primeira constituição racional e harmonica das suas forças defensivas.

O conde de Lippe era ménos um notavel estratégico do que um discreto organisador. Viu que a defeza de Portugal se apercebia a grande pressa, quando as baionetas inimigas já lhe eram apontadas ao coração. Ponderou a Sebastião de Carvalho os danos desta negligência no que ha de mais vital para um povo independente. O talento do ministro facilmente assimilava o que lhe parecia conducente á prosperidade, á honra, á segurança do país. Assim que depois da guerra, das providencias decretadas na brevidade e apertura de uma invasão ameaçadora, passou á meditada e regular organização da defesa nacional. Daí procedeu uma serie de leis e decretos cujo fim era adaptar ás instituições guerreiras de Portugal o que de melhor então se conhecia praticado pelas mais celebradas potências militares, principalmente na Prússia por Frederico II, o grande

mestre dos exércitos no seculo XVIII, antes das campanhas paradoxais da Revolução. (a)

Reduzido o efectivo das tropas, em proporção com as faculdades da nação (b); reconhecida a necessidade de se manter, em tempo de paz, uma boa e numerosa artilharia; reorganizados quatro regimentos desta arma e decretados os seus estudos teóricos e práticos (c); substituída, na infantaria e cavalaria, a antiquada tática de 1735, dos tempos sedentários de D. João V; regulamentados em vinte e nove artigos, severos e draconianos, os preceitos da disciplina; postos no mesmo pé de egualdade os officiaes nobres e de berço obscuro; lançadas as bases dum justo e eficaes recrutamento, que procurava conciliar as exigencias do exército com o minimo vexame popular e com o maior cómodo das diferentes povoações e o movimento progressivo do trabalho nacional; tratou-se egualmente de fortificar as fronteiras e neste ponto, como na perseverança e bom exito no desenvolvimento das forças vivas da nação, Pombal assemelha-se a Colbert, o grande ministro, successor do cardeal Mazarino, e Lippe a Vauban, o egregio engenheiro que, em tempos de Luiz XIV, construindo nas fronteiras da França trinta e tres praças fortes e restaurando trezentas, foi o creador do moderno sistema de fortificação (d).

(a) O Marquez de Pombal — obra commemorativa do centenario da sua morte — Lisboa, 1880.

(b) «... pelo motivo da guerra de 1762 é que se augmentou a força do exercito, e se creou até um novo batalhão de tropas suizas, ficando então a força da infantaria com estas tropas suizas de 40:000 homens, 2160 artilheiros, e 5880 cavalos, pouco mais ou menos; porém acabada a guerra, pela ultima refôrma ficara sendo a infantaria de 20.688 homens, inclusos os reaes estrangeiros (batalhões de granadeiros); a artilharia 2.880 praças, e a cavalaria 5838; mas pelo aumento que se fez á infantaria em 1776, ficou sendo aquella de 28.666 homens, e esta de 3.900 praças, pouco mais ou menos, visto que de ordinario nunca se acham completos os corpos, principalmente em tempo de paz...» — Memoria estatistico-historico-militar . . . por Antonio Joaquim de Gouveia Pinto, Lisboa, 1832.

(c) Nas aulas instituidas nos regimentos de artilharia e regidas por officiaes estrangeiros ao serviço de Portugal, professavam-se as matematicas elementares e a sciência de artilharia.

(d) O que de mais notavel se destaca na vida do engenheiro militar francês Sebastião Le Preste, seigneur de Vauban (1633-1707), é que tendo nascido pobre e sem quaesquer protecções chegou, pelo seu trabalho e pela sua intelligência, a marechal de França.

Ainda que o marquês de Pombal mais parecia fadado pela natureza para as glórias de estadista do que para os louros de ministro belicoso, a historia não pôde com justiça disputar-lhe o mérito valioso de haver sido ele quem deu a primeira fórma regular ao exército portuguez, e procurou igualá-lo na organização e disciplina aos melhores exércitos contemporâneos.

As novas instituições militares, decretadas por conselho do marechal-general, conde de Schaumberg-Lippe, assinalam a primeira fase da época moderna nos fastos da milicia em Portugal. Do seu esclarecido ministério data a mais proficua e racional instituição da artilharia. As primeiras tendências a fundar um sistema de recrutamento, conciliando as exigências do serviço com as necessidades económicas da nação, illustraram igualmente a fecunda administração do previdente legislador. No seu tempo e com a sua autoridade se estabeleceu a nova

---

*Vauban, cuja obra teve um acendrado continuador no tambem engenheiro militar Luiz de Carmontaigne (1695 1792), introduziu na fortificação, devido aos progressos da artilharia, o sistema razante, oposto ao sistema de allas muralhas das cidades e castellos.*

*No sistema chamado de Vauban as frentes são guarnecidas de bastiões ou de poligonos, compreendendo, do exterior ao interior, uma obra completa de explanadas, fossos, meias-lunetas, caponnières, escarpas, contra escarpas, taludes, parapetos, banquetas de tiro, redutos, etc. Os abrigos betonados ou casamatas, as peças em bateria, protegidas por espessas cúpulas e como defezas accessórias e isoladas, os entrincheiramentos, as covas de lobo, os chevauux de frise, etc. evitam a immediata aproximação e conservam o inimigo a distancia do recinto.*

*Afinal Vauban, deu-lhe no declinio da sua vida para abraçar as teorias de Saint-Simon, em virtude do que, num vivo sentimento de humanidade, advogou a igualdade do imposto, o que lhe retirou a confiança de Luiz XIV.*

*E' interessante notar-se que não só a construção do Forte da Graça e de outras fortificações provam a repercussão que teve em Portugal o sistema de Vauban; Sousa Viterbo, no seu Dictionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes e ao serviço de Portugal, tomo II, Lisboa, 1904, diz que Miguel Luiz Jacob «era capitão de infantaria com exercicio de engenheiro. A Bibliotheca Publica Municipal do Porto possui d'elle a seguinte obra manuscrita: Tractado de fortificação regular e irregular. E' em formato grande 0,<sup>m</sup>34 × 0,<sup>m</sup>48, e tem desenhos a tinta da China e a côres, demonstrativos da formação ou construção da tenalha, etc. de Vauban».*

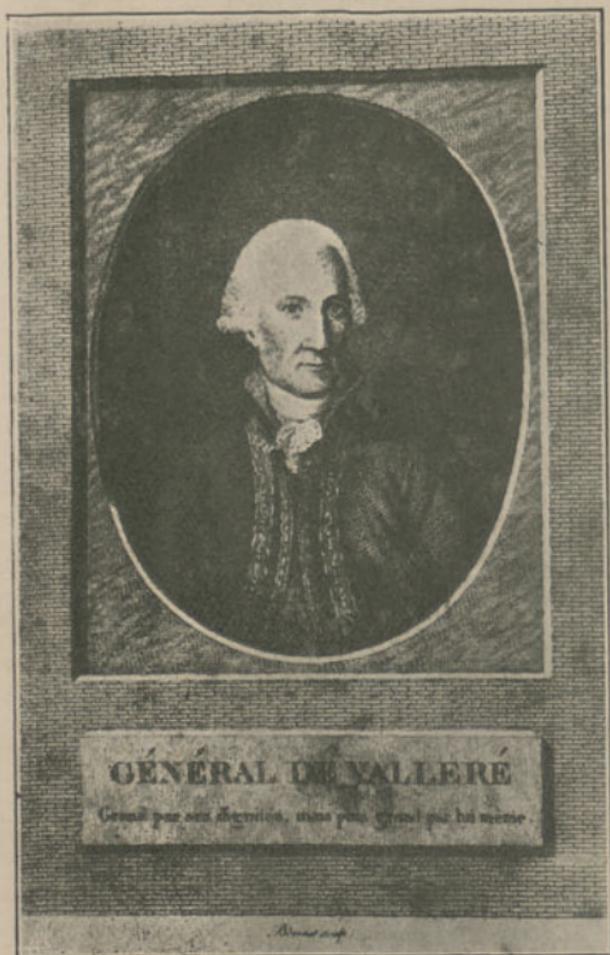
fôrma de prover ao estipêndio, subsistência e vestuário das tropas em Portugal. A campanha de 1762, se não acrescentou novos laureis aos trofeus de Ameixial e Montesclaros, deixou intacta a honra portugueza, e provou que, sob o governo de um estadista eminente e devotado, a nação poderia, adextrando-se nas armas, em que havia sido mestre, defender heroicamente o seu torrão natal. (a)

Ainda outra vantagem, acarretada pela guerra de 1762, foi a de que muitos officiaes estrangeiros vieram para Portugal com o fim de formarem os quadros do nosso exército. Sobre este ponto escreve Gramosa nas suas memórias: «Concorreram de todas as nações muitos officiaes de todas as patentes, e homens muito recomendados na arte militar, os quaes se repartiram por todos os Regimentos instruindo os soldados no manejo adequado . . . De Inglaterra vieram tres generaes Tirawli, Frazer e Smith, todos muito peritos e acreditados pelas acções militares em que tinham dado provas do seu valor e merecimento; . . . » Pelo processo da Inquisição de Coimbra contra José Anastácio da Cunha ha referências a essa culta officialidade estrangeira que estava em Portugal, e á liberdade de espirito com que falavam espalhando insensivelmente uma certa insurreição mental; assim o brigadeiro Ferrier, escossês, pedia a José Anastácio que lhe traduzisse em verso portuguez algumas poesias francesas e inglesas, e o major Frazer, inglês, oferecia á guarnição de Valença a *Oração universal* vertida por José Anastácio, cujo talento excepcional era apreciado na intima convivência além dos militares citados, dos capitães Muller, Grand, Camel, Tenente Archibold, major Kinseshae, Carrete, Melmz, Keniri e outros que liam Voltaire e Rousseau e discutiam tôdos os problemas da liberdade de consciencia. (b)

Seja ou não certo o conceito de que o «Portugal de D. José, era um falso Portugal de importação, nas ideias, nas instituições, e nos homens» e que «para crear um exercito e construir as fortalezas, o marquez mandou vir o conde de Lippe e officiaes estrangeiros» . . . «allemaes, francezes, hespanhoes, mas principalmente inglezes», muitos dos quais tinham «comandos dos regimentos do exercito: Valerai, Weinholtz, Aguilar, Monroi, Mac-Donal, Sharp, Preston, Maclean, Smith, Anderson»; não é menos certo que «a guerra, incidente inevitavel no regimen de equilibrio internacional, é a condição que, tornando as nações

(a) J. M. Latino Coelho — Hist. politica e militar de Portugal, tomo I, Lisboa, 1874.

(b) Theophilo Braga — Hist. da Litteratura Portugueza — A Arcadia Lusitana — Porto, 1899.

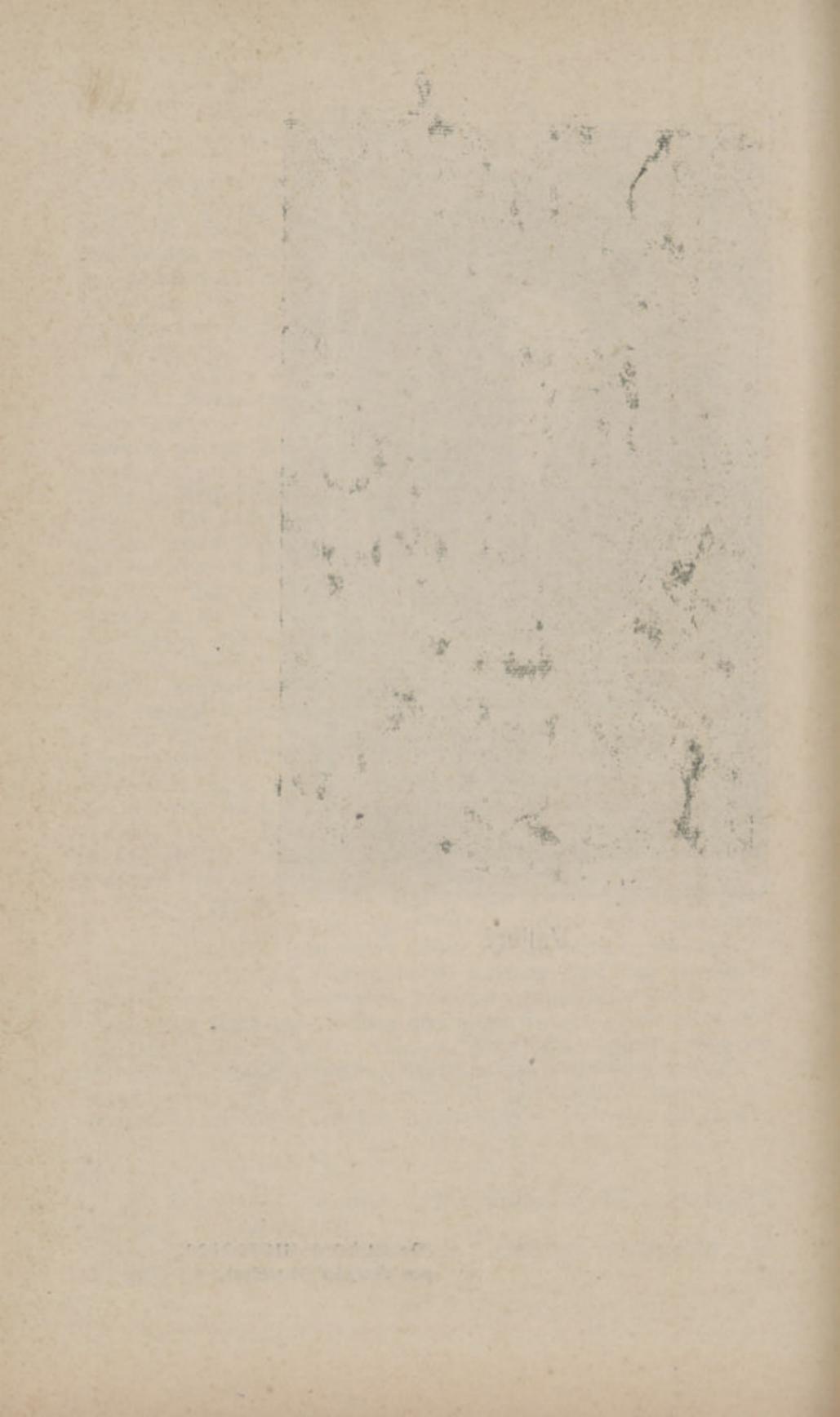


GÉNÉRAL DE VALLERÉ

Grand par ses actions, sans plus grand par lui même.

Valleré

(Do ELOGIO HISTÓRICO,  
por Garção Stockler).



adversas, embora transitoriamente, vem provar a necessidade de cada uma d'ellas poder satisfazer, com os seus recursos, as suas proprias necessidades»; que «a guerra não faltou á historia do marquez de Pombal, para lhe mostrar a necessidade de um exercito, para afirmar de um modo activo e positivo, perante as demais nações, a existencia real de uma nação nova, que o genio do ministro soubera crear sobre a confraria de sacristaens de que a Europa mofava no tempo de D. João V»; que «a rapida campanha, encetada na primavera de 62 — terminada na de 63 pela paz de Fontainebleau, que poz termo á guerra dita dos *sele anos* — não encontrou ainda armada esta parte da machina social de que o marquez era constructor»; e, finalmente, que Pombal, «alliado da Inglaterra contra a Hespanha, pôde,

J. P. de Vallere  
Eng. e Car. da Av. de Coimbra

FAC-SIMILE DA ASSINATURA DE VALLERÉ

porém, rechaçar a invasão; e logo que se viu livre, mandou levantar o systema de fortificações que defendem a nossa raia de léste e os nossos portos, e organisou um exercito numeroso á moderna». (a)

Integrado no plano de Pombal, como seu inteligente inspirador, Lippe reconheceu a importância militar da Serra de Nossa Senhora da Graça e nela deu principio, sob seu projecto, ao Forte que durante alguns anos foi designado pelo seu nome.

Os trabalhos de construção da nova fortaleza começaram em Julho de 1763. A direcção da obra foi confiada a Mr. Etienne, official engenheiro de nacionalidade franceza, (então bem conhecido pelo seu *Tratado de minas militares*), o qual, pondo de parte este encargo, saiu pouco depois do país, encarregado

(a) J. P. Oliveira Martins — Hist. de Portugal, tomo segundo, Lisboa, 1920.

por Lippe da construção da praça de Wilhelmstein, na Alemanha.

Afim de suprir a falta do primeiro director da obra, recorreu Lippe a outro official estrangeiro ao serviço de Portugal, o engenheiro Guilherme Luís António de Valleré.

Como o seu antecessor, era tambem Valleré de nacionalidade franceza, pois nascera em 1727 na pequena vila de Ferté-Millon, no ducado de Vallois e, coincidência notável, na mesma casa em que igualmente havia nascido o seu parente Racine, uma das glórias da literatura teatral franceza.

Era Valleré de humilde condição. Filho de Claude-André de Valleré e de Marie Genevieve Bonet, seu pai tinha a profissão de simples recebedor de subsídios. Destinado primeiro á vida eclesiástica, Valleré matriculou-se pouco depois na Escola militar de Cadetes delfins, em Paris, donde, terminados os seus estudos, passou a frequentar a Academia de pontes e calçadas.

Assentou depois praça em um corpo de cavalaria ligeira. Tendo feito as suas primeiras armas na Flandres, em 1746, durante a campanha que terminou com a célebre batalha de Racoux e que o Marechal de Saxe manteve naquella região, foi promovido a tenente em 1747.

Cessou a guerra pela paz de Aix-la-Chapelle; mas Valleré, que nela notavelmente se distinguira e que para si e para o seu regimento conseguira a amizade do Marechal de Saxe, achou-se inesperadamente comprehendido na reforma geral da officialidade.

Demandando a América espanhola, chegou Valleré a Portugal, em 1753 e, ficando no nosso país, recebeu, em 1757, a categoria de capitão de mineiros do Regimento de artilharia de Estremós.

Serviu neste posto até ao ano de 1762, em que foi nomeado tenente-coronel efectivo e lente da aula do seu Regimento.

Nessa época estava-se em plena guerra com a Espanha e tendo sido Valleré encarregado do comando dum parque de artilharia em Abrantes, com tanta distincção se desempenhou desta missão, que em recompensa lhe foi dado o posto de coronel e o comando do Regimento de artilharia de Estremós, isto quatro meses depois da sua promoção a tenente-coronel.

A sua promoção a brigadeiro, acumulada com a conservação do comando do seu Regimento, data de 1768, o que se fez por deligência do conde de Lippe, quando este em 1767 voltou a Portugal.

Por carta de administração de capela, de 28 de Agosto de 1773. Valleré teve a mercê, para elle e para seus descendentes legitimos, da capela de Fernando Vaz Sepa, instituida na vila de Borba e dos rendimentos da dita capela, que se achassem no cofre do juizo da provedoria das capelas da cidade de Evora.

A sua vasta cultura e inteligência fizeram com que em 1780 fôsse eleito sócio da Academia Real das Ciências e com que em 1785 obtivesse o primeiro prémio, concedido pela mesma Academia a quem dêsse um plano calculado para fazer navegável algum rio ou ribeira de Portugal, em beneficio dos povos.

Depois de uma vida de porfiado trabalho, devotada na sua maior parte ao serviço da sua nação adoptiva; tendo comandado o seu Regimento durante mais de trinta anos e vendo já levantada, altiva e imponente, a fortaleza a que quasi havia dado princípio no cume da Serra de N.<sup>a</sup> Senhora da Graça, Valleré finou-se em Lisboa, a 12 de Maio de 1796, não sem que tivesse recebido, na véspera, no seu leito de agonia, com a visita do príncipe herdeiro da corôa, a prova de quanto era tido na mais alta consideração o prestígio que honradamente conquistara em Portugal.

Franqueza de carácter, simplicidade de costumes, singeleza no seu modo de pensar, sem ostentações de grandeza, Valleré foi o homem verdadeiramente fadado para comandar outros homens, possuindo o talento de familiarisar-se com os seus subordinados, sem quebra de autoridade nem diminuição de respeito. <sup>(a)</sup>

«... em toda a sua vida mostrou grande amor aos trabalhos mecânicos, o que nascia do seu espirito de exatidão e desejos de levar á perfeição as obras que dirigia». <sup>(b)</sup>

A sua sciência e engenho levaram-no a tentar com êxito a invenção dum reparo para as peças de calibre 3, de maneira que estas podessem ser conduzidas por duas bestas em trânsitos escabrosos e em país montanhoso; inventou tambem reparos para artilharia mergulhante, para cujas experiências lhe serviu optimamente o declive das esplanadas do Forte de Lippe; e muitas outras práticas de artilharia lhe preocuparam o espirito.

Além da do Forte de Lippe, Valleré foi encarregado, entre outras, das seguintes obras: construcção de um aquartelamento, em Elvas, feito á prova de bomba, nas duas cortinas adjacentes ao baluarte do Casarão, sendo opinião dos técnicos que êste edificio militar, que teve principio em 1767, é um dos mais úteis da provincia do Alentejo <sup>(c)</sup>; da fonte de São Lou-

---

<sup>(a)</sup> Elogio historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré... por Francisco de Borgia Garção Stockler... Publicado de novo, com várias Annotações, anedoctas da sua Vida e a refutação do que se acha escrito na Bibliotheca britanica acerca della. Por D.<sup>a</sup> Maria Luiza de Valleré, sua filha. Paris, 1808.

<sup>(b)</sup> *Ob. cit.*

<sup>(c)</sup> Neste edificio se encontra actualmente aquartelado o Regimento de Cavalaria n.<sup>o</sup> 1.

renço, também em Elvas, mandada reedificar, sob uma nova forma, por estar bastante arruinada, pelo desembargador Bernardo Xavier Barbosa Sachetti, corregedor na dita cidade, o qual, despachado para outro lugar, motivou que infelizmente a fonte ficasse incompleta; <sup>(a)</sup> duma fonte e obelisco no Vimieiro, em Janeiro de 1775 <sup>(b)</sup>; da casa de campo do tesoureiro geral das tropas da província do Alentejo, «que fica distante um quarto de legua da cidade» de Elvas; de reparar os estragos que uma cheia causou na ponte de Coimbra; e finalmente, da construção da bateria do Bom-Sucesso, em Lisboa, que principiou mas não chegou a concluir, por haver falecido. <sup>(c)</sup>

O Conde de Lippe havia conhecido Valleré em Lisboa, quando êste, já no posto de tenente-coronel, era lente do Regimento de artilharia da côrte, de guarnição na torre de S. Julião da Barra.

Como dissemos, Lippe, tendo na melhor conta as aptidões do engenheiro Valleré, encarregou-o, já depois de terminadas as hostilidades com a Espanha, da obra de construção do novo Forte que havia projectado na Serra de Nossa Senhora da Graça.

Demolida a antiga ermida <sup>(d)</sup> que existia na Serra, encarregou-se o cabido da Sé de conduzir processionalmente, para a igreja paroquial de Alcáçova, acompanhado de todas as freguezias e irmandades, a imagem da Senhora da Graça.

<sup>(a)</sup> «O engenheiro M. de Valleré e o corregedor da cidade taes questões sustentaram sobre a redacção da inscripção latina que deveriam gravar-lhe, que a obra parou no estado em que está. A fonte velha era de bom trabalho, e vê-se ainda hoje á entrada da Quinta de Santo Antonio». — Dr. Francisco de Paula Santa Clara, artigo publicado no n.º 792 do Correio Elvense, de 20 de set. de 1897 e transcrito no Dicc. hist. e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes, de Sousa Viterbo, vol. II, Lisboa, 1904.

<sup>(b)</sup> Vid. Vimieiro, por J. M. Soeiro de Brito, Elvas, 1911, que publica uma gravura reproduzindo a fonte e obelisco.

<sup>(c)</sup> Durante a construção da Bateria do Bom Sucesso Valleré «se levantava frequentemente de noite, e mergulhado na agoa até muito acima dos joelhos, fazia com huma enchada na mão os encanamentos e sangrias que julgava preciso, associando-se com os soldados da guarnição, a quem elle contentava dando-lhes dinheiro e agradecimentos». — Elogio hist. de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, já cit.

<sup>(d)</sup> Diz V. de Almada, Dicc. de geog. e his. — Concelho de Elvas, etc. tomo I, Elvas, 1888, que «da ermida dá noticia em

Depois começaram as obras da nova fortaleza «destinada a fazer respeitavel a praça da provincia do Alem-Tejo mais importante pela sua posição, e que sem ella seria absolutamente inefficaz para a defeza da mesma provincia», mas que exigiu, durante a sua construção, os maiores sacrificios não só aos seus dirigentes como aos povos desta região.

Logo nos principios da obra as carrêtas dos lavradores foram embargadas para a condução de pedra e madeira e isso obrigou-os a não poderem satisfazer os seus compromissos.

«Essa opressão tornou-se grandissima em Elvas e seu termo com a falta para outros serviços de 3 a 4 mil homens que andavam trabalhando nas obras do Forte». (a)

O ano de 63 ia péssimo; e trigo já se vendia a 360 réis e em Agosto conjecturava-se que daí a mais um mês, valeria 400 réis. Por cúmulo, andavam prendendo todos os moços de lavradores para soldados.

Parece que êstes factos não eram vistos com bons olhos pelo público, pois que um documento da época diz que «os escrivães andão todos occupados com embargos de carretas e bêstas, que nenhum lavrador é senhor de si. Segunda feira deitarão hum pregão para que toda a pessoa de qualquer qualidade fosse obrigada a hir manifestar as bêstas e carretas que tiver ao Juiz de fora e alias que o não faça serem confiscados todos os bens e hirem presos para baixo; os escrivães forão todos avisar os do campo e ainda não recolhêrão; certamente que estamos pior que na guerra». (b)

Em setembro de 1763 o forte da serra da Graça ia-se fazendo com muita fôrça de gente; trabalhavam nas obras seis mil homens e quatro mil bestas; só em acarretar agua se empregavam 1.500 bestas.

E todos os dias chegavam sem cessar novas levas de gente, á qual nos sábados se pagava.

Em outubro dêsse calamitoso ano de 1763 trabalhavam no Forte cinco mil homens, entre êles duas companhias de mineiros, a do Alentejo e a de Almeida. Tambem nêste ano o regimento de infantaria do Algarve esteve de quartel em Elvas algum tempo, empregando-se um grande número das suas praças nas obras do Forte.

---

*1758, vespèras da sua demolição, o padre Francisco Rodrigues Soeiro, prior de Alcaçova, na relação que deu sobre as coisas da sua freguezia e que está incorporada no Diccionario geographico do Arquivo Nacional da Torre do Tombo».*

(a) A. Thomas Pires — Notas-historico-militares. *já cit.*

(b) *Ob. cit.*

As tropas da guarnição de Elvas iam sensivelmente diminuindo, porque a maior parte dos soldados desertava para Castela.

Essas tropas eram constituídas, além dum regimento de cavalaria e dos Regimentos de artilharia de Extremôs e de infantaria de Serpa, pelos regimentos de infantaria dos coroneis Manuel de Bastos e Souza e Guilherme Sharpe, acêrca dos quais se determina na relação que acompanha o Decreto de 10 de Maio de 1763, que «fiquem no mesmo estado em que presentemente se acham quanto á separação, formandose cada hum delles, como todos os outros do Exercito sobre o pé do Novo Regulamento: E sendo Coronel deste segundo Regimento Bartholomeu de Sousa Mexia».

Em Dezembro, D. José I e a rainhá vieram a Elvas e visitaram as muralhas da praça e o forte de Santa Luzia, indo depois vêr as obras já principiadas do novo Forte.

O ano acabava mal, porque o Alentejo «estava arrastadissimo. A azeitona como está bichosa está toda quasi no chão, e os soldados a furtarem n'ella sem consciencia».

Continuava a miséria; os campos estavam em total desamparo, não só pelo mau tempo como por falta de gente que os cultivasse. Os trabalhadores escasseavam, uns presos para servirem no Exército; outros por este motivo foragidos em Espanha. Segundo a *Gazeta da Hollanda*, em Castela achavam-se seis mil portuguezes fugidos pela fronteira de Elvas. As herdades estavam devolutas e os lavradores das poucas que eram cultivadas, viviam com muitas dificuldades, por falta de gados e de pessoal que lhes fizesse o serviço. <sup>(a)</sup>

Os reis retiraram de Elvas em Janeiro de 1764 e para lhes conduzir a bagagem embargaram-se aos lavradores as carretas e as bestas que possuíam.

As obras do Forte continuavam com muito afã, mas ocorrendo nelas bastantes desgraças.

Lippe voltou a Elvas em agosto, recebendo as homenagens da guarnição, com todos os regimentos <sup>(b)</sup> em armas dentro da praça e a cavalaria no campo, acompanhando-o pela estrada

<sup>(a)</sup> A. Thomaz Pires, Notas historico-militares, já cit.

<sup>(b)</sup> As unidades que propriamente pertenciam á guarnição de Elvas eram então:

O primeiro regimento (de infantaria) de Elvas, do Coronel Manoel de Bastos e Souza; o segundo regimento (de infantaria) de Elvas, do coronel Bartolomeu de Sousa Mexia; e o Regimento de cavalaria da praça de Elvas, do coronel D. Cristovam Manoel de Vilhena.

As áreas de recrutamento dêstes regimentos veem discriminadas

adiante. Visitando o Forte, experimentaram-se quatro minas, mas «houve cinco desgraças de pernas e braços quebrados e logo um morreu feito em pedaços, de que ficou o Marechal com muito desgosto». (a)

E' possível que succedessem irregularidades no transcurso de tão grande obra, mas eram rigorosamente punidas, com a severidade dos regulamentos da época. Em 1765 um capitão de mineiros, inglês, e tres soldados da sua companhia, do Regimento de artilharia do Alentejo, roubaram pólvora, por diversas vezes, do armazem que existia no Forte em construção e que era destinada a atacarem-se as minas. Apanhados no cometimento da proeza, foram imediatamente encarcerados em prisões separadas. Procedeu-se logo a conselho de guerra e conjecturava-se, segundo um documento da época, «que muito mal ficará o capitão, por ser inglez; ficará sem companhia; mas aos soldados não sei o que lhes poderá succeder». (b)

O que lhes poderia succeder depreende-se da seguinte notícia, da mesma época: «Em Campo Maior, se vai enforcar hum tenente do regimento de infantaria do mesmo regimento de Campo Maior e se lhe hão de cortar as mãos e cabeça para se pôrem á porta do armazem da polvora; porque cada vez que ia de guarda para o Castello abria o armazem, tirava polvora, e ia vende-la a Badajoz. Segunda feira, dia 8 dêste mês (Julho de 1765), se passou pelas armas em Campo Maior um soldado por ter furtado hum par de pistollas ao seu capitão». (c)

Algumas interrupções ocorreram durante as grandiosas obras de construção do Forte, mas não deixaram elas de proseguir sempre, com grande afino.

Para sua comodidade e para suprir o transtorno da distância que os separava da cidade, os operários da obra do Forte edificaram algumas habitações e estabeleceram lojas de comestiveis junto a uma quinta próxima, a oeste da Serra da Graça, conhecida pela do *Vêdor*, nome que lhe sobrevinha do *vêdor*

---

na Relação dos Districtos que S. Magestade tem determinado para as levas e recrutas de todos, e cada hum dos Regimentos do seu Exercito, ná conformidade do seu alvará com força de Ley, dado no dia de hoje vinte e quatro de Fevereiro de mil setecentos e sessenta e quatro, foi impressa na Officina de Miguel Rodrigues.

(a) A. Thomaz Pires, Notas historico-militares, já cit.

(b) Obr. cit.

(c) Obr. cit.

geral de artilharia, Manuel Rodrigues de Ataíde, <sup>(a)</sup> dando assim origem á pequena povoação que ainda hoje ali existe. <sup>(b)</sup>

Em tão grande número de pessoas empregadas nas obras não é de admirar que grassassem as enfermidades, mas todos os doentes eram curados «por conta de el Rei». Em 1765 o convento de São João de Deus <sup>(c)</sup> e a Védoria, «em cima e em baixo», tudo estava cheio de doentes.

Por este motivo, Caetano José de Seixas Cardoso, médico do Hospital Real da Praça de Elvas, que não tinha «mais Soldo q o de Seis mil reis por mez de q V. Mag.<sup>de</sup> lhe faz merce feyta aos seus antecessores», pediu aumento de sôlido, por no mesmo Hospital assistir «aos enfermos de quatro Regimentos de Infantaria, e hum de Cavallaria, e aos trabalhadores da obra do Forte de Lalipe, e a todos os prezos de todas as Praças do Reyno, q São remetidos para o trabalho da fortificação da mesma Praça de Elvaz chegando o numero de doentes a q nas mesmas enfermarias diariamente tem assistido, e Curado, a mais de trezentos só sem companheiro . . .»; tendo-lhe sido concedidos mais quatro mil réis, por Decreto de 2 de Janeiro de 1770. <sup>(d)</sup>

Quando D. José I, em Setembro de 1769, visitou o Forte, as obras achavam-se em tal estado de adiantamento, que o engenheiro Valleré foi vivamente felicitado pelo monarca.

E a vida social em Elvas? Era entremeiada de constantes intrigas e recheiada de ridículas peripécias. Nêsse enfatuado século XVIII, em que uma bonita peruca fazia o valimento dum cortezão, em que os fidalgos usavam longas comas empoçadas e em que até o mais circunspecto burguês trazia o seu rabicho

<sup>(a)</sup> «Em 1663 já havia n'aquelle local a horta de Montarroio, hoje quinta do Vêdor ou do Vallongo». — A. Thomaz Pires, *Toponymia rural do Concelho de Elvas, no semanario «Correio Elvense», 1910.* = Numa azinhaga «que conduzia á horta do Montarroio, a qual, muitos annos volvidos se chamou a quinta do Vêdor geral d'artilheria», existia «uma cruz de Pedra, chamada do Corcovado, a qual em 1740 ainda ahi se levantava entre duas ribançairas, á beira do caminho socavado, coberta de musgos, e pregoeira d'um lance funesto que ahi passara». (Camillo Castello Branco, *Quatro horas innocentes, Porto, 1872; em separata, A Cruz do Corcovado, Elvas, 1925*).

<sup>(b)</sup> Dr. José Avelino da Silva e Matá, *Annaes de Elvas, cap. IX.*

<sup>(c)</sup> E' o edificio em que actualmente se encontra instalado o Hospital Militar Auxiliar de Elvas.

<sup>(d)</sup> Claudio de Chaby — *Synopse dos Decretos remettidos ao extinto Conselho de Guerra. . . vol. V. — Lisboa, 1878.*



Reducto e residencia do Governador

FOTO AUGUSTO VIEIRA



com laço e polvilhos, Elvas, constantemente visitada pelas primeiras personalidades do país, com a sumptuosa grandeza do clero da sua Sé catedral, com a sua brilhante officialidade, ostentosa nos galões dourados e nas luxuosas guarnições das suas casacas, com as suas pretensões intellectuais, reveladas pela fundação de uma efémera *Academia dos Aplicados*, que não era mais do que um produto do contágio poético da época e uma imitação da célebre *Arcadia Ulyssiponense*, com os seus ricos torpes e as suas bizantinas parcialidades, Elvas era uma terra de ambiente refractário a uma fácil aclimatação, de tal maneira e tão frequentemente surgiam os antagonismos entre as classes que a si próprias tinham o dever de se impôr o culto do mais alto prestígio.

A vida em Elvas não era fácil, por causa das rivalidades entre o elemento militar e o clerical.

O Governador das Armas, Manuel Bernardo de Melo e Castro e o Bispo Dom Lourenço de Lencastre, de orgulhosas prosápias, viviam num acêso conflito, cuja eminência foi atingida em 1765, com o facto que a seguir, por sumamente picaresco, passámos a narrar:

Saíu de Elvas, com passagem para a provincia de Trazos-Montes, certo official por alcunha o Roncalho, o qual, chegado ao seu destino, mandou de presente tres salmonetes, um para a esposa do comandante do Regimento de Cavalaria, D. Cristovam Manuel, outro para o Bispo, e outro para o governador. Como todos viessem remetidos para o governador êste entregou o destinado á esposa de D. Cristovam Manuel e ficou com o do Bispo, não obstante o prelado o ter mandado procurar por um criado. Fêz o governador um banquete com os salmonetes e «varias coisas mais»; convidou para o dito banquete as primeiras pessoas da cidade e a propósito pretendeu chasquear do bispo. Um conego da Sé, que assistia ao ágape, desforrou o seu superior brindando por êle e quebrando o copo. Sabedor o Bispo do ocorrido, retirou-se para Olivença e jurou não voltar a Elvas, emquanto nela vivesse tal governador.

Chamado o governador a Lisboa, o bispo regressou entretanto à cidade. Por sua vez voltou o governador, como general da provincia, «mas respirava-se uma atmosfera de ridiculo, que alimentava a mordacidade provinciana, na ausencia de elevados interesses; abundavam os tipos excentricos, e as situações caricatas forneciam pabulo para desaforos satiricos».

«O Bispo Dom Lourenço de Lencastre era o objecto dos commentarios mais chistosos, já pela sua obesidade e opiparos banquetes, já pelas suas pretensões a estirpe regia e fatuidades militares, organisando o seu Cabido da Sé de Elvas em regi-

mento, e dignando-se declarar seu coronel, no tempo da *Guerra velha* ou de 1762». (a)

A esta mavórtica atitude do Bispo se refere Antonio Diniz da Cruz e Silva, no seu poema heroi-cómico *O Hyssope*, canto III:

... *E só não posso  
Em silencio passar aquella rara  
Grande e quasi real munificencia  
Com que sua excellencia foi servido  
A muitos membros deste grave corpo  
Uns capitães fazer, outros tenentes (b)  
Alguns alferes, ajudantes outros,  
Este sargento-mor e cabo aquêlle...*

Tal assunto e outros de tão máxima vacuidade, e entre êles o que constitue o objecto principal do conhecido poema de Antonio Diniz, fizeram o sumo gôso da maledicência da cidade, então «abundantissima de tipos grotescos na hierarchia ecclesiástica e não menos na militar». (c)

Diga-se, porém, em abono da verdade, que sem êles não teria conseguido a sua justa fama o grande poeta Antonio Diniz da Cruz e Silva, cuja vinda para Elvas, como auditor do Regimento do Mexia, o segundo de infantaria da mesma guarnição, é de supôr que se dêsse em 1764. (d)

Mas como atravessou o engenheiro Valleré as borrascas que desabavam em torrentes de água suja sob a honorabilidade dos seus contemporâneos, sem que elas o salpicassem?

Aparte um ou outro distanciado conflito, de ordem meramente militar, dedicando-se de corpo e alma ás obrigações da

(a) *Theophilo Braga* — Hist. da Litt. Port. — A Arcadia Luzitana, Porto, 1899.

(b) «No Instituto», tomo IX, pag. 167, veio publicada a provisão pela qual o bispo de Elvas D. Lourenço de Lencastre formava o corpo militar ecclesiastico, arrigimentando todos os ecclesiasticos da cidade, nomeando e distribuindo os postos desde sargento-mór até coronel-general (como se chamava a si proprio), com o fim de fazer «a mais facil e rigorosa defensa nesta praça; quando pelos nossos inimigos e de todo este Reyno sejâmos accommetidos» — (*O Hyssope*, publicado, revisto e anotado por Adriano A. Gomes, Coimbra, 1911).

(c) *Theop. Braga*. — Hist. da Litt. Port. — A Arcadia Luzitana, já cit.

(d) O cargo de auditor dos Regimentos foi criado por Decr. de 20 de Out. de 1763.

sua profissão e é de presumir que alheando-se de questões mínimas que ao seu espirito deviam repudiar.

Valleré tinha a seu cargo, além da direcção da construção do Forte, onde era obrigado a ir diariamente, o comando do seu Regimento e a direcção dos trabalhos do Trem de Elvas.

Quando o Conde de Lippe lhe entregou o plano do Forte, de todo o progresso da obra e de todas as mais circunstâncias tinha de dar conta, por escrito, em cada mês a Sebastião José de Carvalho e a Lippe de dois em dois meses.

Entre as diversas circunstâncias, já narradas, da sábia e honrada direcção do engenheiro Valleré nas obras do Forte da Graça, é de notar ainda a de que foi êle um cooperador sempre constante de tudo a quanto se procedeu e que por tal motivo nunca foi necessário desmanchar o que se fazia para se refazer consoante o plano adoptado, «como ordinariamente acontece»! E foi êle próprio que por êste modo conseguiu que no salão nobre da residência do governador e na igreja do Forte, «se vejam e admirem estuques feitos por homens que nunca tinham visto trabalhar nesta obra»! (\*)

A honorabilidade de Valleré era tão escrupulosa em questões administrativas que se recusou a assinar as folhas de despesa com a obra, «assim como tambem a não recensear a despeza dela nem a dos jornaes dos obreiros», (b) unica condição que impôs antes de aceitar a honrosa commissão com que foi distinguido. Em vista de tão desinteressada attitude viu-se o govêrno coagido a nomear um inspector e pagador, cargo para que foi escolhido um civil, o negociante João Antonio de Sequeira.

Sequeira, pai do *moço Sequeira*, Vicente Ferrer de Sequeira, a que se refere o canto VII do *Hyssope*, era Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, capitão de uma companhia de ordenanças, opulento proprietário, capitalista e comerciante em Elvas, donde era natural, filho de João de Sequeira Coelho, de Castelo de Vide, feitor da Alfandega da vila de Olivença, e de sua mulher D. Guiomar Maria Madeira, de Elvas.

Em 1777 era tesoureiro das rendas applicadas ao aqueduto da Amoreira e em 1780 adquiriu, por carta régia, a propriedade do officio de Tesoureiro geral dos bens do concelho de Elvas, que servia havia 21 anos. Alem de tesoureiro dos dinheiros applicados á construção do Forte da Graça, foi-o tambem da caixa dos órfãos; do impôsto do real de água; das sisas; do juizo da Provedoria; almoxarife do Hospital Real, etc., etc.

Faleceu na casa da sua residencia, na rua dos Chilões (onde

(\*) Elogio hist. de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, *já cit.*

(b) *Obr. cit.*

hoje estão instalados o Club Elvense e o Hotel Central), a 17 de agosto de 1793, e foi sepultado na igreja de Santa Maria de Alcáçova, no jazigo de João de Mesquita, que por obsequio o ofereceu.

Casou duas vezes, a primeira com uma filha de Jacinto Madeira, escrivão dos mantimentos da Védoria da provincia do Alentejo e dêste matrimónio houve o Vicente Ferrer de Sequeira, a que já nos referimos. Da segunda vez casou com D. Maria Izabel de Mendonça Franco Barreto, filha do desembargador Manuel Pereira Barreto, que morreu servindo o lugar de corregedor do cível da côrte, e de sua mulher D. Antonia Maria Luiza Franco, todos natural do Gradil, termo de Torres Vedras.

No inventário a que judicialmente se procedeu, por falecimento de João Antonio de Sequeira, foram avaliados os bens do casal em 365.411\$149 réis; como se verifica a folhas 16 v. da «Sentença de sorte e folha de partilhas» passada a favor de um dos seus filhos, o Dr. Francisco de Paula Sequeira Barreto e firmada aos 13 de outubro de 1796, pelo Dr. João Pedro de Carvalho. (a)

Vem a propósito falarmos agora do custo de tão grande obra. Desde julho de 1763 até principio de 1777 importou em 734.890\$174 réis. De 1778, até 1792, em que foi concluida, a despeza foi de mais 32.308\$865 réis.

Dispendeu-se, pois, com a construção do Forte da Graça 767.199\$039 réis. (b)

Numa «Folha da despeza feita com a obra do Forte de La Lippe na semana que teve principio em 6 e findou em 12 de Janeiro de 1771», (c) vê-se que a despeza dessa semana somou em 754.743 réis.

Pela mesma folha se verifica quanto diariamente se pagava de salário ao diverso pessoal empregado na obra. E assim ganhavam: o fiel da obra 600 réis, os apontadores gerais 400 réis, o fiel da ferramenta 240 réis, o escriturário 200 réis, os aparelhadores 600 réis, os cabouqueiros de 350 a 240 réis, os alveneus de 300 a 160 réis, um carpinteiro de machado 480 réis, os carpinteiros de obra branca de 350 a 80 réis, um pintor 320 réis, os ferreiros de 600 a 200 réis, os serralheiros de 340 a 180 réis e os apontadores de 200 a 50 réis.

(a) A. Thomaz Pires — Uma annotação ao poema heroi-cómico «O Hyssope» — O moço Sequeira e seu pae (*Correio Elvense*, n.º 1373, de 4-6.º-910).

(b) Elogio historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, já cit.

(c) A. Thomaz Pires, Notas historico-militares, já cit.

A conta da despesa com a obra do Forte foi discriminada num memorial de recenseamento que se fez dela, por ordem da Secretaria de Estado, ainda em vida de Valleré.

Já naquela época se presumia que o Forte tivesse custado mais ao Estado, do que na realidade custou. «Devido porém á deligência, ao zelo e á honra de Valleré deveu certamente o Estado ter sido constantemente avaliada esta grande peça de fortificação, por alguns estrangeiros inteligentes, em muito mais do que nela se dispendeu.» (a)

Referindo-se ás providências tomadas por Pombal, a seguir ao terremoto de 1755, diz um notável escritor:

«Uma das medidas mais proveitosas que o grande ministro adoptou foi o imposto de 4<sup>o</sup>/<sub>o</sub> sobre as mercadorias que entram na capital, o que rendeu quantias enormíssimas, tanto que foi com o seu producto que se construíram o magnifico Arsenal da Marinha e os edificios das Secretarias na Praça do Commercio; foi ainda com o dinheiro havido por esse meio que se demoliram os restos dos edificios arruinados e se effectuou a abertura de varias ruas, segundo o plano adoptado; alem d'isso ainda sobejou dinheiro para construir o Arsenal do Exercito, para se levantar o forte de Lippe em Elvas, *que custou uns poucos de milhões*, e para se repararem e fortificarem muitas outras praças do reino.» (b)

Ha, por certo, um lapso ou um exagêro nessa insinuação de que o Forte de Lippe *custou uns poucos de milhões*. É uma óptima contradição a êsses mal fundamentados cálculos de avaliadores precipitados, de que o illustre escritor Pinheiro Chagas se fez eco, achâmo-la no episódio que passámos a narrar:

Quando D. José I visitou o Forte em Setembro de 1769, deu a mais decisiva aprovação a tudo quanto já se havia feito, felicitando vivamente Valleré pelo genial esforço que empreendera na construção da fortaleza. «Não lhe aconteceu porém o mesmo com huma pessoa de grande respeito, que naquella occasião acompanhava o monarca, e que perguntando a M. de Valleré pelo custo daquella obra, achou ser exorbitante a somma em que ella já se achava importando á real fazenda. Como porém esta opinião só prova quanto, quem fizera semelhante questão, estava longe de saber avaliar a importancia das obras destinadas á defeza do estado, M. de Valleré não lhe respondeu senão, que se algum dia S. Magestade se arrepen-

(a) Elogio hist. de Guilh. Luiz Ant. de Valleré, *já cit.*

(b) M. Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal, vol. X, Lisboa, s. d. (1.<sup>a</sup> ed.).*

desse de ter alli feito tão avultada despeza, e quizesse vender o forte, acharia em el-rei catholico hum seguro comprador, que lho pagaria com ganho.» (a)

Dissémos atrás que primitivamente o Forte teve por designação o nome de Lippe e foi esta que se lhe deu durante o reinado de D. José I. Pelo passamento do monarca, em 1777 — por coincidência, no mesmo ano em que faleceu o Conde de Lippe — subiu ao trono D. Maria I, que excitada pela reacção contra a obra de Pombal, deixou que se desfizesse tudo quanto tinha sido obra do célebre ministro de seu pae. O nome de Lippe estava bem vinculado ao Forte cuja construcção havia partido da iniciativa do grande militar mas «S. Magestade que D.<sup>a</sup> g.<sup>e</sup> esbulhou este general da posse em que esteve por muitos annos desta bem merecida gloria, ordenando pouco tempo depois de haver subido ao trono, que o dito forte se denominasse de Nossa Senhora da Graça, pelo motivo assaz piedoso de ter havido no mesmo local uma pequena ermida com esta invocação». (b)

Contudo, parece-nos verosímil que mais tarde se pensasse na adopção do primitivo nome do Forte, visto que em 24 de maio de 1837 o ministério da Guerra determinava que se solicitasse «da Camara Municipal d'Elvas, ou de qualquer outro archivo, aqui existente, copias dos documentos ou determinações reaes que deram o nome de La Lippe ao forte que faz parte das fortificações da mesma praça, ou lhe mudaram este nome no de N. S.<sup>a</sup> da Graça». (c)

(a) Elogio hist. de Guillh. Luiz Ant. de Valleré, *já cit.*

(b) *Obr. cit.*

(c) Segundo um masso de apontamentos inéditos de Vict. de Almada — acerca do arquivo do govêrno da praça de Elvas — catalogado sob o n.<sup>o</sup> 12774 F. na Bibl. Municipal d'Elvas.



## Descrição do Forte

**D**UMA erudita descrição da praça de Elvas, da autoria do general Fortunato José Barreiros, publicada em *O Panorama*, de 1840, transcrevemos a parte que se refere ao Forte da Graça:

«Sempre que as praças de deposito são pequenas remedeia-se este defeito essencial circundando-as dum recinto exterior, formado de fortes separados; por este meio se obsta a que ellas possam ser facil e inteiramente investidas, abrigando-as ao mesmo tempo de serem bombeadas e incendiadas. Estes fortes, pela sua protecção, permitem que os exercitos possam tomar diferentes posições, todas vantajosas; são, por assim dizer, outros tantos campos entrincheirados, e sabe-se que é esta uma das mais preciosas propriedades que podem oferecer as fortalezas.

«O forte da Graça vem a ser, a todos os respeitos de indispensavel necessidade para Elvas. O seu poligono difere pouco de um quadrado d'umas 71 braças de lado exterior. Tem no centro um reducto circular com trez ordens de baterias casamatadas de bellissima execução, servindo estas casamatas não só para tomarem parte activa na defeza, varrendo, com o fogo das peças de grosso calibre que n'ellas se acham assentadas, todos os terraplenos do Forte; mas tambem para armazens, e para alojamento do governador e dos principaes officiaes da guarnição. Por baixo das casamatas de que acabamos de falar, se construiu uma magnifica cisterna, que contém agua sufficiente para as precisões da tropa da mesma guarnição. <sup>(a)</sup>

---

<sup>(a)</sup> Esta cisterna fornece água em abundância por seis meses, a uma guarnição de seis mil homens (segundo o Elogio historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, Paris, 1808, já cit.) — N. do A.

«Trez das frentes do forte são completamente casamatadas, e fornecem, como o reducto central, armazens e alojamentos para as tropas; mas a quarta frente tem só estabelecimentos dêste genero debaixo dos flancos.

«Os seus quatro pequenos baluartes, começando por aquelle que fica voltado para o NE e continuando para a direita, denominam-se da *Malefa*, de *Badajoz*, da *Cidade*, e de *S.<sup>to</sup> Amaro*: (a) na cortina que prende estes dois ultimos existe a porta principal do Forte; e oito portas falsas, distribuidas equal e simetricamente pelas quatro frentes, facultam a comunicação do interior do recinto magistral para o fosso e para as obras exteriores.

«As casamatadas dos flancos formam differentes andares, que offerecem fogos em amphiteatro, formidaveis pela difficuldade de os contrabater.

«Ao NWO do monte de N. S.<sup>a</sup> da Graça se forma e prolonga uma *alta chaã* de 106 braças de comprimento, sobre 53 de largura; é este o unico lado em que o inimigo poderia estabelecer-se para formar um ataque em regra, e por isso se tem com razão multiplicado os meios de defesa na frente que lhe corresponde, havendo-se-lhe ajuntado uma obra cornea com cortaduras no seu terraplano, tudo bem casamatado e contraminado; de sorte que o forte offerece sete recintos successivos a tomar, o que, exigindo muitos combates parciaes, deve occasionar longa resistencia. As outras frentes do forte tem sómente revelim e estrada coberta; cobrindo esta ultima perfectamente as escarpas da obra, por haver sido construida segundo as regras do deseniamento.

«Trez dos revelins são casamatados e quasi toda a estrada

(a) *Qualquer dos baluartes está voltado para o local por cujo nome é designado. Do chamado de Badajoz diz Vict. de Almada, Dicc. de Geog. e hist. — Conc. de Elvas, tomo III, Elvas, 1891, «que fica voltado á dita cidade, enfiando a linha ferrea, no sitio das Fontainhas, que é onde está a estação de Elvas, no kilometro 265, e a pequena aldeia que se tem formado nas cercanias».*

*Diremos, a proposito, que a construção da linha férrea do Leste (como a do Norte) foi contratada, com D. José de Salamanca, em 12 de setembro de 1859, com subvencção quilométrica e para via de 1.<sup>m</sup>67, igual á que em Espanha se adoptara. Em 1863 abriu-se a linha do Leste até á fronteira de Elvas e em 1864 toda a linha do Norte até Vila Nova de Gaia. A linha do Leste tem pois a primazia na introdução dos caminhos de ferro em Portugal. — N. do A.*



Porta do Dragão



coberta é guarnecida interiormente de uma galeria de contra-escarpa.

«O aspero declive das suas esplanadas, a grande altura da muralha de revestimento da sua escarpa; e as suas galerias seteiradas de escarpa e de contra-escarpa, concorrem eficazmente para preservar o forte de qualquer ataque imprevisto; e a construção particular das suas ditas esplanadas, formadas pela sua maior parte de grandes pedras, cobertas com uma simples camada de terra vegetal, assim como a estreiteza da sua estrada coberta, e das outras obras exteriores, tornam de summa difficuldade o ataque em regra contra o recinto magistral do forte. Ajuntando a isto as disposições que estão feitas para o defender, por meio de minas, formar-se-ha adequada ideia da grande resistencia de que é susceptivel esta fortaleza.

«Pela importancia do Forte da Graça, pela disposição das suas obras, e pelas 80 boccas de fogo de que deve constar o seu ornamento de sitio, a sua boa defesa exige uma guarnição de 1000 a 1200 homens de infantaria, 200 artilheiros e 100 mineiros, perfazendo ao todo 1300 a 1500 homens».

Por completar, nalguns detalhes, a proficiente descrição do Forte, que acabámos de transcrever, inserimos a seguir a publicada no volume III do *Portugal, dictionario historico, chorographico*, etc. de Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Lisboa, 1907:

«A figura da fortificação é um quadrado, tendo 4 baluartes, e egual numero de revelins para cobrir as cortinas. Em uma das frentes ha um hornaveque ou obra corôa com um pequeno revelim destinado a reforçar o recinto magistral e a cobri-lo da serra de S. Dominginhos. O traçado foi feito segundo o systema de Vauban, sendo mui habilmente accommodado ao local pelo engenheiro Valleré. Em frente das praças d'armas salientes ha as lunetas ou reductos das mesmas praças d'armas, tendo cada uma d'estas obras um barbete. Um canhoneiras subterraneas facilitam poderosamente a concentração dos fogos da praça. O fosso, que circunda o recinto magistral e a obra corôa, é muito fundo. Nos revelins os fossos são menores e com uma disposição muito especial. Os fossos são todos batidos por artilharia e fusilaria, para o que existem as necessarias canhoneiras e setteiras. Numerosos travezes difficultam muito a invasão do forte. Muitos fossos militares circumdam a fortaleza, sendo mais numerosos nos pontos em que a inclinação do terreno é menor. No forte ha duas portas de entrada, uma exterior e outra interior. (a) N'esta ultima ha uma ponte le-

---

(a) A porta exterior, de original construção, é designada pela do Dragão, por ser encimada por uma moldura com a figura

vadiça para transpôr o fosso. Além d'estas duas portas ha dez poternas nas cortinas da obra e do hornaveque. Um bem elaborado plano para forninhos está executado de modo que, no caso de um investimento, os defensores da praça tinham meios para obstar ao estabelecimento das baterias inimigas. Uma galeria subterranea dirige-se do interior da praça a um ponto do exterior onde existe uma fonte denominada do Marechal; com agua potavel que pôde servir para a guarnição poder abastecer-se d'este precioso liquido a coberto do inimigo. Os numerosos paioes da praça estão construidos á prova de bomba. No centro d'esta importante fortaleza ha um reducto composto de dois pavimentos abobadados, tendo o inferior no meio a capella, em fórma de cruz, estando ao meio o altar-mór, do lado da Epistola o altar de Santa Barbara e do lado do Evangelho, o de Santo Antonio. (2) Na capella-mór ha quatro tribunas, que se pôdem transformar em canhoneiras para defender as quatro portas que

*dêste monstro mitológico em alto relêvo, tendo em volta dispostas simêtricamente, duas peças de artilharia e outros instrumentos de guerra, tudo insculpido em pedra assás grosseira para trabalho tão perfeito. Na porta interior, que é magnífica, existe um conjunto escultórico, composto pelas armas nacionais, em estilo D. João V, cercadas de ornatos no mesmo estilo e ladeadas por duas grandiosas panóplias. Por baixo, uma ampla lápide, em mármore, diz:*

IOSEPHUS. I. AUGUSTUS. INVICTUS. PIUS. / QUO. ADI-  
TUM. HOSTIBUS. IN. RELIQUAM. PROVINCIAM. INTERCLUDERET. / CU-  
RANTIBUS. GULLIERMO. COMITE. LIPPIENSE. LUSITANORUM. MILITUM.  
/ IMPERATORE. SUMMO. ET. SEBASTIANO. JOSEPHO. CARVALIO. ME-  
LIO. / COMITE. OEYRENSI. MAGNO. CONSILIARIO. ATQUE. ADMINISTRO.  
HANC. / ARCEM. A. FUNDAMENTIS. EXTRUXIT. OMNIQUE. PRÆSIDIO.  
COMMUNIVIT / AN. MDCCLXVI.

O que traduzido em portuguez significa:

«José I, Augusto, Invicto, Pio, para impedir a entrada dos inimigos na provincia, sob a direcção de Guilherme, Conde de Lippe, marechal general do exército portuguez, e de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, primeiro conselheiro e ministro, fundou êste forte e o municiou completamente. Ano de 1766». — N. do A

(2) «No monte aonde se acha construido este Forte existia (antes da sua construcção) uma ermida com a invocação do nome de Nossa Senhora da Graça, instituida por um dos ascendentes de D. Antonio Pessanha, actual administrador d'ella. A instituição d'esta capella impõe a condição de se dizer todos os sabados uma

dão entrada para a igreja e, por conseguinte, para o reducto. Em volta da igreja e nas casamatas dos baluartes acham-se armazenados artigos de material de guerra. O segundo pavimento do reducto é todo êle circundado de armazens, sendo uma parte d'estes ocupados pela secretaria e archivo do Deposito Disciplinar, destinando-se os outros para os artigos de mobilia e utensilios da caserna militar da praça. N'este pavimento ha sete canhoneiras elipticas e muitas seteiras destinadas a bater com artilharia e fusilaria os terraplenos e baluartes depois de occupados pelo inimigo. Por cima ha uma varanda ladrilhada ou o terrapleno do reducto, que está cercada de um parapeito abobadado de 2.<sup>m</sup>io de alto por 3.<sup>m</sup>50 d'espessura que offerece duas ordens de fogos, para defender as quatro portas. Sobre esta varanda ou terrapleno eleva-se a casa destinada á residencia do governador, a qual se compõe d'um pavimento ao rez do terraço e d'um andar superior. Em parte do andar inferior está a secretaria da praça, gabinete do governador e a estação telegraphica, (a) que está ligada ao quartel general da praça de Elvas. Superior ao segundo pavimento corre um terraço d'onde se descobre um delicioso panorama. (b) O reducto central do forte

*missa no allar da mesma Senhora, o que deixou de ter lugar desde 1870; assim como deixou de concorrer, o dito administrador, para a festividade que por muitos annos se fez á mencionada imagem a 8 de Setembro, tambem desde o mesmo anno. Tinha Capellão militar, porem foi suprimido em 1869, havendo comtudo um presbytero, que celebra missa em todos os dias santificados, sendo tambem encarregado de desobrigar os militares aqui existentes, pelo que perciebe 144\$000 réis annualmente». — Descrição (inédita) do Forte de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Graça, extraída em Dezembro de 1876, por José Maria Pereira de Almada, do relatório feito pelo general Carlos de Barcellos Machado — manuscrito a que nos referimos no presente capitulo. — N. do A.*

(a) Ao grande estadista, Antonio Maria Fontes Pereira de Melo, filho dum elvense illustre, João de Fontes Pereira de Melo, que foi ministro da Marinha e ultramar e governador de Cabo Verde, se deve a medida da ligação telegraphica do quartel general da praça de Elvas com o Forte da Graça, para a pronta comunicação de despachos. E' pois ao estadista, que em 26 de Abril de 1855, sendo ministro das obras publicas, contratou com Alfredo Breguet o estabelecimento das primeiras linhas telegraphicas em Portugal e sob cuja égide se inaugurou, em 1857, o serviço telegraphico internacional, com o estabelecimento duma ligação com a Espanha, por Badajoz, que o Forte da Graça deve um tão importante melhoramento. — N. do A.

(b) Neste terraço existe a cúpula do palácio ou residencia do

tem 15,<sup>m</sup>40 de alto, está separado do recinto por um intervalo de 6,<sup>m</sup>10, que funciona de fosso, uma ponte levadiça de 2,<sup>m</sup>75 de comprimento por 1,<sup>m</sup>90 de largo, estabelece a comunicação do reducto com o corpo da praça. Por baixo da capella existe uma grande cisterna que recebe as aguas pluviaes das varandas do reducto, casa do governador e recinto magistral. Estas aguas passam atravez de filtros de modo que são recebidas na cisterna limpas de quaesquer impurezas. Essa agua chega para consumo da guarnição da praça durante muitos mezes. O reducto central é onde a guarnição poderá refugiar-se e fazer d'ali uma tenaz resistencia, visto que o espaço que então o inimigo occupou é muito circumscripto e todo elle completamente dominado por um fogo mortifero de artilharia e fusilaria, procurando obter assim pelo menos uma capitulação honrosa para a guarnição».

Por carência de conhecimentos técnicos não nos arrojámos a unificar o que sôb o ponto de vista descritivo veiu ás nossas mãos, àcerca do Forte da Graça. Notámos, decerto, que a matéria se repete, através as transcrições com que vâmos urdindo este capítulo. Mas como em qualquer delas ha sempre novos

---

*governador, cúpula que é encimada por um pára-rádio, o último dos cinco que ainda ha anos existiam. Os restantes, que se encontravam sob os paióis que circundam o fosso do reducto central, foi necessário apeid-los, tão deteriorados se encontravam pela força dos temporais. Estes cinco pára-rádios foram colocados por deliberação de Fontes Pereira de Melo, quando geriu a presidencia do ministério (1871-77), cumulativamente com a pasta da guerra e isto depois da visita que em 1874 fez ao Forte, por ocasião de se encontrar oficialmente em Elvas, a cidade, como diz Vitorino de Almada, «em que nascera e se criara seu pae». A visita de Fontes à histórica fortaleza de Lippe foi assinalada por um triste acontecimento: quando uma das bocas de fogo salvava á entrada do ministro, um dos serventes foi arremessado ao fôssô, falecendo dias depois.*

A Descrição do Forte de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Graça, *extraída do relatório do general Carlos de Barcelos Machado, a que neste capítulo nos referimos, diz acerca dos pára-rádios o seguinte: «Colocaram-se n'este Forte em 1872 (?) cinco pára-rádios; um na parte superior da casa do governador e um na direcção de cada uma das captaes dos baluartes, no intervalo dos paióis existentes no fôssô do reducto; seguindo os respectivos conductores pelo terraplano do recinto magistral, d'onde descem ao fosso seguindo três para a galeria das minas em frente do revelim do hornavegue (aonde existe agua) e os outros ao nascente da fonte do Marechal». — N. do A.*

dados a apreciar, mais útil nos parece estampá-las aqui do que com os elementos que elas nos fornecem cerzir sem sciência uma nova descrição do Forte.

Eis, ainda, dentro desta orientação, um excerpto de outro estudo sôbre o Forte da Graça e êste aproveitado duma *Noticia e descrição* extraída do relatório do general Carlos de Barcelos Machado, quando coronel de engenharia, governador do Forte de 1867 a 1870. O manuscrito desta *Noticia* inédita está catalogado sob o numero 12777 H na Biblioteca Municipal de Elvas. Pertenceu a José Maria Pereira de Almada, major de artilharia e pai do illustre escritor Vitorino de Almada. Existe uma cópia dêste manuscrito na Secretaria do Forte:

«Este Forte é um quadrado fortificado pelo primeiro systema do Marechal de Vauban, composto de quatro baluartes denominados da Cidade, Santo Amaro, Malefa, e Badajoz, tendo quatro pequenos revelins que cobrem as respectivas cortinas, e sobre uma das frentes da fortificação existe um hornaveque ou obra cornea com seu pequeno revelim, destinado a cobrir e reforçar o recinto magistral, d'uma altura que lhe fica na sua frente denominada «Serra de S. Dominginhos». Nas praças d'armas salientes e em frente dos angulos flanqueados dos baluartes, ha uma obra de fortificação a que o General Valleré deu o nome de lunetas, mas que com propriedade chamar-lhe-hemos reductos das praças d'armas salientes.

«Em cada uma d'estas praças d'armas ha um barbete destinado a fazer jogar a artilharia de campanha na direcção das capitães, por onde o sitiador hade dirijir os seus trabalhos de sitio.

«Como este forte está construído sobre uma grande altura, e o seu declive é muito rápido, existem alguns pontos proximo da fortificação que não são batidos efficazmente pela artilharia tanto do recinto magistral como das obras exteriores; por esse motivo nos reintrantes formados pelos baluartes e revelins contiguos, o General Valleré construiu com bastante engenho umas canhoneiras, de que as espaldas e soleiras correm por baixo do massiço da esplanada e quasi parallelamente á inclinação da mesma, a que elle deu o nome de canhoneiras subterranas, que é uma especie de canhoneira tunel de Pyron.

«A boca de fogo que deve atirar por essa canhoneira está dentro d'uma pequena casamatta que fica por baixo do teraplano da estrada coberta, e bate o terreno que da Praça não é visto.

«O fosso que circunda o recinto magistral e do hornaveque é profundo.

«Os revelins apenas têm um pequeno fosso formado de dois planos inclinados, de que os extremos terminam na estra-

da coberta; na reunião d'estes dois planos inclinados é que existe a entrada para a canhoneira subterranea.

«Por baixo dos terraplenos do recinto magistral e hornaveque corre a galeria d'escarpa que é asseiteirada, e nos flancos em vez de seteiras há duas canhoneiras ellipticas para duas bocas de fogo, destinadas a bater o fosso.

«As canhoneiras das faces e flancos dos baluartes são cazamattadas e por cima d'estas cazamattas é que existem os quarteis destinados para rezidencia dos officiaes da guarnição; estes mesmos quarteis estão dispostos de modo tal que podem servir tambem de intrincheiramento dos mesmos baluartes. Uma das canhoneiras e paiol dos flancos dos baluartes transformam se em quarteis provisórios para officiaes ampliando assim os pequenos quarteis para acomodação dos que têm familia, ou para mais officiaes quando o numero d'elles chega a ser maior do que os do Estado maior e destacamentos como actualmente acontece pelo augmento dos que pertencem á companhia de correcção.

«Por baixo da estrada coberta existe a galeria de contra-escarpa, que tambem é asseiteirada, a qual junta com a galeria d'escarpa defendem com fogos cruzados de fuzilaria todo o fosso geral da Praça. Esta galeria é cortada por um grande numero de travezés destinados a defendel-a passo a passo quando este forte fôr sitiado.

«As praças d'armas salientes são fechadas por dois travezés.

«Os parapeitos do recinto magistral e obras exteriores são revestidos interior e exteriormente d'alvenaria, bem como as espaldas das canhoneiras, e o centro dividido em cofres está cheio de terra.

«A esplanada que fecha o perimetro da fortificação é toda ella cofrada e cobre perfeitamente as muralhas tanto do recinto magistral como das obras exteriores.

«Na raiz da esplanada e nos sitios mais accessiveis ha duas ordens de poços militares para dificultar o accesso do mesmo.

«Em frente das canhoneiras subterraneas existem tambem eguaes poços dispostos em tres ordens, em forma de xadrez, que egualmente dificultam a aproximação das mesmas canhoneiras.

«Este forte tem duas portas de entrada: a exterior e a interior; n'esta ha uma ponte dormente de madeira para transpôr o fosso, e respectiva ponte levadiça a qual se move pelo systema de Senoside. Alem d'estas duas pontes ha dez poternas: duas nas extremidades de cada cortina do recinto magistral e na cortina do hornaveque.

«Na direcção das capitães dos baluartes da Malefa e na das capitães dos dois meios baluartes do hornaveque, e do revelim

do mesmo, existem umas galerias que partindo da galeria da contra escarpa seguem por baixo do massiço da esplanada e terminam alem do mesmo. Estas galerias servem para estabelecer os fornilhos que devem fazer voar o terreno por onde o sitiante ha-de dirijir os seus trabalhos de sitio, e retardar por este modo o coroamento da estrada coberta e o estabelecimento das baterias de brecha e contrabaterias, visto que a frente da fortificação comprehendida entre os dois referidos baluartes será aquella sobre o qual o inimigo ha-de dirijir os seus ataques, por ser essa frente a que oferece mais vantagem ao sitiador, e os seus trabalhos ficarão protegidos pelo outeiro de S. Dominginhos que lhe fica a cavalleiro; ao passo que o terreno fronteiro ás frentes comprehendidas entre os baluartes de Badajoz e da cidade e de Santo Amaro, alem do seu grande declive são batidos pela artilharia da Praça d'Elvas, e a frente comprehendida entre os baluartes de Santo Amaro e da Malefa dá sobre um valle bastante apertado, formado pela altura onde está construido este forte e o cerro da Malefa.

«Na estrada coberta em frente (lado do Norte) do baluarte da Malefa, parte uma escada abobadada por baixo do aterro da esplanada até á raiz da mesma, e alli segue uma comunicação a coberto que conduz proximo d'uma fonte com boa agua, denominada do Marechal para, em tempo de sitio a guarnição poder ir com segurança buscar a agua á dita fonte. Contiguos á muralha do terraplano do recinto magistral e de cada lado das capitaes dos baluartes, existem oito paiões abobadados, de que as respectivas abobadas estão revestidas exteriormente com um ladrilhado formando um só plano inclinado.

«No centro d'este forte existe um reducto composto de dois pavimentos, todos eles abobadados. No centro do primeiro pavimento existe a capella que tem a figura d'uma cruz, de que os quatro braços são iguaes.

«No centro da capella elleva-se o altar mór, tendo aos lados da entrada dois altares — Santo Antonio e Santa Barbara. A capella mór tem quatro tribunas construidas de maneira para n'ellas se assentar artilharia destinada a defender as quatro portas que dão entrada para a igreja.

«Em volta da igreja, e bem assim nas cazas matas vazias dos baluartes da Cidade, Badajoz e Santo Amaro estão arrecadados os objectos de material de guerra. O segundo pavimento do reducto é todo elle circundado d'armazens, e occupados tambem, metade com a secretaria e arrecadações da companhia de correcção e a outra metade com a mobilia, utensilios e diferentes outros artigos de caserna.

«Neste pavimento há sete canhoneiras elipticas correspondentes ás capitaes dos baluartes e ao meio das cortinas. Há

tambem varias seteiras, tudo destinado a bater com artilharia e fuzilaria os terraplenos e os baluartes depois de occupados pelo inimigo.

«O terceiro pavimento é uma varanda ladrilhada, ou o terrapleno do reducto, o qual está circumdado d'um parapeito abobadado de 2,<sup>m</sup>10 d'alto e 3,<sup>m</sup>50 de espessura, que oferece duas ordens de fogo de fuzilaria: a primeira pelas seteiras abertas na abobada do parapeito, e a segunda por cima do mesmo parapeito, tendo quatro *machicoulis* ao meio dos lados do reducto, que defendem as quatro portas que existem n'esses mesmos lados.

«Sobre esta varanda ou terrapleno elleva-se a casa destinada para residencia do governador do Forte, a qual se compõe d'um pavimento ao rez do terraço e d'um andar superior. Em parte do andar de baixo está estabelecida a secretaria da Praça e no superior correspondente áquella, a estação telegraphica que se corresponde com a do quartel general do governo da Praça d'Elvas.

«Por cima do andar superior corre um terraço d'onde se descobre toda a campanha e se gosa d'um delicioso e magnifico panorama. A altura do reducto até á aresta exterior do parapeito ou seu relevo mede 15,<sup>m</sup>40 e o seu commandamento sobre o corpo da praça é de 8 metros. A altura da casa do governador mede 4 metros de maneira que o commandamento do terraço d'esta casa sobre o mesmo corpo da praça é de 12<sup>m</sup>.

«O reducto está completamente separado do recinto magistral e distante d'elle 6,<sup>m</sup>10; e este intervalo é o que funciona como fosso do reducto.

«Este reducto communica com o corpo da praça por meio d'uma ponte levadiça, que mede 2,<sup>m</sup>75 de comprimento, e 1,<sup>m</sup>90 de largo.

«Por baixo do pavimento da capella existe uma bôa cisterna que recebe as aguas pluviaes que cahem tanto sobre as varandas do reducto e casa do governador, como sobre o recinto magistral, a qual passando por diferentes depositos devidamente preparados por meio de filtros, chega á cisterna em estado de pureza, tendo capacidade sufficiente para conter por muito tempo (quando cheia) agua para consumo da guarnição, mesmo em tempo de sitio.

«Alem d'esta cisterna há mais quatro pequenos depositos para agua; tres no fosso geral e um no fosso do hornaveque, que recebem em quantidade as aguas da chuva que caem no mesmo fosso. Um d'estes depositos recebe tambem o excesso das aguas que entram na cisterna depois d'ella cheia (o que raras vezes succede) por meio d'um encanamento que partindo do to-

po da escada da mesma cisterna, e passando por baixo da muralha se dirige ao dito deposito. (2)

«O reducto central é um reducto de segurança, onde a guarnição poderá refugiar-se, e fazer d'alli uma tenaz resistencia, visto que o espaço que então o inimigo occupará é muito circumscripto, e todo elle completamente dominado por um fogo mortifero d'artilheria e fuzilaria, e obter afinal uma capitulação honrosa para a sua guarnição.

«As casernas para a guarnição d'este Forte é a galeria da escarpa correspondente ás cortinas, as quaes, sendo necessarios 20,<sup>m3</sup> d'ar respiravel para cada individuo, póde alojar 210 praças, pois que toda a galeria da escarpa tem de extensão 253 metros, 3,<sup>m90</sup> de largo e 2,<sup>m90</sup> d'altura até ao começo da abobada que é semicircular, mas como cada cama occupa 0,<sup>m88</sup> segue-se que só poderá conter 192 praças. Estas galerias podem acomodar maior numero de praças unindo mais as camas. Estas galerias estão á prova de bomba.

«A galeria da contra escarpa mede em toda a sua extensão 500 metros; tem de largura 1,<sup>m10</sup> e de altura 1,<sup>m20</sup> até ao começo da abobada (que tambem é semicircular). Pode conter 47 praças, dando 20,<sup>m3</sup> d'ar respiravel por cada individuo. Parte desta galeria pode servir para alojamento da tropa destinada a defender as obras exteriores.

«A parte d'esta galeria correspondente ao hornaveque, serve d'arrecadação dos reparos das bocas de fogo que existem no terraplano d'esta obra exterior.

«Esta galeria tem diferentes saidas para o fosso correspondentes ao meio de cada cortina, e aos angulos flanqueados dos baluartes, e todas elas fechadas com portas de ferro. A parte da galeria da contra escarpa correspondente ao hornaveque tem tres saidas para o fosso, tambem correspondentes aos angulos flanqueados dos dois meios baluartes e ao da respectiva cortina

«Por baixo do terraplano do revelim da porta existem tres cavallariças que podem alojar 15 cavallos, bem como existem dois

---

(2) Na cópia que desta Noticia e descrição existe na Secretaria do Forte da Grça ha a seguinte anotação:

«Verificou-se não serem depositos para agua e sim fossas inodoras, para recepção dos despejos das sentinas, canalizadas desde a primitiva para cada uma d'essas fossas, mas por haverem entupido a canalisação completamente, deu lugar a que ella fosse ignorada longos annos; até que casualmente foi revelada por uma escavação mandada fazer em março de 1901 pelo signatario, ao tempo governador. — S. A. Diniz, coronel».

paioes. Este revelim é vazio — os outros tres revelins são cheios, e sotopostos aos respectivos terraplenos, existem os paioes que são á prova de bomba. Dentro do hornaveque existem dois paioes tambem á prova, e uma casa da guarda; finalmente o revelim do mesmo hornaveque tem igualmente um paiol sotoposto ao terraplano do mesmo revelim.

«Todos os revelins, assim como os dois meios baluartes do hornaveque, tem barbetes para poder jogar a artilharia em diferentes direcções.

«Este forte tem uma grande atafona para moer o trigo que fôr necessario para consumo da guarnição durante o tempo de sitio, assim como tres grandes fornos para cozer pão, e uma prisão designada a casa redonda».

Acrescentaremos que o projecto do Forte, como no capitulo anterior dissémos, foi delineado pelo Conde de Lippe. A planta que Lippe lhe entregou, fez Valleré vários e importantissimos aditamentos, que foram aprovados tanto pelo Marechal, como pelo rei D. José I. (2)

Esses aditamentos, «segundo a informação dum official intelligente», que residiu no Forte alguns anos, durante a sua construção, são em summa os seguintes:

«A esplanada cofrada e canhoneiras subterraneas. Não são novas estas obras; mas foi totalmente da sua invenção combinar e formar no alto da esplanada uma segunda linha de fogos, que duplicam os que se fazem da banqueta

«A estrada coberta com os seus travezos fortificados para o jogo de uma peça de artilharia de qualquer calibre, e fogos de infantaria que defendem as praças de armas com fogos cruzados: obra esta que obrigo u M. de Valleré a dizer quando a concluiu: — Estou muito satisfeito por que acabo hum trabalho penoso, e que muitas vezes se me representou invencivel.

«Não é menos para louvar o caminho subterraneo que dirigio do alto da esplanada com o destino de cubrir o tranzito até á fonte da Telha, situada a pouca distancia do Forte e debaixo da sua artilharia.

«Fortificou as capitaes por um modo não usado, construindo

---

(2) No Elogio hist. de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, já cit., escreve sua filha, D. Maria Luiza de Valleré: «Logo depois do falecimento de meu pae foi minha mãe entregar na secretaria d'estado dos negocios estrangeiros e da guerra duas plantas do forte de Lippe, uma assinada pelo marechal general conde de Lippe, que foi dada por elle a meu pae para a fazer executar. . . ; e a outra planta que comprehende todos os aditamentos feitos por meu pai. . . »

nos angulos salientes da estrada cuberta, uma canhoeira que dirigindo a sua directriz pelo comprimento ou aresta da explanada, impede que ali se estabeleça o cavaleiro de trincheira: cubrio o angulo flanqueado do baluarte com uma luneta diferente das de qualquer outro sistema de fortificação; entrincheirou os baluartes por debaixo e por cima, de maneira que as portas e janelas das casas matas e as do reduto, sirvam de canhoieras em que manobrem peças de artilharia e outras bocas de fogo, segundo a urgencia que delas houver. Dispoz no terraplano dos mesmos as faces dos quarteis dos officiaes em forma de canhoeira de onde poderá jogar artilharia.

«O seu reduto acastelado, que collocou no centro do forte, construindo nele armazens para munições de boca e guerra, uma cisterna que fornece agua em abundancia por seis mezes, a uma guarnição de seis mil homens; a igreja cujas tribunas tambem são feitas para nelas se pôr artilharia que defenda as quatro portas que dão entrada para ella; e sobre estes edificios a casa do governador, singular pela sua bem entendida architectura, e pelo gosto e riqueza dos estuques que adornam o seu interior. A guarnição ali encerrada, quando tenha perdido as baterias das golas dos baluartes, e todas as outras, pode ainda fazer uma resistencia formidavel, e obter uma capitulação honrosa, e não querendo conceder-lha o inimigo, difficulosamente será obrigada a render-se, sem que primeiro lhe tenha feito uma mortandade horrorosa, e que tenha pago bem cara a sua teima; por que do mencionado reduto não sómente continua a defeza das capitaes, pelo fogo que sae dos seus oculos ellipticos; mas até bate e queima de seus massaculis a quantos se afoitarem a chegar ás suas portas e janelas, fazendo assim com que seja por extremo difficil a applicação do mineiro a qualquer ponto desta obra: e quando consiga fazer jogar algum forninho, apenas voará de cada vez uma das quatro partes da maça enorme daquelle admiravel reduto.

«Não é possivel que nos limites de uma nota se detalhe a vastissima combinação de ideias de M. de Valleré, e somente se pôde dizer, que as diferentes obras que ali se acham tão sabiamente reunidas, formam um novo sistema de fortificação que até agora não foi descrito nem praticado por nenhum autor». <sup>(a)</sup>

Como numa passagem do presente capítulo se escreve, uma galeria subterrânea tem «o destino de cubrir o tranzito até

<sup>(a)</sup> Elogio Historico de Guilherme Luiz Antonio de Valleré, já cit.

á Fonte da Telha, situada a pouca distância do Forte e debaixo da sua artilharia». Esta fonte ainda hoje e, pelo que se deduz desde os tempos da construção do Forte designada pela do *Marechal*, continúa actualmente abastecendo de água potável a sua guarnição.

Com referência a uma *Fonte de Nossa Senhora*, dizem os *Annaes de Elvas*, pelo Dr. José Avelino da Silva e Matta, *Sentinelilla da Fronteira*, 1860-61: «porque estava proxima á ermida de Nossa Senhora da Graça, depois do Marchal, por ser muito frequentada do Marechal Valleré, em quanto director da obra do Forte. Esta fonte ao N. do mesmo, fica no seu maior declive fronteira á Serra da Malefa». Na mesma direcção e, por assim dizer, escondida nos olivais da chamada serra de São Dominginhos, e sem caminho directo para ella, existe ainda hoje uma nascente de agua potável, que abastece um tanque de alvenaria construido na sua proximidade. A esta fonte se chama actualmente de N.<sup>a</sup> Snr.<sup>a</sup>. Mas nada de comum parece ter com aquella a que nos estamos referindo.

Duma *Descrição extraída de folhas 17v dum livro antigo com a data de 1821*, livro que existia na Secretaria do Forte, em mau estado e que em Julho de 1926 foi com outros documentos enviado para o Arquivo Histórico Militar, transcrevemos a seguinte *Ideia que se dá do melhoramento da Fonte do Marechal*:

«Tendo-se reconhecido com muito custo, e quasi por tentativas a direcção do aqueduto da Fonte do Marechal, pois que não havendo planta nem descrição della, nem por tradição constava ao menos o lugar da nascente, a qual descoberta se viu a indiscrição com que o mesmo aqueduto se tinha construido, formando diversos angulos, o que motivou ruina breve em toda a sua extensão, e que para se reedificar aumentava muito o trabalho e despeza, mesmo que se abandonasse a direcção angulosa, e se lhe desse a rectilinea, por ter de abrir-se a terra em grande altura e distancia, resolvemos portanto dispensar o antigo aqueduto, fazer o novo na direcção perpendicular á estrada, e mudar a fonte, como mostra a planta, e conduzir as sobras da agua para os antigos tanques por um cano á superficie da terra, que se formou sobre um pequeno maçame de pedra e terra encostado ao pequeno muro que guarneceia o lado da estrada; o que não foi economia só no presente como para o futuro, quando seja preciso concerto: alem disto a cêrca do nascente era cilíndrica de 9 pl. de diametro, vassava para o aqueduto na altura de 3 pl., cujo cilindro de agua pesava 69 a, desprezando decimaes, cujo péso carregando sobre o nascente, demorava a sua velocidade, recuava, e apenas corria pouco mais duma penna d'agua, o que nos obrigou tam-

tem a fazer um maçame que cortasse a arca, e abaixar o aqueducto 12 pol; do que resulta diminuir o pêso do volume da agua a respeito do antigo 45 a, despresando decimaes, correr mais 3/5 de agua, do que d'antes corria; eis o resultado das observações, experiencias e reflexões que fizemos. Forte da Graça, 19 de maio de 1828. — Balbino Caetano de Carvalho e Melo, 2.<sup>o</sup> tenente de engenheiros».

Em virtude de averiguações a que se procedeu, em 1862, acêrca da Fonte do Marechal e seus tanques, como propriedade do Forte, o Ministério da Guerra, pela 4.<sup>a</sup> Repartição da 1.<sup>a</sup> Direcção, communicava em 30 de agosto do mesmo anno «que era incontestavel a posse que tem a guarnição do Forte da Graça de ir buscar agua á Fonte denominada do Marechal, situada nos limites da explanada daquelle Forte, sendo portanto urgente e forçoso sustentar a posse da dita Fonte e de seus tanques, defendendo-a corporalmente por meio duma sentinella ali collocada, a quem se recomendará moderação em seu proceder, e judicialmente se fôr disputada neste campo, e ainda limpando-se a Fonte, concertando-se e fazendo o que faz o legitimo senhor e possuidor».

Foram sempre frequentes as tentativas de usurpação, por parte de particulares pouco escrupulosos, das propriedades do Estado. Por êste motivo se publicava em Ordem do Exército n.<sup>o</sup> 13, de 1863, que sendo indispensável pôr còbro a tais abusos e sendo tão respeitável o direito de propriedade do Estado como o dos particulares, que os comandantes das divisões militares autorizassem os governadores das praças de guerra e pontos fortificados a fazer immediatamente demolir quaisquer obras, arrancar marcos e inutilizar plantações de particulares que, sem autorisação escrita do Ministério da Guerra, se façam em terrenos pertencentes ao Estado.

A 6 de Novembro de 1863 o govêrno do Forte nomeou uma comissão incumbida de elaborar uma detalhada relação nominal em que se designasse cada um dos prédios e terrenos da explanada, fonte e tanques denominados do Marechal, pertencentes á Fortaleza, a dentro dos marcos. Esta comissão formulou um auto, no dia immediato, em que fazia uma minuciosa descripção de cada um dos prédios e terrenos, com designações do local e serventia, principiando pela residência do governador até á base inferior, recinto magistral, baluartes, alojamentos e seus pertences, fôssos do reduto, paióis, casernas e capitais em circunferência, pontes, fôssos geral e galerias contiguas, reduto do hornaveque, revelins e contra-guardas até ao caminho coberto; explanada e competente arbusto, designando a latitude dos salientes e as confrontações admissiveis da linha divisória, excepto na frente do terreno denominado

*Horta do Marechal*, ainda com marcos antigos, da primitiva, com letra R, por estar demonstrado serem o dito terreno e árvores, da Fortaleza, até 1845, em que passaram a possuidor particular, sem que existissem documentos da cedência.

Do que constou do auto elaborado por essa comissão resigãmos o seguinte, que pôde servir, nalguns detalhes, de complemento às descrições do Forte, que atrás publicãmos:

«No recinto magistral ha quatro baluartes, cada um tem quatro quarteis para alojamento de officiaes, sendo dois com trez casas e cosinha na parte superior e igual numero na parte inferior e os outros dois só com uma pequena casa, com casas matas por baixo, canhoneiras e o competente armamento de defeza; cada baluarte tem tres guaritas de alvenaria. Tem quatro escadas de cantaria para o fosso do reduto e ao meio das duas escadas do lado Sul, ha um deposito em cada uma por onde passam as aguas pluviaes para a cisterna.

«No fosso do reduto central ha oito paioes em circumferencia, e quatro entradas, incluindo a principal, com escadas de pedra para oito quarteis de praças de pré, com as competentes cosinhas e poternas para o fosso geral, com portas de madeira e grades de ferro; sendo dois aos lados do corpo da guarda principal, com casa de atafona e prisão na ractaguarda das mesmas, e por cima as casas da guarda; tendo mais quatro entradas para as capitaes, que ficam por baixo dos baluartes com quatro oculos ovaes cada uma, com grades de ferro e artilharia assestada para defêsa do fosso geral.

«A' entrada e saída da porta principal ha as pontes levadiças e dormente de madeira, com escadas de pedra na parte exterior para o fosso geral.

«O fosso geral tem uma entrada proximo á ponte do lado do poente, com cancela de madeira, é cercado de uma galeria subterranea, com séteiras, grades de ferro e portas interiores de madeira, tem quatro casas para oficinas na texta do fosso do revelim do hornaveque, com três divisões interiores em cada uma, continuando a galeria geral em volta do fosso do hornaveque, com cinco contraminas do lado do norte, duas poternas e quatro oculos ovaes para assentar artilharia, para defêsa do mesmò fosso.

«As obras exteriores do hornaveque tem dois meios baluartes, quatro paioes, sendo dois maiores e dois menores, duas canhoneiras casamatadas e outras descobertas, casa para guarda e quatro guaritas de alvenaria, tendo na frente o competente revelim, com guarita de alvenaria, fôso e contra-guardas, tendo ainda em frente uma luneta com barbete. Ha quatro revelins com escadarias de pedra para o fosso geral, tendo cada um dêles duas casas para paioes e guardas, e uma guari-

ta de alvenaria; á excepção do da entrada e saída exterior da Praça, que tem a mais quatro casas que podem servir para diferentes efeitos, e duas casas para guarda. No caminho coberto ha cinco canhoneiras subterraneas, com grades de ferro e só uma tem porta. Uma porta e escadas subterraneas para um caminho coberto que comunica á fonte denominada do Marechal tem dez travezés, cinco guaritas de alvenaria, e onze barbetes, debaixo dos quaes existem sete pequenos depositos sem portas, para munições. Por fóra do caminho coberto nos reentrantes da explanada, existem as competentes covas de lobo, e ao norte do mesmo caminho, ha um parapeito pelo lado de fóra, para uso de defesa.

«Os salientes da explanada são dez, o primeiro da direita tem de comprimento 128,<sup>m</sup>48, o segundo 134,<sup>m</sup>86, o terceiro 142,<sup>m</sup>34, o quarto 164,<sup>m</sup>34, o quinto 206,<sup>m</sup>8. O primeiro do lado esquerdo tem 72,<sup>m</sup>26, o segundo 106,<sup>m</sup>4, o terceiro 133,<sup>m</sup>32, o quarto 206,<sup>m</sup>8 e o quinto 143<sup>m</sup>.

«Na medição da linha divisoria da raiz da explanada em circunferencia da área do poligono onde existem dezoito marcos com a letra R dos da primitiva, e vinte com a letra B colocados em 1856, achou-se 3872,<sup>m</sup>2: existindo dentro desta demarcação na raiz da explanada do lado do poente a fonte e tanques denominados do Marechal.

«A confrontação da raiz da explanada, começando pelo reentrante em frente da porta exterior da entrada e saída da Fortaleza, ao sul, consta ser com os proprietarios Rasquilha, viuva May (*mãe*) do ex-prior do Colégio, e Godinho Valdés; do nascente com Isidro, Zavega, e Manuel Henriques; do norte com Joaquim Guerra e o Padre Domingos Ripado; e do Poente com o Padre José de Faro, Antonio Marques, Joaquim Raposo, João Viegas e May e Lopes Arganil.

«Ao poente e para fóra da fonte e tanques denominados do Marechal, existe um terreno com oliveiras tendo 67<sup>m</sup> de comprimento e 53,<sup>m</sup>778 de largura, que pelos marcos com a letra R, que ainda conserva, se vê ter sido propriedade do Forte, e pelo Conselho feito em 7 de abril do corrente ano, está demonstrada a posse daquêle terreno com a denominação de horta, até 1845, em que passou a possuidor particular».

E já que falámos na Fonte do Marechal, registemos, como um detalhe interessante, o seguinte:

«Dentro das muralhas do Forte de Nossa Senhora da Graça, primitivamente denominado do Conde de Lippe, a cêrca de 320 metros de altitude, junto ao ribeiro de Linches (*deve lêr-se Chinchés*) brotava uma fonte minero-medicinal pouco importante e hoje quasi perdida. As antigas descrições, abaixo mencionadas, dizem que a agua era limpida, fria, com algum cheiro a sulphy-

drico, sabor levemente salobro e reacção fracamente alcalina, deixando desprender pela agitação algumas bolhas gazoas. Segundo a primeira analyse, que se lhe fez, conteria ferro, principalmente no estado protoxido, acido sulphydrico e saes calcaeos. São conhecidas as seguintes descripções desta fonte: *As aguas mineraes de Elvas*, por A. G. do Valle, publicada em Lisboa, no anno de 1845, a pag. 190 do *Jornal dos Facultativos Militares* e o *Exame analytico de uma agua reputada mineral, no forte de Lippe, contiguo á praça de Elvas*, por J. M. Desiderio Pacheco, tambem publicado, em 1846, a pag. 248 e 296 do *Jornal dos Facultativos Militares*. (a)

Refere o general Fortunato José Barreiros, na sua monografia, publicada em *O Panorama*, que atrás transcrevemos, que o ornamento de sitio do Forte deve constar de 80 bocas de fogo.

A propósito, recolhemos o seguinte:

«Em 1829, segundo um mapa que está nos apontamentos de João Eliseu Viegas, existiam no Forte da Graça;

Peças de bronze . . . . .	64
Peças de ferro . . . . .	68
Obuzes . . . . .	15
Morteiros . . . . .	2

«Nos ultimos 30 anos (isto era escrito em 1890) teem sido removidas para o Arsenal a maior parte das bocas de fogo de bronze e algumas de ferro, tanto da praça de Elvas como do Forte da Graça.

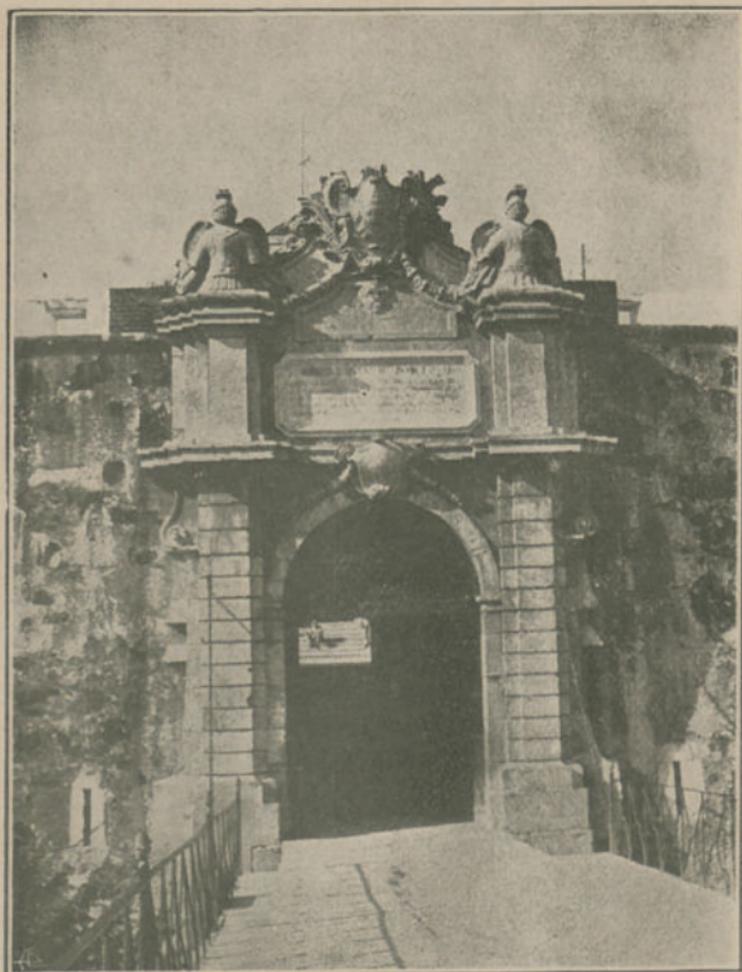
«Em compensação vieram 12 peças estriadas de 15 centímetros, para a cidadê e outras tantas para o dito Forte, as quaes, com outras poucas de bronze de alma lisa, estão constituindo presentemente o armamento de segurança.

«No anno de 1876 existiam no Forte da Graça 61 peças de bronze, 67 de ferro, 15 obuzes e 18 morteiros, tudo de artilharia de arma lisa, alem de 41 peças de diferentes calibres que havia de reserva». (b)

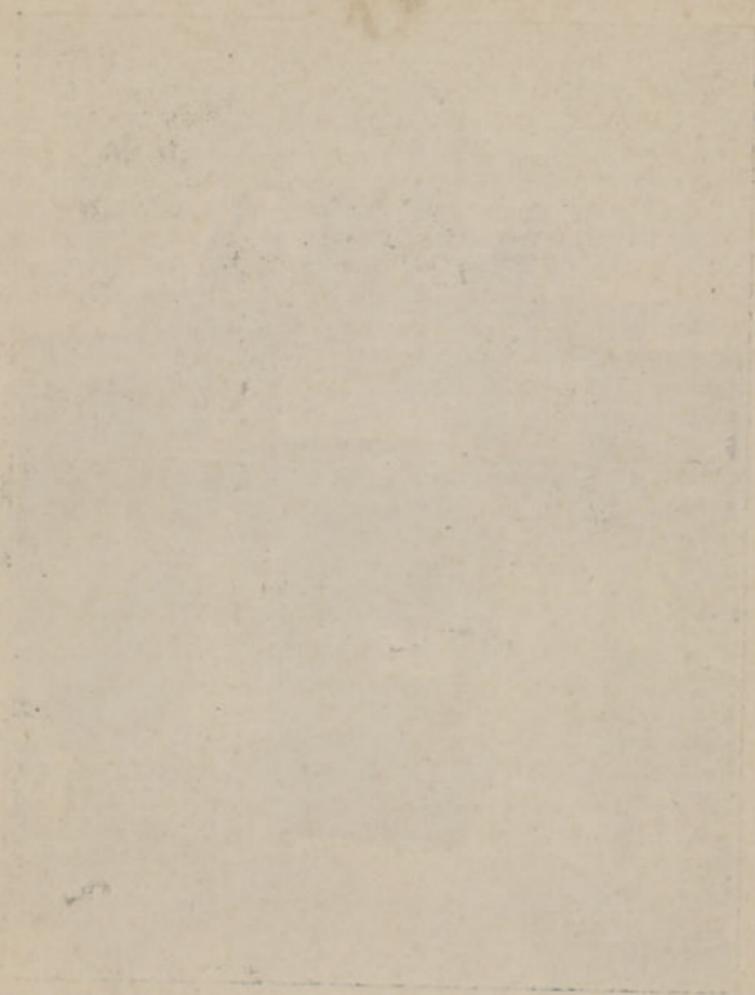
Na *Descripção do Forte de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Graça*, extraída em 1876, pelo major de artilharia José Maria Pereira de Almada, do

(a) *Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues* — Portugal — Dicci. hist., chorog. etc. Vol. III — Lisboa, 1907.

(b) *Vict. de Almada* — *Elem. para um Dicc. de Geog. e Hist. Port.* — Conc. de Elvas, etc. tomo II, *Elvas*, 1889.



Porta interior



relatório do general Carlos de Barcelos Machado, cujos tópicos principais transcrevemos no presente capítulo, escreve-se:

«Este Forte está artilhado com as bocas de fogo correspondentes ao armamento de segurança, que é o suficiente em tempo de paz. Cada face e flanco dos baluartes tem uma boca de fogo montada em seu reparo. O revelim da porta aonde se dá a salva tem sete bocas de fogo e o hornaveque tem duas também montadas. Finalmente as baterias cazamatadas dos flancos baixos tem 16 bocas de fogo montadas, não contando com obuzes que também estão montados e collocados um em cada centro dos baluartes, e um ao centro das cortinas da cidade e de Badajoz.

«Os reparos em que estão montadas as bocas de fogo que existem nos flancos baixos ou cazamatadas, e hornaveque, são d'uma construcção particular, invenção do general Valleré, denominados *reparos de peão* e que merece descripção especial.

«Sobre o reparo assenta uma especie de plataforma aonde se apoia a boca de fogo, e esta plataforma move-se horizontalmente sobre um peão, girando também a boca de fogo no mesmo sentido. Depois da peça disparada faz-se girar a plataforma de maneira que a boca de fogo fique n'uma direcção perpendicular á que primitivamente tinha.

«Nesta posição carrega-se com summa facilidade, fazendo depois girar o systema até que a peça fique no campo da canhoneira. Por este meio carrega-se sem fazer recuar o reparo para limpar e carregar novamente: além de que, a galeria ficaria obstruida durante o tempo de carregar, em consequencia de ser estreita.

«As bocas de fogo que constituem actualmente o armamento de defeza tanto no recinto magistral como nas obras exteriores, constam do seguinte mappa n.º 1. Finalmente o mappa n.º 2 designa as distancias que ha deste Forte a varios pontos da campanha; extrahido d'outro, que também marca as que ha da Praça d'Elvas e Forte de Santa Luzia, a pontos proximos das mesmas fortificações».





N.º 1 — Mapa das bocas de fogo que constituem o armamento de defesa

Designação		Bocas de fogo de alma lisa															Morteiretes	Total				
		Peças de										Obuzes										
		Ferro						Bronze				Bronze										
		154 mm	15 c	141 mm	13 c	11 c	10 c	82 mm	13 c	122 mm	11 c	10 c	99 mm	9 c	7 c	52 mm			256 mm	206 mm	167 mm	153 mm
No reduto															7						7	
Baluartes	Cidade	2				2											1	1			10	
	Santo Amaro		2		1						3		1					1			8	
	Malefa	2		1		1	2				1		1					1			9	
	Badajoz		3		1	1			1		3							1	1		11	
Cortinas	Cidade				1	1			1			1						1			5	
	Malefa	1			3	1			1										4		10	
	S. Dominginhos					3	1					1				1					6	
	Badajoz				3												1		2		6	
Revelins	Cidade					1	1			1	4		3								10	
	Malefa					3															3	
	S. Dominginhos					2															2	
	Badajoz						1			1											2	
Lunetas (1)	Em frente da capital da Malefa					1															1	
	Em frente da capital de Badajoz					2															2	
Hornaveque			2		2	3	4	4													15	
Estrada coberta						1															1	
Baterias casamatadas nos flancos baixos								2						14							16	
Casas matas do hornaveque							4														4	
Em deposito													2	10	3					18	33	
<i>Soma</i>		5	7	1	11	22	15	6	3	1	1	11	2	9	24	10	2	6	1	6	18	161

(1) Mais propriamente contraguardas.

N. B. — Além dos reparos para as 143 bocas de fogo (peças e obuzes) que tem este forte, ha mais 44 de reserva, de diferentes calibres.

N.º 2 — Mapa das distâncias do Forte da Graça a diferentes pontos em metros

DESIGNAÇÃO	Baluarte de Santa Barbara	S. Francisco	Forte de Santa Luzia	Senhor da Boa-Fé	Outeiro dos Fornos	Santo Amaro	Serra da Maleia	Outeiro do Rato	Paiol dos Murtais	Obra-corôa	Outeiro de Pinho Ferrão	> S. Dominginhos	> Vale Sombrio
	Do Forte da Graça	1208											
Do Baluarte da Maleia						953	1208	737	1770				
Do Baluarte de Santo Amaro						902	1223	733	1736				
Da praça de armas do cam.º coberto — capital de Santo Amaro		1716	2504	1285	781					1373			
> > > > > > — > do barbete da Cidade		1775	2464	1201	865					1311			
> > > > > > — > rev. do hornaveque											1344	359	1265
> > > > Capital do meio baluarte da direita do hornaveque											1364	343	1199



## VIII

### Alguns factos históricos

#### As invasões francezas

**A** 11 de Março de 1808 foi a praça de Elvas occupada por um núcleo de tropas francezas, do exército invasor do general Junot.

Imediatamente a guarnição do Forte da Graça passou a ser constituida por um destacamento dessas tropas.

O Coronel Miquel, do 26.º Regimento francês, tomou o commando das armas de Elvas, que deixou de ser exercido pelo general Antonio José de Miranda Henriques.

Substituindo o brigadeiro João de Brito Mosinho, foi governar o Forte da Graça o capitão Miquel, filho do chefe francês.

Em consequência do movimento insurreccional que em toda a península se levantou contra o domínio dos soldados de Napoleão Bonaparte, em breve as tropas francezas da guarnição de Elvas e seus fortes criaram uma má situação, que as condemnou ao maior ódio da população.

Prevendo futuros acontecimentos, o general Kellerman determinou que o Forte da Graça fôsse dotado com mais artilharia e munições e guarnecido com um maior número de forças.

Quando, porém, a situação se complicou, as tropas invasoras recolheram a Lisboa, sendo a praça de Elvas, por excepção, a única que ficou guarnecida na fronteira terrestre, ao sul do país.

No Forte da Graça ficaram então aquarteladas quatro companhias de suíços e tres do Regimento 86.º de infantaria de linha. O progressivo alastrar da insurreição fêz com que em Julho dêsse ano de 1808 o coronel Miquel determinasse que se

recolhessem aos fortes quantas armas e munições foi possível alcançar na cidade.

Miquel aquartelara-se até ali no paço do Bispo, mas os seus justificados pavores e o temor dum possível atentado pessoal obrigaram-no a mandar arranjar aposentos no Forte da Graça, onde algumas vezes dormia.

Sairam-lhe certos os presentimentos. Na noite de 8 de Julho, recolhendo ao Forte, acompanhado dum engenheiro francês, caíram ambos numa emboscada que os esperava nos olivais, junto à fonte do Rui de Melo, no sopé da Serra de Nossa Senhora da Graça.

Doze portugueses Joaquim Queimado, Francisco de Borja, Manuel Alvares, João Martins, Matias do Vale e Antonio Rosado, antigos soldados do Regimento de infantaria 20, Diogo de Sequeira Azinhais, furriel do mesmo Regimento, Antonio de Sequeira Azinhais e Joaquim Mocho, civis, Manuel Cordeiro de Matos e Bernardo Gomes, sargentos do Regimento de artilharia n.º 5 e José Paulo, sargento do Regimento de infantaria n.º 17, haviam concertado entre si liquidarem o chefe francês. Sairam de Campo Maior, vindo Joaquim Queimado como explorador.

Esperado Miquel no local indicado, sobre êle fizeram fogo Borja, Alvares, Martins e Vale. Mataram-lhes os cavalos e Miquel ficou tão gravemente ferido, que foi mais tarde morrer a Lisboa.

Alarmou-se a guarnição do Forte, mas tão assustada ficou que, dando-se o caso ao anoitecer, deixou jazer no sólo o seu chefe, assim, ferido, toda a noite, sem o vir socorrer nem conduzir para melhor local. (\*)

Miquel, recolhido no convento dos frades dominicanos, que se encarregaram do seu tratamento, foi substituído pelo capitão Collet no governo da praça de Elvas.

No Forte da Graça Miquel, filho, ferido no seu melhor sentimento, estravasava a sua dôr em odio e amargura e ameaçava fusilar o povo de Elvas, se seu pae viesse a falecer.

Pelo desenrolar dos sombrios acontecimentos dessa convulsão época, succedeu que as represálias e as violências dos franceses chegaram ao auge, mórmente depois da revolta de Evora, a 29 de Julho. Os invasores matavam sem piedade e sete desgraçados prisioneiros, entre eles o prior da freguesia de Pardais, no concelho de Vila Viçosa, que iam conduzidos para o Forte da Graça, fôrão fusilados junto a uma oliveira que

---

(\*) *José Acursio das Neves*, — Hist. geral da invasão dos franceses, etc., tom. V, Lisboa, MDCCXI.

ainda hoje existe à beira da estrada de Elvas para Santa Eulália, um pouco áquém da pequena aldeia do Vêdor, defronte da calçada que da mesma estrada se dirige ao Forte.

Nesta histórica oliveira estiveram pregadas, durante muitos anos, sete humildes cruces de madeira, testemunhando a trágica façanha, pelo que o local ainda hoje é conhecido pelo *Sítio das sete cruces*. <sup>(<sup>a</sup>)</sup>

Neste somenos estive em Elvas, de regresso do saque de Evora, o general Loison, o *Manêta*. Em breve, porém, retirou da praça, que passou desde então a ser governada pelo seu ajudante de ordens, Girod Novillars. Este, estabeleceu o seu quartel no Forte da Graça, e dali começou a exercer sôbre os habitantes de Elvas a mais vigorosa vigilância, visto desconfiar que êles mantinham entendimentos com os habitantes revoltados da Estremadura espanhola. De facto, eram evidentes os sinais de revolta do povo de Elvas e de tal modo se confirmavam que Novillars se viu obrigado a escrever ao Juiz de Fóra e á Câmara a seguinte carta:

«Forte de La-Lipe, 12 de Agosto de 1808. O Commandante das Armas ao Senhor Juiz de Fóra, e Membros da Camara de Elvas. Senhores. Estou informado, que muitos Habitantes da vossa Cidade, esquecendo-se dos seus deveres entretêm correspondencias culpaveis com os Hespanhões, que todos os dias muitas pessoas vão, e voltão a Juromenha, Campo-Maior, e Badajoz. Que mesmo muitas tem feito passar dinheiros a estes cobardes, que tiverão a infamia de abandonar os Portuguezes nos perigos, depois de lhes terem mettido as armas na mão contra os seus amigos.

«Eu vos supplico de tomardes as medidas que julgardes conveniente, para evitar estas desordens, porque se ellas continuão, eu serei obrigado servir-me do rigor das Leis militares contra qualquer dos culpados, sem nenhuma outra consideração, que aquella do bem público, e da salvação do Exercito.

«Muitos Paizanos, que vem á Cidade, trazem, antes dahi entrarem, e depois que sahem, o laço Hespanhol; isto he hum crime, que eu não posso deixar impunivel: se elles se envergonhão de ser Portuguezes, e de trazer a sua distincção; se êlles desejão arrastar as cadeias dos Hespanhoes, e gemer debaixo do governo de ferro, que este povo prepara aos Portuguezes: que abandonem o terreno Portuguez, e não se aproximem a distancia de huma meia legoa da Cidade com laço Hespanhol, a insultar aquellas Autoridades Portuguezas, e os seus Com-

---

<sup>(<sup>a</sup>)</sup> A. Thomaz Pires, *Toponymia rural do Concelho d'Elvas*, in-«Correio Elvense», n.º 1368, de 1910.

missionados, e aquelles Francezes que vierão protegellos. — Tenho a honra de ser perfeitamente, Senhores, Vosso humilissimo e muito obediente servidor, *Girod Novillars.*»

Mal pensava elle que o próprio juiz de fóra sustentava relações com o general espanhol Galuzo.

O desenlace da occupação franceza aproximava-se, porém, vertiginosamente. Wellesley marchava ao encontro do inimigo e a 17 de Agosto derrotava no combate da Roliça o general De Laborde. A 21 Junot foi por sua vez vencido na batalha do Vimieiro.

A 30 de Agosto Junot entregava as suas tropas á discreção dos ingleses e era firmada a capitulação de Cintra.

Para obrigar os francezes, que occupavam Elvas e os seus fortes, a obedecer aos capitulos da Convenção, entrou em Portugal a divisão de Galuzo. Este general espanhol mandou intimar Novillar, em 5 de Setembro, de que devia evacuar a praça e os fortes, mas a resposta do chefe francês foi terminantemente negativa.

Sairam as tropas castelhanas de Badajoz; a 6 occuparam Vila Boim e a 8 appareceram diante de Elvas, pelas alturas da Atalaia. A 9 o general da vanguarda do exército espanhol, comandante do sitio, D. Antonio de Arce, fixava o seu quartel-general na quinta de Alcobaca, a *tiro de canhão* do Forte de Lippe, a inexpugnável fortaleza onde os francezes se haviam recolhido. Arce estabelecia o cerco distribuindo as suas tropas da seguinte maneira: um corpo de trezentos homens de infantaria na estrada de Badajoz para Elvas, na planicie adiante da Tapada do Penedo, corpo que depois recolheu ao Monte do Poço do Concelho; outro contingente com igual número de homens próximo do Monte de Vale de Cavaleiros de Cima; um parque de seis peças de artilharia no Outeiro do Baião <sup>(a)</sup>, onde hoje está o Monte da Padeira, segundo uns, ou aquêlê em cuja vertente se encontra a horta dos Enforcados, no caminho das Albufeiras, segundo outros; um corpo de infantaria no Monte do Lago e outro no Monte das Espadas, com alguma cavalaria. Todas estas tropas eram comandadas pelo general Contreras. Os outros batalhões de infantaria, esquadrões de cavalaria e um parque de artilharia, tudo do comando do general Trias, tomaram po-

(<sup>a</sup>) *Victorino de Almada* — Elementos para um Dicc. de Geog. e Hist. Portug. — Conc. de Elvas e extinctos de Barbacena, Vila Boim e Vila Fernando, *tomo terceiro, Elvas, 1891. José Accursio das Neves*, na His. geral da Invasão dos francezes em Portugal, *tom. V. Lisboa MDCCCXI chama-lhe «Alto da Baionera».*

sições e bivacaram desde as lindes do Monte de Alcobaça até á estrada de Lisboa.

Na manhã do mesmo dia 9 Arce voltou a intimar o comandante francês para que se rendesse, mas a proposta foi novamente regeitada, pelo que continuaram as operações do cêrco.

Era critica a situação de Novillar e de tal modo embaraçosa que em 10 enviou ás autoridades de Elvas o seguinte documento :

«1.<sup>a</sup> Se S. Excelencia o Senhor Bispo, o Senado, e Juiz de Fóra se comprometterem a não terem influencia, sobre os Hespanhões, e Portuguezes combinados revoltados, e os embaraçarem a entrar na cidade, então não sahirá a guarnição da cidade, e pelo contrario, será a dita guarnição augmentada.

«2.<sup>a</sup> No caso de sahir a guarnição Franceza para o forte, deixará os doentes no hospital debaixo da guarda Portugueza, que os tratará com toda a possivel circunspecção, remettendo-os para o Forte de Lippe logo que se forem curando.

«3.<sup>a</sup> Não poderá sahir da cidade alguma peça de artilharia, nem munições algumas, e menos entrar.

«4.<sup>a</sup> Os Portuguezes habitantes da cidade continuarão a ter relações de amizade com o forte. Nenhum corpo Portuguez, ou Hespanhol, se poderá postar entre os fortes, e a cidade; de sorte que fique livre á comunicação.

«5.<sup>a</sup> Ao primeiro tiro empregado em Francez, e atirado da cidade, a cidade será bombeada.

«6.<sup>a</sup> Os habitantes da cidade serão obrigados a darem para o forte de Lippe quatro bois vivos todas as semanas, e dois para o forte de Santa Luzia, sendo pagos pelos preços correntes, assim como quatro mil arrateis de palha por semana. Forte de Lippe 10 de setembro de 1808. Le Commandant d'armes, *Girol Novillar*».

O chefe francês, com os 1300 homens de que dispunha, procurava tirar, pelo visto, o maior partido das circunstâncias, porque não podendo, com tão exíguo efectivo, guarnecer a praça e os fortes, contava com a superioridade local destes.

Girol voltou depois a agravar as condições que impureza aos habitantes de Elvas. Noutra carta exigiu um empréstimo de 30.000 francos em metal, que no dia seguinte, de manhã, o Juiz de Fóra lhe faria remeter para o Forte da Graça, além de mais 20.000 francos em vinho, farinhas, legumes e outros géneros, que lhe seriam fornecidos por diversas vezes, mas sem muitas delongas.

Novillar abusava, assim, duma maneira pouco briosas, da triste situação em que se encontrava o povo de Elvas. Era necessário, pois, tomar-se uma decisão. O Juiz de Fóra, Patricio Luis Ferreira Tavares Pereira da Silva e o Provedor da Comarca, o

desembargador da suplicação Francisco José da Silveira Falcao, procuraram o prelado elvense na quinta da Mitra (hoje quinta do Bispo) junto ao Rocio do Calvario, onde se se encontrava. Resolveram estas tres entidades, com a prévia autorisação do comandante francês, procurar o general Arce, afim de lhe implorarem a suspensão das hostilidades, porque em caso contrário sacrificaria os habitantes da cidade, que nenhuma culpa tinham dos vexames por que passavam e sôbre os quais caíria inexorável, a cólera do inimigo.

Estava-se a 11 de setembro. Arce desculpava-se que não tinha poderes para tratar sobre este assunto, mas que para ser agradável aos elvenses, de quem protestava ser muito amigo, ia escrever a Galuzo e talvez até á noite mandasse a resposta ao bispo. Era incerta a resposta de Arce e o negocio exigia tal brevidade que o bispo pediu a Arce um passaporte para ir a Badajoz com os seus companheiros, do que de tudo se deu parte por escrito ao comandante francês, que anuiu, suspendendo por tres dias o cumprimento das suas requisições.

O bispo e os seus companheiros partiram em 12 de manhã para Badajoz e o comandante francês mandou fechar as portas de Elvas. Quando chegaram, verificaram que Galuzo havia saído a visitar o teatro das operações, pelo que se apresentaram ao governador da cidade espanhola, o Marquês de Monsalei, que os recebeu bem e lhes disse que só o general em chefe poderia resolver o assunto.

La o prelado visitar, por mera civilidade, o bispo de Badajoz, quando um criado seu chegou muito apressadamente com uma carta do general Galuzo, dizendo-lhe que dentro de seis horas romperia o fogo contra o Forte da Graça, se os francezes não se rendessem e que toda a guarnição seria passada a fio de espada, sem se lhe admitir capitulação.

De acordo com o bispo de Badajoz remeteu-se esta carta a Girod Novillar.

Não transpirou a resolução que este teria tomado em face de tal ameaça. E, com efeito, poucas horas depois, os espanhoes romperam o fogo contra o Forte.

O bombardeamento efectuou-se nos dias 13 e 14, quando já a guarnição francesa, das 10 horas da noite de 12 em diante, aproveitando as trevas, havia abandonado Elvas occultamente e se recolhera aos Fortes da Graça e Santa Luzia.

Os habitantes achavam-se consternados e dominados pelo maior pânico. Temiam qualquer opressão dos francezes dos Fortes sôbre a cidade. Demais a mais, achando-se as portas fechadas, capacitavam-se de que os invasores se preparavam para algum saque ou outra qualquer violência.

O Bispo e os companheiros aguardaram ainda o regresso

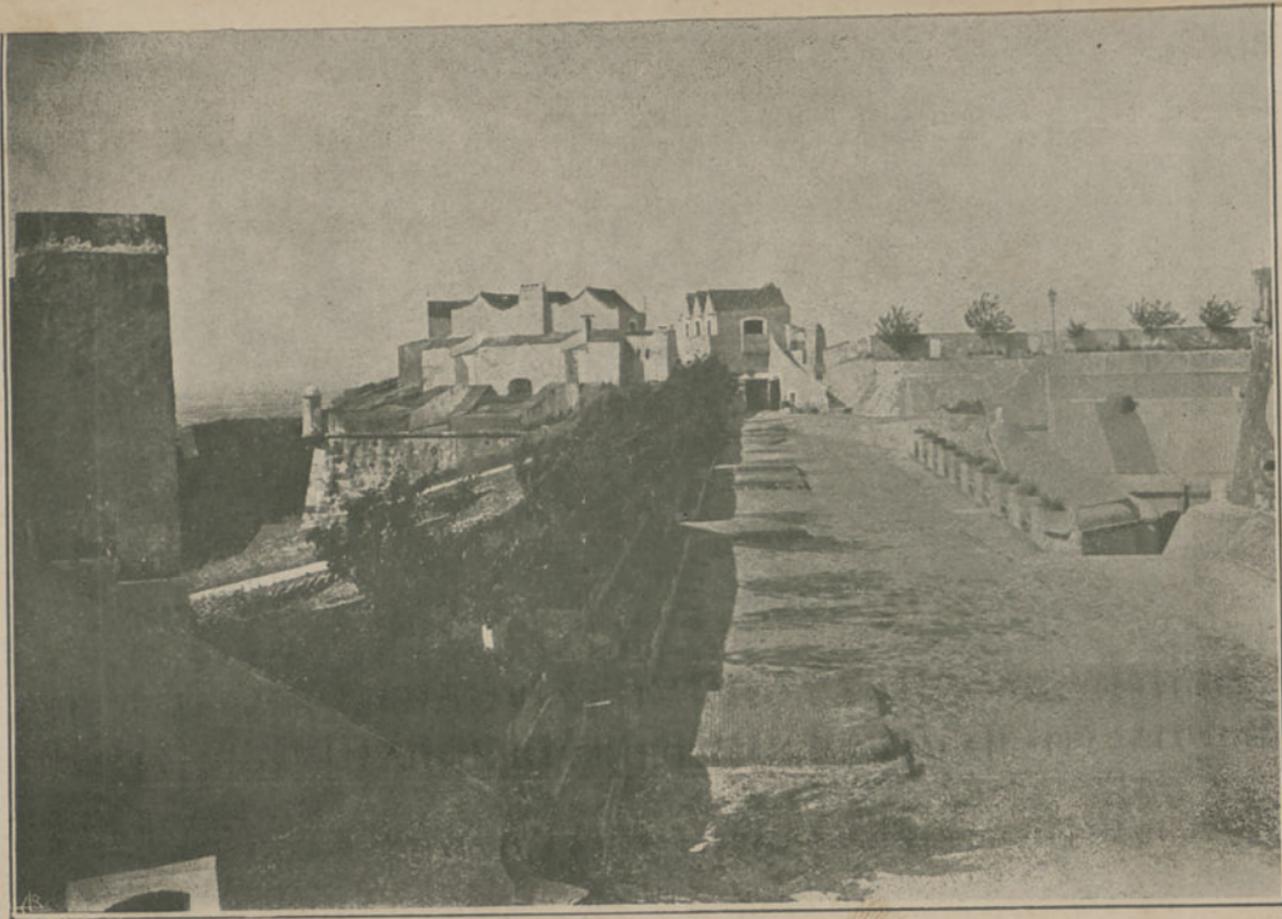


FOTO AUGUSTO VIEIRA

Magistral e Baluarte da Malefa



do general Galuzo, mas vendo que este se demorava e que lhes era necessario recolher a Elvas, saíram de Badajoz às 4 da tarde do mesmo dia 12. Percorrida mais de uma légua, encontraram-se finalmente e por acaso com o general em chefe, que se apeou da sua carruagem e se dirigiu ao bispo com toda a civilidade. Expuzeram-lhe ali de novo o objecto da sua comissão, rogando-lhe que não mandasse fazer fogo sobre Elvas, ao que elle respondeu que não podia deixar de auxiliar os aliados a expulsar os francezes da península, que não podia passar adiante deixando tropas inimigas á rectaguarda e que seria uma vergonha para elle, que tinha 20.000 homens às suas ordens, deixar que 700 ou 800 francezes cometessem todos os vexames que lhes aprouvinha.

Que, enfim, os habitantes de Elvas deviam abandonar a praça, ou pegar em armas contra o inimigo comum.

Viram os comissionados que era impraticável, em tais circunstâncias, demover Galuzo das suas opiniões. A situação era melindrosissima.

Como era possivel que os habitantes de Elvas abandonassem a cidade, se tinham as portas fechadas? E como haviam de pegar em armas contra os francezes, se as não tinham, porque estes as haviam antecipadamente transportado para o Forte da Graça? Se estes chegaram a quebrar muitas espingardas e a encravar a artilharia da praça? Se os soldados artilheiros portuguezes ou tinham já saído para o Forte ou abandonaram Elvas afim de não servir contra a sua nação?

Com o espirito alanceado por tantas angústias recolheram o Bispo e os seus companheiros á quinta da Mitra, por ser já tarde e a noite muito escura e por temerem que, ao dirigirem-se à cidade, as sentinelas tomassem o rodar das carruagens em que viajavam pelo ruido da artilharia inimiga e fizessem fogo contra elles.

No dia immediato escreveram a Novillar, dizendo-lhe que o general espanhol se encontrava nas proximidades com grandes forças e que o tornavam a elle, Novillar, responsavel pelos males que acontecessem á cidade.

Os designios de Galuzo vieram enfim a realisar-se. O bombardeamento começou no dia 13 e prolongou-se pelo dia immediato, como já dissémos.

Ao amanhecer de 13 os habitantes da cidade, em grande regosijo, provocado pela inesperada retirada dos francezes, enchiam as ruas de ruido, levantando entusiásticos vivas ao Principe D. João, regente de Portugal.

Immediatamente compareceram nas salas do Senado Municipal as primeiras personalidades da terra, que tomaram a resolução — entre o entusiasmo popular — de organizar uma Junta

Provisional de Governo, sob a presidência do Bispo D. José Joaquim de Azeredo Coutinho e da qual faziam parte o Juiz de Fôra, o antigo tesoureiro geral do exército do Alentejo Antonio Manuel Córtes de Barros, o major do corpo de ordenanças Antonio Joaquim Pereira etc.

O povo manifestava, alfim, livremente, o seu ódio aos francezes e hostilisáva as pessoas tidas e havidas como adeptas d'elles, às quais foi preciso salvar a vida, recolhendo-as à cadeia. O Bispo, capacitado da autoridade de que estava revestido pela categoria do seu alto cargo, procurava impôr-se ao tumulto, quando êste tomava proporções desusadas.

A Suprema Junta Provisional, acertando nas medidas da manutenção da ordem e da segurança e socêgo da população, resolvia comunicar para o Forte de Lippe, ao comandante Novillar, que a cidade manteria uma rigorosa neutralidade, que trataria os doentes francezes com a maior humanidade e que no caso dos francezes fazerem fogo sôbre Elvas, não se tornaria responsável pelos doentes que se achavam nos hospitais e que certamente seriam sacrificados á fúria do povo.

A Arce rogava-lhe que deixasse entrar viveres e mantimentos na cidade, assegurando-o de que não os passaria aos francezes, ao que o general espanhol acedeu, respeitando a rigorosa neutralidade da cidade durante o conflito que se derimia.

Efectivamente, foi de grande conveniência essa neutralidade, por mercê da qual não se permitia a entrada, na praça, a francezes e espanhois.

Mas seria esta a fôrma de evitar que os fortes bombardeassem Elvas? Parece que não, porque em verdade, o que valeu aos elvenses foi o penhor de uns cem doentes que os francezes tinham hospitalisados na cidade e sobretudo o da vida do coronel Miquel, ainda em tratamento dos graves ferimentos que recebera por ocasião do atentado de que fôra victima e em consequência dos quais iria, como já dissêmos, falecer em Lisboa. Por outro lado, é natural que os francezes se abstivessem de cometer a violência de atacar Elvas por temerem os maus effeitos deste acto, dado o reduzido efectivo de tropas de que dispunham e as nenhuma esperanças que tinham em ser socorridos.

Estipulava o artigo VIII da Convenção de Cintra que a guarnição de Elvas e seus fortes, assim como as das outras praças de guerra comprehendidas no mesmo artigo, seriam acompanhadas para Lisboa por commissários britânicos encarregados durante a marcha, de proverem á sua subsistência e acomodação. Para cumprimento desta cláusula apresentou-se em Elvas, a 15, um major inglêz, pertencente ao vigéssimo regimento de linha, acompanhado de um contingente de tropas da sua nacionalidade.

Não mostraram os franceses repugnância em obedecer á capitulação, mas apenas pediram licença e tempo necessário para mandar a Lisboa um official de sua confiança, certificar-se da veracidade dos acontecimentos.

Participado o caso para o quartel-general das forças castelhanas, cessaram immediatamente as hostilidades.

Entretanto o comandante Novillar aproveitava as tréguas para mandar a Elvas quatro ou cinco officiaes, entre elles o odiado capitão Miquel, filho do coronel Miquel, e uma escolta. Os officiaes iam encarregados de saldar algumas contas e visitar os seus compatriotas doentes e a escolta de conduzir dèstes os que já se encontrassem em estado de poder jornadaear para Lisboa.

Foi autorisada a entrada dos officiaes, mas quando um sargento da escolta quiz segui-los, rompendo contra as guardas para entrar á fôrça na cidade, as sentinelas bradaram ás armas e o povo, indignado, tentou assassiná-lo. Valeu-lhe, por milagre, a presença do bispo, que lhe salvou a vida, quando já banhava num mar de sangue.

Recolhido numa casa, por ordem do prelado, ao abrigo, como já estava das iras populares, não se conteve, porém, ao ouvir de novo o tumulto, e saiu para a rua, ao encontro da multidão, com uma faca na mão e outra colocada na ponta de um pau. Morto com uma estocada e um tiro, o seu cadaver foi arrastado pelas ruas da cidade, até quasi á meia noite.

Como de costume, a desordem ia dando azo a acontecimentos de maior gravidade, que foram evitados a tempo. Depois do tumulto provocado pelo sargento, a multidão gritava desenfreada :

— Mata, mata, que é francês.

Os officiaes napoleónicos, aturdidos, haviam sido sequestrados á fúria dos manifestantes, recolhendo á séde da Junta Provisional. A' noite exigia-se porém que fossem passados á espada. Tomou-se, por consequência, a medida de metê-los na cadeia, e de facto para este local foram conduzidos pelo Juíz de Fóra e pelo desembargador Falcato, que arriscaram temerariamente a vida, defrontando a multidão sedenta de vingança. Até mesmo algumas fôrças espanholas, que rondavam proximo da praça, pretenderam intervir no conflicto, aproximando-se da escolta francesa.

Tiveram, afinal, de se tomar todas as providências para subjugar o povo, que a cada passo ameaçava transpôr as portas dos hospitais, onde se achavam os doentes franceses e invadir até mesmo o convento dos frades de São Domingos, que se haviam encarregado do tratamento do coronel Miquel.

E este estado de excitação, aliás justificável, prolongou-se por muitos dias.

Entretanto chegava a feliz notícia de que estava restabelecido o Governo da Regência de Portugal. A Junta Provisional dava-lhe conhecimento, a 25, dos acontecimentos ocorridos em Elvas. Protestava a mais fiel obediência e submissão ao supremo Governo do país e prontificava-se a entregar as funções, de que pela fôrça das circunstancias se encarregara, logo que a Regência o determinasse, não se demitindo imediatamente para não deixar o povo em completa desordem e entregue às suas paixões.

No dia 28, pelas 9 horas da manhã, entrava em Elvas o commandante inglês coronel Ross, á frente do seu regimento de Infantaria 20. O entusiasmo era indiscreto. Arvorava-se a gloriosa bandeira portugueza, entre as salvas de artilharia da praça e o repicar festivo dos sinos.

A Junta Provisional, com o bispo á frente, oferecia aos officiais ingleses um banquete revestido da maior grandeza possível.

Ross, tomava no entanto as suas medidas. Mandava guarnecer o forte de Santa Luzia com tropas inglesas e conduzir os francezes e suissos que o occupavam para o da Graça, a reunir ás restantes fôrças invasoras. No forte de Santa Luzia abatia-se a bandeira franceza e içava-se a portugueza.

Uma fôrça inglesa passou a guarnecer a porta exterior do Forte da Graça.

A cidade tomou desde então um aspecto festivo.

Houve iluminações durante tres noites. Repicavam constantemente os sinos e salvava a artilharia. Folgando e dançando o povo cantava pelas ruas :

*O Funot mais o Manêta  
Eram dois finos ladrões,  
O Funot rasgou as calças  
E o Manêta os calções.*

*O Funot mais o Manêta  
Diz'que Portugal é seu,  
E' o diabo para êles,  
E mais para quem lh'o deu.*

*O patife do Funot /  
Vinha p'ra nos proteger !  
Veio mas foi p'ra nos roubar,  
E p'r' ás pratas recolher.*

*De hoje em deante  
 Senhor Duque d' Abrantes  
 Fica outra vez Jinó  
 Como d' antes*

*Viva o rei João (a)  
 Faz o que lhe dizem,  
 Come o que lhe dão... (b)*

No mesmo dia 28 o coronel inglês ordenou que os officiaes francezes saíssem da cadeia e recolhessem ao Forte da Graça, assim como os convalescentes da tropa inimiga, que se achassem em condições de seguir jornada para Lisboa.

Apesar de todas as cautelas, quando os referidos officiaes saíram da cidade, em direcção ao Forte, atravessou por meio deles uma bala de espingarda, sem que se tivesse sabido donde ela partira. «Tal era a furiosa raiva — diz um escrito coevo — com que êste povo se despedia dos francezes».

No dia 30, pelas quatro horas da tarde, as tropas inglesas formavam em duas alas desde a porta do palacio episcopal até à Cathedral, e por entre ellas passaram o bispo e o coronel Ross, o Cabido, os deputados da Junta Provisional, o senado da Câmara, os nobres e principais da cidade, etc. Cantou-se um *Té-Deum* e no fim desta função religiosa, que foi seguida de seis descargas de mosquetaria e de salva real, regressou novamente o cortejo ao palacio do bispo, onde se encontravam hospedados o comandante inglês e os seus officiaes, mau grado os habitantes porfiarem em querer levá-los para suas casas.

O povo de Elvas exultava, por vêr raiar o sol da liberdade e quando em um de Outubro os francezes, em número de 1.300, abandonaram a fortaleza de Lippe, seguindo para Lisboa, custodiados por duzentos inglezes, foi necessário tomarem-se severas providências para que se mantivesse a ordem, pelo que se fecharam as portas da cidade e se collocaram muitas sentinellas nas muralhas, para conter a plebe desvairada na sua fúria contra os *jacobinos*. Estes, no seu trânsito, arrancaram as imagens do Senhor da Piedade dos *ex-votos* (ou milagres) que ainda hoje existem na sacristia da ermida desta invocação e levaram-nas em bolsinhas ao pescoço como preservativo contra os males da guerra. (c)

(a) *D. João VI.*

(b) Cancioneiro Popular Politico, trovas recolhidas da tradição oral portugueza, por A. Thomaz Pires, 2.<sup>a</sup> ed. Elvas, 1906.

(c) A. Thomaz Pires — Estudos e notas elvenses, — A egreja do Senhor Jesus da Piedade, Elvas, 1904.

## No período das lutas liberais

Dos factos mais culminantes das lutas liberais, que se relacionam com a história do Forte da Graça, mencionam-se os seguintes :

No dia 31 de Julho de 1826 teve lugar em Elvas e em todo o país, a aclamação da carta constitucional, outorgada por D. Pedro IV, acto a que concorreram os corpos da guarnição.

No dia imediato insubordinou-se parte do Regimento de artilharia 3. Os revoltosos, lançando mão de duas peças, dirigiram-se aos outros quartéis, aclamando o infante D. Miguel.

O governador da praça sufocou imediatamente a revolta, restabelecendo a ordem e prendendo os artelheiros. No dia 2 de Agosto tentou ainda sublevar-se Infantaria n.º 5, no que foi impedida pelos outros corpos.

A *Ordem do Dia*, n.º 90, de 11 de Agosto reza, que «Sua Alteza Aprecia a corajosa conducta, previdencia, e lealdade do governador d'Elvas, Carlos Frederico de Caula» e que «Sua Alteza Louva os seus relevantes serviços, e o Encarrega de repetir os Seus Louvores ao Brigadeiro Governador do Forte da Graça, Francisco de Paula d'Azeredo, pela costumada firmeza, e promptidão, que o caracterizão no Serviço d'ElRei e da Nação». (a)

No referido ano de 1826 foi entregue o govêrno do Forte da Graça ao coronel José Maria das Neves Costa, que, nesta commissão, prestou grandes serviços á Carta Constitucional.

No Forte, «quando occupava por certo a fortificação mais importante, e vivia só aquella vida militar tão apartada da civil, que se dá em sitios taes» (b) applicou Neves Costa, então um dos melhores ornamentos da arma de engenharia, os momentos que lhe restavam das suas obrigações a escrever uma memória sôbre a organização e disciplina do exército.

Os negócios públicos iam por essa época de mal a peor. O exército vivia numa atmosfera de descontentamento, provocada pela demora na distribuição dos fardamentos vencidos e pelo atrazo no pagamento dos soldos e prés, apesar das repetidas instâncias dos comandantes dos corpos. Em Elvas, chegou por êste motivo a haver nos dias 29 e 30 de Abril de 1827

---

(a) Collecção das Ordens do Dia. *Anno de 1926. Lisboa, 1826.*

(b) Inéditos militares portuguezes, pelo coronel A. X. Palmeirim, in-*Revista Militar, Lisboa, 1849.*

um grave motim militar, em que se deram vivas a D. Miguel e morras á Constituição. (a)

O general Caula (que governou a praça desde 1 de Dezembro de 1826 até principios de 1828, em que foi nomeado general das armas da côrte e provincia da Estremadura), contemporisou com os revoltosos até podêr reunir fôrças do govêrno da regência da infanta D. Izabel Maria e, no dia seguinte, no baluarte do trem e no largo de São Paulo, houve uma verdadeira carnificina, causada pela metralha e pelas repetidas cargas de cavalaria, sendo os realistas vencidos (b).

O coronel Neves Costa, governador do Forte da Graça, pres-  
tou nesta conjuntura os mais assinalados serviços, cooperando para a conclusão da revolta, mediante os tiros que ordenou e que, sendo moralmente eficazes, pouparam recomendadamente os habitantes pacificos, o que tudo lhe valeu não só entusiasticos elogios particulares, como tambem os que foram públicos na *Ordem do dia* n.º 51, de 5 de Maio do referido ano, onde se declara que «Sua Alteza a Senhora Infanta Regenta, Soube com profunda magoa o vergonhosó motim praticado em Elvas no dia 29 do mez passado por alguns Soldados do Regimento n.º 8 de Infantaria, e 3 d'Artilheria»; que «as providencias do general Caula, a sua firmeza, e resolução auxiliada da pela corajosa fidelidade dos Regimentos n.º 3, e 5.º de Cavallaria, Caçadores n.º 1, Infantaria n.º 5, e parte do 8.º, e destacamento d'Artifices Engenheiros, castigarão, e punirão a ferro, e a fogo tão escandaloso attentado, ferindo, e acutilando no dia 30 de manhã, os Soldados, e plebe amotinada», e ainda que «Ao coronel José Maria das Neves, Governador interino do Forte da Graça Manda Sua Alteza repetir os merecidos elogios, pela coadjuvação que prestou ao General Caula.» (c)

Durante o agitado periodo das lutas liberaes o Forte da Graça serviu preferidamente de prisão do Estado e entre as pessoas illustres que visitaram as suas casamatas conta-se o Conde de Subserra, que nelas faleceu, após uma vida intensa de sacrificios e de martirios.

A tão dramático episódio da vida de Subserra se refere nestes termos um distinto escritor militar :

«O illustrado e valente general Manuel Ignacio Martins Pam-

---

(a) Hist. da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal... por Simão José da Luz Soriano. Tom. III, part. I, Lisboa, 1883.

(b) *Pinho Leal*, Port. antigo e moderno, vol. tercetro, Lisboa, 1874.

(c) *Colecção das Ordens do Dia. Anno de 1927. Lisboa, 1827.*

plona Corte Real, distinto e prestante militar portuguez; foi governador por Napoleão I da cidade de Polotzk, e por Luiz XVIII, dos departamentos da França de Loir e Cher, de Dijon e da Borgonha, depois conde de Subsera e ministro d'estado em Portugal, gentilhomen da camara de el-rei D. João VI, gran-cruz, comendador e cavalleiro de diversas ordens militares nacionaes e estrangeiras, morreu encarcerado nas prisões do forte da Graça!...

«... O conde de Subsera e sua esposa (\*) saíram da prisão da torre do pharol da fortaleza de S. Gião da Barra, no dia 24 de Junho de 1832, e com mais quarenta e nove companheiros de adversidade foram conduzidos através da provincia do Alemtejo para as prisões do forte da Graça junto a Elvas. Escoltados por cerca de quatrocentos homens de cavallaria e infantaria de differentes corpos, caminhavam no maior numero a pé, aquelles presos politicos, entre os quaes era contado o coronel do estado maior do exercito, Manuel Bernardo de Chaby, a quem devemos o ser.

«Os condes iam em sege de estrada.

«Ajuizar-se-ha da intensidade do calor que em tal situação martyrisa os forçados viajantes, sabendo-se que em uma algebeira do fato que trajava o coronel de Chaby, quasi se fundiu uma pequena caixa de tartaruga, que em apreço conservava, contendo o retrato em miniatura da nossa boa mãe!

«Aproximando-se a conducta á praça de Extremoz, é assaltada por um bando de furiosos, que com paus, chuços e pedras, queriam em meio de atrozes vociferações, arremeter e assassinar os desventurados presos!

«Ha, infelizmente, em todos os tempos copia de homens perversos, que actuando sobre as turbas boçaes as inflammam, desvaíram e dirigem ao commettimento d'estes e de outros crimes: vergonha, mancha, descredito, e muitas vezes perdição dos partidos em que se misturam e confundem, para, por affectado zêlo dos principios que não professam, se acobertarem, procedendo desassombrados na horrivel pratica dos seus maleficios. Nas occasiões de turbulencias, são os que assassinaem os prisioneiros; os que nos carceres affligem e pela crueldade torturam os encarcerados; os que aggridem para matar os indefesos nas casas e prisões, etc.; em tempos de remanso não deixam de revelar-se esses genios do mal; não faltam, como podem, á obediencia de seus nefandos instinctos: são então os vo-

---

(\*) D. Izabel Rôxas e Pamplona, a quem os soldados de Napoleão chamavam, pelo aprumo e distincção que a caracterisavam, a rainha Pamplona.

ciferadores e maldizentes, negação da cordura, da justiça e de cencia, que procuram pelo insulto e pela torpe calúnia, aggradir a honra e creditos dos seus concidadãos, sem attenção a quaesquer condições de respeitabilidade, tentando assim o assassinio moral; assassinio mais vil e cobarde que os primeiros a que alludimos, na pratica dos quaes o aggressor ante as suas victimas e junto a ellas, necessita ainda assim de um certo valor, para affrontar acaso o esforço supremo da desesperação dos que acommette; são emfim os que nos modernos tempos, com pasmosa audacia, se atrevem a subir das praças e das encruzilhadas para o campo da imprensa, da qual, geralmente envoltos no atro manto do anonymo, perturbam a gravidade, falseando-lhe o destino moral e civilizador, rebaixando-a, pela estulticia e pela maldade, sendo-lhe, finalmente, vergonha e descredito!

«Foram, pois, d'estes, os que concitaram as turbas em Extremoz contra os presos politicos, no transito de martyrio para Elvas; e mal iria então a taes desventurados, se a tropa que os costodiava não fizesse, defendendo-os, o seu dever. Entretanto na maior força da aggressão, como vissem os presos que sobre a sege que transportava os condes de Subserra mais choviam os insultos e as pedradas, por natural e generoso impulso procuraram agrupar-se em torno do vehiculo, tentando por tal modo preserva-lo dos perigosos effeitos da barbara investida; d'este procedimento tão digno quanto santamente christão, resultou a quasi todos o serem mais ou menos feridos pelas pedras e outros projectis que sobre elles arrojava a multidão enfurecida.

«Tal é a recordação a que alludimos, que ainda hoje nos punge, porque uma ferida cruel foi então aberta na cabeça do nosso infeliz pae; recordação de uma affronta e de uma dor, que pela memoria para nós sempre veneranda e querida, d'aquelle martyr das suas idéas sinceramente liberaes, por elle, e por nós, temos como vingança, ha muito perdoado ..

«Repetiram-se á entrada de Elvas as mesmas scenas de brutalidade e malvadez! O conde de Subserra succumbiu, como dissemos, mezes depois; o coronel Chaby... victimado pelos punhaes de vís assassinos, deixou de existir no dia 17 de maio de 1834». (a)

Num livro coêvo (b) descreve-se êste triste acontecimento, da seguinte fórma:

(a) *Claudio de Chaby* — «Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña» — Vol. III, Lisboa, 1863.

(b) *Istoria do cativoiro dos prezos d'Estado na Torre de S.*

«Reforsou-se por este tempo a guarnição da Torre com o batalhão de milicias da Guarda. Despejão-se as prizões da conceição, paiol, guarda principal, e abobadas para acomodar a tropa. Forão avizados para sair 21 de meus companheiros de prizão, que, em verdade sairão de tarde (a 24), dizendo-se lhes, que podião escrever ás suas familias, a fim de que, no seguinte dia, lhe tivessem transportes aparelhados em Aldeia Galega para Elvas, aonde erão destinados: este mesmo avizo, que pela primeira vês, tinhão a bondade de dar, ocultarão nas demais prizões, donde tambem sairão. Cumpre observar que, á dias, grasava este boato, e tinhão a caza do baxá (\*) sido xamados os dois conselheiros privados; Branco, e Garcia, os quaes, blazonando de que avião sido consultados ácerca dos removendos, em particular davão a nova a alguns, de quem contavão grangear alguma caravela de doze, fazendo valer o serviso, que lhes tinhão prestado. Mais uma prova da confiansa que se dava, e em que por tal gente erão tidos estes infames salteadores, e ladrões. É' bem certo que cada ovelha busca sua parrelha.

«Mui sensível nos foi a auzencia de tão bons companheiros, posto que prezumisemos que de sorte melhorarião, visto não terem de sofrer o verdugo Teles; mas nestes desgrasados tempos abundão semelhantes monstros para oprobrio da rasa omana! Fizerão-nos não pequena falta os srs. M. Betencurt, e Grilo, por serem os atuaes canaes, pelos quaes recebiamos algumas noticias mais circunstanciadas, e de melhor cunho.

«Forão tambem avizados outros nas demais prizões para sair, sem contudo se lhe dizer para onde. Na do farol avizou o Marinonio os srs. condes de Suberra para que estivessem prontos a sair na manhan do dia seguinte para Xaves. Representarão eles que precisavão avizar sua filha para lhes mandar algum dinheiro, e transportes. Foi o Marinonio tomar as ordens do baxá, que permitiu a licença, tendo oras antes despedido um criado dos mesmos, que a snr.<sup>a</sup> condessa D. Maria, ouvindo

---

Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrôza epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal, por João Batista da Silva Lopes, Um dos martires da referida Torre. — Lisboa, tom. 11, 1833. (A'cerca da edificante razão da ortografia desta obra diz o seu autor, no prefacio inserto no tomo 1: «A arbitrariedade, a que está quazi reduzida a ortografia da lingua portugueza, que induziu a adotar a mais simples, isto é, a que mais se conforma com a pronunciação, e está ao alcance de todos. Escrevo pois os nomes com as letras que somente se pronuncião, sem embargo do que poderão gritar os etimologistas».

(a) O Brigadeiro Joaquim Telles Jordão.

em Lisboa falar desta remosão, lhes mandára com algum dinheiro, ao qual não foi permitido entregar o que trazia, e ameaçado de levar varadas por teimar, e instar que se lhe aceitasse o dinheiro.

«Pasarão todos a reunir-se nessa tarde em uma prizão, e no seguinte dia pelas 5 da manhã se juntarão todos em numero de 51, incluzos os srs. conde e condessa de Subserra, aos quaes então xegou um criado, trazendo-lhes o que na vespera avião pedido a sua filha, e duas seges, ajustadas para Xaves, conforme o avizo recebido; e então nesa ocasião, estando já rodeados de tropa, é que lhes foi dito que acompanhavão os demais prezos para o Forte da Grasa d'Elvas, e não para Xaves como se lhes disera. Nova, e refalsada maldade, que de maneira alguma póde ser desculpada. Nesta ocasião se descartou o Jaime de um seu irmão, o sr. Jeronimo Lucio Vieira, sargento do arsenal do ezercito, a quem, durante o tempo que aqui se conservára prezo, sempre tratou pesimamente, esquecido dos beneficios que lhe devia, por o aver sustentado, e a toda a familia, composta de mulher e filhos, em tempo que faltarão os soldados, e nada tinha de comer este dezalmado ingrato. Não d'outra maneira procedeu tambem o major da prasa João de tal Betencurt para com seus dois irmãos, os srs. Manuel, e Pedro Betencurt de Vasconcelos, que ambos forão incluídos na conduta, sem que o tal irmão, em todo o tempo que na Torre estiverão, se dignase para eles levantar os olhos. E' bem para notar que, quazi todos os que abrasarão o partido rebelde, se revestirão d'uma fercza tal, que todas as relações do sangue, ou amizade erão por eles tidas em nada!

«Seguirão a estrada d'Elvas acompanhados de perto de 400 omens da policia, voluntarios a cavaio de Montorte, e a pé de Portalegre, Lamego, e outros, não soffrendo insultos por onde pasarão, á escêsão d'Estremos, d'onde, em distancia, os veio esperar muita gente com selvajem algazarra, forcejando para romper as fileiras dos soldados, a fim de os ferir e matar com páus, e pedradas, das quaes quazi todos ficarão feridos, sem que o comandante da condunta, um capitão da policia, estorvasse tão indigno procedimento, nem tão pouco o governador, um tal brigadeiro Bandeira de cavalaria, que da janela, rindo-se, animava a furia dos Canibaes. A' entrada d'Elvas renovou-se a mesma sena: o alboroto tornou-se mais sério; todos ficarão feridos, e a não entrarem tão cedo no Forte, serão feitos em postas; e como isto não tivesse effeito, ainda o malvado Teles não se pejou de dizer ao sr. Bernardino: = *«Logo lá terão um bilhete, que dis terem stdo bem tratados os seus companheiros na marxa. E', porque o capitão do destacamento á-de tambem ser algum masão.»* = Malvado! Como não forão mortos, forão bem tratados!»

Duma longa *Relação dos prezos d'Estado que estiverão na torre de S. Julião de Barra durante a usurpação*, que antecede a obra a que nos acabámos de referir, constam, como removidas para Elvas, na leva de que fizeram parte os Condes de Subsera, as seguintes pessoas :

Adriano Ernesto Castilho Barreto, advogado em Lisboa; Aires Pinto de Sousa Pinheiro, 2.º tenente de artilharia; Amaro Felix Hilario de Santana, capitão de cavalaria; Antonio Joaquim dos Reis, presbitero; Aurelio José de Moraes, capitão do exército; Boaventura José de Santana, official do Erario; Caetano de Melo Sarrea, coronel de infantaria; Cristiano Frederico Bramão, alferes de infantaria; Diogo Pires Monteiro Bandeira, estudante; Domingos Pires Monteiro Bandeira, tenente coronel de infantaria; outro com o mesmo nome, estudante; Francisco Alexandre Lobo, major de milicias de Tavira; Francisco Rodrigues Grilo, negociante; D. Isidro Romão da Neiva Leão, alferes, de naturalidade espanhola; Jacinto José Silvério, porta-estandarte de cavalaria 5; Jerónimo Lúcio Vieira Macedo, sargento do Arsenal do Exército; Jerónimo Pereira de Vasconcelos, coronel de infantaria; João Antonio Neves, boticário; João Antonio Teixeira Torga, trabalhador; João Baptista Marçal, capitão de infantaria; João Carlos Forman, capitão de cavalaria; João de Sá Nogueira, alferes de cavalaria; Joaquim Antonio de Freitas, tenente de infantaria; Joaquim Bernardo de Mendonça Côte-Real, tenente de milicias de Lagos; Joaquim Francisco de Sá, capitão do exército; Joaquim José Alves, tenente de caçadores; Joaquim Tomás de Sousa Ramos, cadete de artilharia; José Gomes Fortuna, empregado no Commissariado; José Judice de Sequeira Samora, alferes de milicias de Lagos; José Maria Xavier de Oliveira e Vasconcelos, tenente-coronel de cavalaria; José Nicolau Garrido, negociante; José Perestrelo Marinho Pereira, capitão de infantaria; Luiz Manuel de Lemos, tenente-coronel de Caçadores; Manuel Antonio Neves de Vasconcelos, escrivão da Câmara de Tavira; Manuel Bernardo Chabi, coronel do exército; Manuel Bettencourt de Vasconcelos, capitão do Ultramar; Manuel Vaz Pinto Guedes, tenente-coronel de Caçadores; D. Miguel Romão de la Neiva Leão, alferes, de naturalidade espanhola; Onofre Lourenço de Andrade, alferes de infantaria; Pedro de Bettencourt e Vasconcelos, capitão do Ultramar; Pedro Joaquim Correia de Lacerda, capitão de Infantaria; Raimundo Alves Martins de Menezes, tenente de infantaria; e Rodrigo Maria Cordeiro Vinagre, tenente de cavalaria.



## Governadores do Forte

De um masso de apontamentos inéditos de Victorino de Almada, existente na Biblioteca Municipal de Elvas e catalogado sob o número 12.774 E, recolhemos a seguinte lista, aliás muito incompleta, dos governadores do Forte da Graça:

1815 — 17 de Dezembro — Nomeado governador do Forte o brigadeiro Caetano Antonio de Almd.<sup>a</sup> (Almeida).

1828 — 27 de Maio — governador do Forte João Vieira da Silvr.<sup>a</sup> (Silveira).

1833 — 1 de Dezembro — Nomeado governador do Forte o coronel João Nepomuceno Vieira de Mello.

1834 — 2 de Junho — Bento José de Oliveira Gaudencio.

1840 — Nomeação de J.<sup>c</sup> Feliciano Farinha, g.<sup>or</sup> do Forte da Graça.

E acrescenta:

Pelas datas da nomeação:

Brigadeiros graduados:

Paulo José da Silva — 3 de Junho de 1851.

José Joaquim Furtado — 22 de Agosto de 1851.

José Marques Salgueiral — 29 de Janeiro 1852.

Joaquim Antonio de Abreu Castelo Branco — 5 de Junho de 1855.

Frederico Leão Cabreira — 8 de Maio de 1860.

João Carlos de Sequeira — 19 de Novembro de 1860.

Coroneis:

João Manuel Pereira — 20 de Novembro de 1861.

Francisco Inácio Mendes — Não chegou a recolher.

José Ventura da Cunha — 6 de Março de 1865.

Carlos de Barcelos Machado — 19 de Janeiro de 1867.

José Maria de Jesus Rangel — 27 de Abril de 1872.

João da Rosa — 6 de Maio de 1873.

- Antonio Maria Camolino — 31 de Agosto de 1875.  
 Fernando Antonio Rodrigues Teixeira Mourão — 19 de Janeiro de 1878.  
 João Luiz de Oliveira — 26 de Março de 1878.  
 Joaquim José da S.<sup>a</sup> Castelo Branco — 27 de Setembro de 1878.  
 Antonio Ferreira Quaresma — 16 de Julho de 1879.  
 Joaquim José de Almeida — 20 de Maio de 1880.  
 João José de Almeida — 10 de Julho de 1882.  
 José da Rosa — 15 de Fevereiro de 1883.  
 Carlos Augusto Pereira de Chaby — 25 de Setembro de 1883.  
 Benedito Candido de Sousa Araujo — 16 de Novembro de 1886.  
 Antonio Ribeiro de Almeida — 8 de Agosto de 1888.  
 Antonio José de Abreu — 8 de Setembro de 1888.  
 Inácio Augusto Nunes — 19 de Dezembro de 1888.  
 Joaquim Antonio Severo de Oliveira — 19 de Setembro de 1889.  
 João Augusto Pereira de Eça de Chaby — 30 de Junho de 1893.  
 Carlos Maria dos Santos — 26 de Fevereiro de 1894.  
 Antonio José Teixeira de Vasconcelos —  
 Manuel da Costa Cascaes — 4 de Janeiro de 1896.  
 Luiz Augusto de Cerqueira — 26 de Outubro de 1897.  
 Augusto Carlos Maria de Magalhães — 16 de Dezembro de 1897.

Refere-se depois Almada, aos seguintes:

- Major Antonio Ribeiro da Fonseca — (interino) — 1875.  
 Tent.<sup>e</sup> C.<sup>el</sup> d'infantaria 4 — Antonio Baptista Cardoso — (interino) — 31 de Janeiro de 1878.  
 C.<sup>el</sup> g. efectivo — João Luiz de Oliveira — 13 de Março de 1878.

A lista de Almada é, concluida com a nota dos «governadores interinos», que não constam dos registos:

- 1 José Maria Pereira de Almada (major).
- 2 João Travassos Valdez, tenente-coronel.
- João Antonio Pereira, major.
- 3 José Manuel da Fonseca, tenente-coronel.
- 4 Francisco Rodrigues Casaleiro, tenente-coronel.
- 5 José Maria da Cruz, major, depois tenente-coronel.
- 6 Antonio Maria de Sá Chaves Pinto, major.
- 7 Domingos Augusto Ripado, major.
- 8 D. Nuno, major.

A partir de 1900 conseguimos apurar que teem governado o Forte da Graça:

Em 1 de Janeiro do mesmo ano era governador interino Bernardino Dias de Sousa e Silva, capitão; seguem depois:

Guilherme Augusto Diniz, coronel, 11 de Janeiro de 1900.

Carlos Augusto Simões, capitão, governador interino, 12 de Setembro de 1902.

João Augusto Alencastre, capitão, interino, 30 de Outubro de 1902.

José da Silva Bandeira, capitão, interino, 1 de Fevereiro de 1903.

Abílio Heliodoro Perdigão Pimentel, capitão, interino, 26 de Fevereiro de 1903.

Miguel do Patrocínio Cezar Duque, capitão, interino, 16 de Abril de 1903.

Abílio Heliodoro Perdigão Pimentel, capitão, interino, 6 de Julho de 1903.

Luiz Augusto de Macedo Waddigton, capitão, interino, 7 de Outubro de 1904.

Joaquim José Bragança, major, 23 de Novembro de 1904 e tenente-coronel em 8 de Setembro de 1905.

Abílio Heliodoro Perdigão Pimentel, capitão, interino, 1 de Abril de 1906.

Luiz José de Sampaio, capitão, 1 de Abril de 1906.

Antonio Patricio Pinto Rodrigues, capitão, 2 de Maio de 1906.

Antonio Ferreira Viana, capitão, 16 de Agosto de 1906.

Luiz José de Sampaio, capitão, 7 de Janeiro de 1907.

Francisco Ferreira Sarmiento, coronel, 15 de Janeiro de 1907.

Luiz José de Sampaio, capitão, 25 de Abril de 1907.

Antonio Patricio Pinto Rodrigues, capitão, 16 de Maio de 1907.

Antonio Ferreira Viana, capitão, 26 de Outubro de 1907.

Luiz José de Sampaio, capitão 27 de Março de 1908.

Antonio Ferreira Viana, capitão, governador interino, 16 de Setembro de 1908.

Justino Rebelo da Cunha e Andrade, capitão, interino, 20 de Abril de 1909.

José Beato Diniz Miguens, capitão, interino, 19 de Julho de 1909.

João José da Silva Dores, tenente, interino, 20 de Agosto de 1909.

João Pedro Ferreira, tenente, interino, 21 de Novembro de 1909.

Emídio Rodrigues, capitão, interino, 26 de Novembro de 1909.

Adriano Gabriel de Aguiar Dias, capitão, 14 de Janeiro de 1910.

José Policarpo Dias, capitão, interino, 14 de Janeiro de 1914.

Adriano Gabriel de Aguiar Dias, capitão, 7 de Março de 1914.

Fernando Emídio Rego, tenente, interino.

Jaime da Rosa Alpedrinha, tenente, interino.

João José de Santana Banazol, capitão, 7 de Julho de 1915.

Domingos Galvão de Magalhães, capitão, Novembro de 1918.

Jaime da Rosa Alpedrinha, capitão, 28 de Março de 1919.

Antonio Braz, capitão, 2 de Maio de 1919.

Manuel Joaquim da Trindade Rijo, capitão, interino, 19 de Novembro de 1927; definitivo, 4 de Fevereiro de 1928.

Acêrca dos governadores do Forte da Graça recolhemos ainda as seguintes noticias:

Antonio José Machado, sendo major, exerceu as funções de governador desde 1 de Outubro a 11 de Novembro de 1824, na ausência do brigadeiro Francisco de Paula de Azeredo, mais tarde Conde de Samodães.

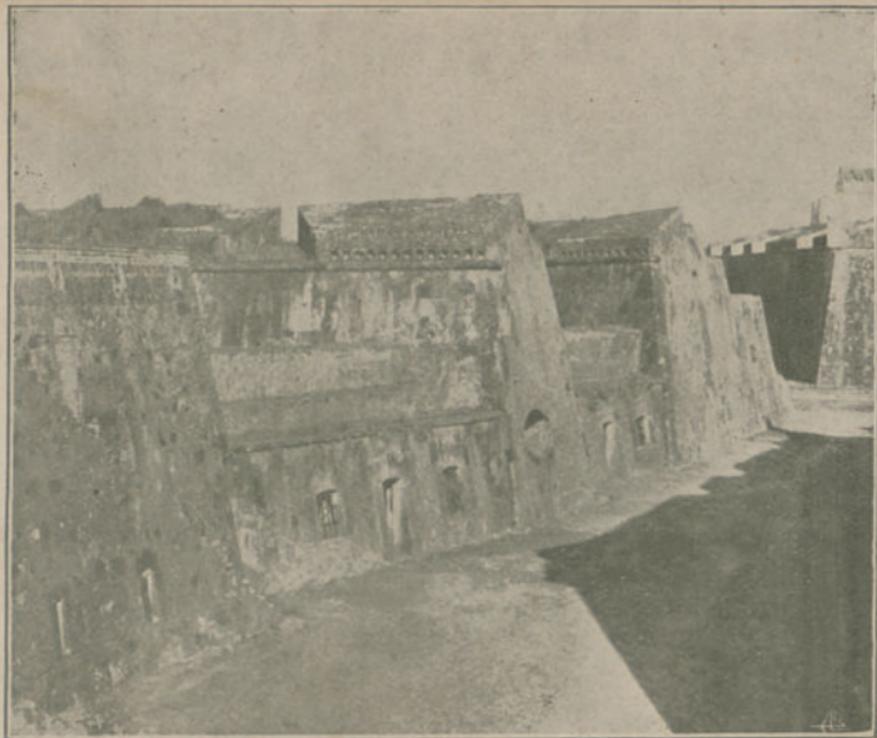
Antonio Tavares Magessi, de quem Claudio de Chabi diz no volume III dos *Excerptos historicos* que «tendo ascendido á efectividade da graduação de brigadeiro em 1828, e mais tarde ás de marechal de campo e tenente-general, governou por algum tempo o Forte da Graça...». Magessi foi, de facto, nomeado governador do Forte por ordem de 19 de Janeiro de 1829 e exonerado por ordem de 22 de Junho de 1830.

Bento José de Oliveira Gaudencio, a que igualmente já fizemos referência, sendo tenente-coronel de artilharia e tendo sido restaurado em Elvas o regime constitucional, tomou posse do govêrno interino do Forte da Graça a 2 de Junho de 1834, sendo pouco depois substituído pelo major Joaquim Antonio Franco.

Antonio Ribeiro da Fonseca, tambem atrás citado, sendo promovido a major para o Forte da Graça, em 28 de Janeiro de 1874, esteve por vezes investido interinamente no cargo de governador.

Antonio Ribeiro de Almeida, coronel, já citado, tendo sido nomeado governador do Forte em 1888, não chegou a tomar posse.

Alexandre Simões de Carvalho Vivaldo, sendo coronel tomou o govêrno interino do Forte a 18 de Novembro de 1888.



Muralhas





## Conclusão

E' opinião dos autores que se teem referido ao Forte da Graça, que êle constitue uma fortaleza modelar, única no seu género, não só pela explêndida posição estratégica que occupa, como pelos processos de defeza de que dispõe.

Na *Memoria das invenções em artilharia do tenente general de Valleré*, por Caetano José Vaz Parreiras, governador da barra e cidade de Aveiro, escrita em 26 de Junho de 1806 e inserta no *Elogio historico de Valleré*, por Garção Stockler, citado noutros capitulos, diz-se:

«No Forte de Nossa Senhora da Graça ou de Lippe, da commandancia de Elvas, ha muitas obras que não erão conhecidas nem detalhadas por nenhum autor até o tempo da sua construcção; mas deve-se hum justo louvor á sciencia e perspicácia de M. de Valleré, que sabendo aproveitar-se do local, construiu aquella fortaleza com tantas obras da sua invenção, que fundou em todas ellas a força e duracção do mesmo Forte...»

Na *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*, par M. Link... traduit de l'allemand, a que se refere o *Elogio historico*, consta:

«Elvas é o baluarte do paiz, não somente a cidade é em si mui bem fortificada, mas é alem disso defendida por dois fortes...; hum se chama o *Forte de N. S.<sup>ra</sup> da Graça* ou de *Lippe*. O principe de Waldeck, a quem se póde citar como conhecedor nesta materia, tinha este ultimo por um chefe de obra (*obra prima*) de architectura militar, superior a tudo o que ele tinha visto neste genero.»

Na memoria descritiva da praça de Elvas, escrita pelo general Fortunato José Barreiros e publicada em *O Panorama*, de 1840, assevera este illustre engenheiro militar:

«O forte da Graça deve ser considerado como um modelo de construção...»

Referem-se os *Annaes de Elvas*, pelo Dr. José Avelino da Silva e Mata, cap. VIII, *Sentinela da Fronteira*, 1861, a uma «Carta de D. Maria Luiza de Valleré, de 25 de Janeiro de 1810, inserida no I. (Instituto) de Coimbra n.º 33, parte 2.ª pag. 149 tom. 7; aonde vem tambem o extracto do parecer do general hespanhol Maturana, chefe dos engenheiros em Sevilha, e considerado entre elles como um official que possuia grandes conhecimentos na sua profissão :

«Achou-se em Badajoz no fim de 1808, quando os francezes evacuaram o Forte de Lippe, e por occasião disso foi aquella fortaleza que excitou sempre a curiosidade e os ciumes dos hespanhoes, e cuja entrada fôra até essa epocha rigorosamente vedada a todos os estrangeiros, que não estavam ao serviço de Portugal. Causou-lhe tanta admiração este chefe de obra de architectura militar e quasi que tambem se pôde dizer civil, pela beleza da çasa do governador, que o achou muito proprio para n'elle se estabelecer uma escola, aonde os jovens engenheiros, depois de imbuidos nos conhecimentos theoricos, viessem adquirir os praticos, por se achar ali reunido tudo quanto ha mais notavel em fortificação; e até muitas obras não conhecidas em systema algum e que concorrem para que se repunte quase incontestavel.»

Em junho de 1860 veiu oficialmente a Elvas o Tenente-general Conde de Bomfim, que se referiu ao Forte nestes termos:

«Ordem de Divisão n.º 2 — Quartel general em Evora 27 de Junho de 1860. — ... Visitei tambem o Forte de Nossa Senhora da Graça, modelo de fortificação, e uma das nossas mais importantes praças de guerra, que seria para desejar merecesse verdadeira attenção ao governo, que sollicitarei como me cumpre.»

O Conselheiro Belchior José Garcez, general de Brigada, ministro e secretario de Estado, diz numa carta cujo autógrafo foi reproduzido no volume V dos *Excerptos historicos*, de Claudio de Chaby, que «a praça de Lippe é uma coisa original no seu genero».

Do *Portugal*, Diccionario historico, chorographico, etc., por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. III, Lisboa, 1907, consta :

«Apezar de ter mais de um seculo de existencia, o forte da Graça é ainda hoje um precioso modelo de architectura militar, dotado de meios de defeza que o tornam um grande obstaculo a qualquer invasão pela fronteira.»

A *Encyclopedia Portugueza*, de Maximiano de Lemos, volume IV, Porto, 1906, chama ao Forte da Graça uma «magnifica

obra de fortificação, acabada em 1792, a 1 km. da cidade, sobre uma elevação que a domina».

Do *Diccionario de Geographia Universal*, de Tito Augusto de Carvalho, tom. II, Lx.<sup>a</sup>, MDCCCLXXXI, consta que o Forte de Lippe é «considerado como modelo de architectura militar».

O *Manuel du voyageur en Portugal* par L. de Mendonça e Costa, Lisbonne, 1908, faz a seguinte referênciã: «Le Fort de Grace œuvre militaire remarquable, construit au XVIII<sup>m</sup> s. sur le plan du célèbre maréchal comte de Lippe et que a coûté 4.500.000 frc.»

O *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, 3.<sup>o</sup> vol, Lx.<sup>a</sup>, 1874, diz que dos fortes que circundam Elvas «entre os principaes é o de Nossa Senhora da Graça (ou *Forte de Lippe*), que é considerado como modelo de architectura militar.»

*Historical, military, and picturesque observations on Portugal, illustrated by seventy-five coloured plates, including authentic plans of the sieges and battles fought in the Peninsula during the lat war*, por George Ladmann, Londres, 1818, diz a páginas 432 do seu volume I: «Fort La Lippe, close Elvas, was planued by the count, and is so strong that it may be regarded as impregnable unless surrendered by fanime. This work is a string proof of the talenty of that great man.» (O Forte de Lippe, próximo de Elvas, foi planeado pelo conde e é tão sólido, o que póde ser observado, como inconquistável, a não ser que se renda pela fome. Este trabalho é uma prova convincente do talento do grande homem).

A *Géographie moderne et universelle...* par Nicolle de la Croix... nouvelle edition... par Victor Comeiras, tome premier, Paris, an IX-1800, exprime-se assim: «On voit dans les environs d'Elvas, la torteresse de La Lippe, construite en 1763 et 1764 sou la direction du prince Ernest de Schaumbourg-Lippe. Cette place est une carré long de quatre bastions, avec une ouvrage á cornes et quelques ouvrages extérieurs. Elle est très-forte et élevée; ses casemates sont á l'abri de la bombe; ses batteries sont presque toutes couvertes, et avec deux mille hommes de garnison, elle est en état de soutenir un long siège. C'est une des chefs du Portugal, du côté de l'Espagne»

O *Tratado completo de cosmographia, geographia-historica, physica e commercial...* por J. P. C. Casado Giraldes, volume primeiro, Paris, MDCCCXXV, faz a seguinte referênciã: «... o forte de Lippe he quasi inconquistavel».

A *Chorographia moderna do reino de Portugal*, por João Maria Baptista, volume V, Lisboa, 1876, diz que «este forte vem a ser a todos ós respeitos de indispensavel necessidade para Elvas»; e que «Elvas, fortes de Lippe e de S.<sup>a</sup> Luzia são em Portugal fortificações de tal ordem e importancia, que não po-

dem deixar de ser examinadas e estudadas por todos aquelles que se destinarem á difficil e sempre indispensavel arte da guerra».

Do extracto duma memória inédita do general de divisão José de Chelmicki, publicada na *Revista das Sciencias Militares*, vol. IX, 1889 e seguintes, diz se que «o principal defeito do forte da Graça é a sua pequenez, não precisando mais de 900 a 1000 homens de guarnição, nem acomodando mais de 1200 a 1500. Com a enorme despeza que se fez, podia-se ter augmentado a area. Assim o inimigo bloqueia-o, e tomando Elvas, a pequena guarnição do forte fica inofensiva; se bombardear Elvas, arruinará a propria cidade, pois o inimigo ha-de pôr a coberto as suas tropas nos quartéis actuais á prova ou melhor blindando alguns edificios.» E acrescenta: «O forte da Graça é um perfeito modelo em ponto grande, e poucos iguais ha na Europa: accumulou-se talvez em demasia todos os meios de defeza, segundo as ideias da epoca, mas com a artilharia moderna, mudando as condições da fortificação, é prejudicial o excesso de alvenaria; conviria muito substituir por maciços de terra toda a alvenaria acima do cordão tanto no recinto abaluartado, como nas lunetas e obra coroa, e bem assim baixar a parte superior do reduto central, que em caso de sitio, não se occupando a serra da Malefa, como obra destacada, havia de ser logo desmorronado pelas baterias inimigas, bem como as casas dos officiaes nos baluartes, como succedeu em Paris no ultimo cêrco, que todos os quartéis e mais edificios com alguma altura nos fortes de cintura, vistos da campanha, em poucos dias ficaram reduzidos a um montão de ruínas. Em todo o caso para que o Forte da Graça fosse tomado á força, o inimigo havia de perder muito tempo e com grandes sacrificios».

Referem-se tambem ao Forte da Graça:

B. S. Ribeiro Artur, numa série de artigos intitulada *A cidade de Elvas* e inserta no volume respeitante ao ano de 1877 de *O Universo Illustrado*, semanário de instrução e recreio que se publicou em Lisboa; *O Dicionario Popular*, de Manuel Pinheiro Chagas, 5.º vol., Lisboa, 1879, em artigo especial; o livro *Cidades de Portugal*, por José Augusto Correia, Lisboa, 1907; e o sr. Raul Proença, numa pequena descrição publicada no *Guia de Portugal*, 2.º volume — Extremadura — Alentejo — Algarve — Lisboa, 1927.

# APENDICE

---

## O CONDE DE LIPPE E O FORTE DA GRAÇA

Dum documentado artigo do sr. capitão Ernesto A. P. de Sales, adjunto á Biblioteca do Exército, publicado na *Revista de Artilharia*, 26.º ano (2ª série), n.º 51, Setembro de 1929, transcrevemos os seguintes trechos :

«Pela acção organisadora e forte disciplina do Marechal General Conde de Lippe, tornou-se o Exército Português, de 1762 em diante, um órgão capaz de corresponder ás necessidades da defesa nacional. Nessa árdua tarefa teve aquêle militar, justo é dizê-lo, auxiliares, estrangeiros uns, nacionais outros, que tornaram possível, em tempo relativamente curto a obra da reorganização militar de Portugal.

«Havia ao tempo no nosso exército officiaes de competencia e saber, que da melhor boa-vontade cooperaram com o Marechal General nêsse esforço cujos resultados perduraram ainda alguns anos; de entre êles destacamos — Guilherme Luiz Antonio de Valleré, Cristiano Frederico Veinholtz, Francisco Mac-Lean, o Marquês do Lavradio, Teodoro da Silva Reboxo, o Conde da Ponte, etc., etc.

«A acção dirigente do Conde de Lippe no nosso exército quasi se fez sentir até á queda do Marquês de Pombal, que em poucos meses procedeu a morte daquêle entre nós benemérito General. As relações entre Portugal e Espanha, que por vezes chegaram a ser tensas, como em 1765 e de 1775 a 1777, em razão dos questionados limites do sul do Brazil, obrigavam Portugal a estar á alerta e precavido. Demitido o Marquês de Pombal, e morto o Conde de Lippe, faltou ao exército português o alento e o saber daquelas duas primaciaes figuras.

«Os ministros de D. Maria I, absorvidos pela obcecação de destruirem a obra de Pombal, breve esqueceram o exército e dentro em pouco transigiam, sabe Deus como, perante as exigências da Espanha, aceitando os preliminares do tratado que se assinou em 1 de Outubro de 1778.

«Entre os documentos que poderíamos citar referentes aos

aludidos cooperadores do Conde de Lippe, apontaremos aqui apenas os seguintes, extraídos dos códices n.ºs 4.514 e 927 dos reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa.

«A fls. 1 daquêl primeiro códice (que não tem titulo) encontra-se o traslado em português de uma carta que o Conde de Lippe dirigiu em 1763 ao coronel Valleré, para Extremoz, e que é como segue: — « Monsieur. Recebi as duas ultimas de V. S.<sup>a</sup>. Fico muito satisfeito do disvelo que V. S.<sup>a</sup> continúa a ter para pôr em movimento a Escola e a Disciplina. Tenho a honra de lhe remeter inclusa a forma do Novo Estabelecimento para os Regimentos de Artilharia, e para as Aulas, traduzido em Portuguez, e de modo que S. M. foi servido aprová-lo; e de caminho tenho a satisfação de o poder informar que o dito Senhor considera a V. S.<sup>a</sup> como estando no caso dos soldos dobrados, de que se faz menção no artigo das gratificações a favor daquêles que se distinguem pela sua applicação e pela sua sciência; de modo que de hoje em diante cobrará V. S.<sup>a</sup> da Tesouraria Geral de Elvas, 68\$000 por mez em lugar de 34\$000. Encomendo-lhe muito instantemente os reparos de nova invenção como um objecto dos mais importantes. Aqui se devem fundir peças pequenas de 3.

«Tenho a honra de ser, com os seus sentimentos da maior distincção, Monsieur, servidor muito humilde e obediente de V. S.<sup>a</sup>, — *O Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General.* Pedrouços, 10 de Agosto de 1763.»

«Este traslado acha-se autenticado pelo secretário do Conde de Lippe em Portugal, Miguel de Arriaga Brum da Silveira; a seguir a êste traslado vem a carta original em francês (docum. n.º 2), com um *post-scriptum* bastante extenso, em que o signatário faz a Valleré diversas recommendações àcerca do tiro de artilharia, dos cuidados a haver antes de fazer fogo, etc., etc.

«O documento n.º 6 do códice a que nos estamos referindo é um *memorandum* que o Conde de Lippe, quasi em vespéras da sua partida para a Alemanha, deixa a Valleré; começa desta maneira — «Je joins ici le plan du Fort de Lippe qui servira de direction pour la continuation de la construction suivant l'indication des hauteurs, dimensions, directions, épaisseur, taluds et excavations des murs, voûtes, et fossés déjà exécutés... J'ai laissé entre vos mains á Elvas un projet de Parc d'Artillerie de Campagne. Il est très nécessaire de proceder incessamment à la construction d'un certain nombre de charriots à porter munitions suivant les principes suivants :... » (*Seguem-se pormenorizadamente as particularidades de construção das ditas viaturas, sua capacidade, disposição dos eixos, etc., etc.*). E, ao terminar, recommenda: «Il conviendra que vous partageiez vos

soins entre les occupations de votre Regiment, (a) la construction du Fort, et les preparatifs du Parc.»

«Este *memorandum* é datado do Bom Sucesso aos 16 de Setembro de 1764 e tem também um *post-scriptum* com a seguinte recomendação: — «Le plan du Fort de Lippe ne doit absolument pas être communiqué à qui que se puisse être sans une permissions expresse de la part de S. E. Mr. Le Comte d'Oeyras »

«A transgressão desta ordem deu motivo a que um capitão de mineiros do Regimento de Artilharia de Lagos, Henrique de Castelo Novo, «culpado no repreensivel absurdo de introduzir estrangeiros no Forte de la Lippe, com graves presunções de obrar com sinistras intensões e indícios de se querer passar para o serviço de Castela», fôsse preso no forte de Santa Luzia e daqui transferido, por ordem do Conde de Oeiras, para a cadeia do Limoeiro em Fevereiro de 1766, resultando-lhe como castigo ser escuso do real serviço, e mandado abater ao efectivo do exército, o que se comunicou ao Governador das Armas do Alentejo, marechal de campo José Felix da Cunha, em 30 de Abril daquêlê ano.

«O outro códice a que já acima nos referimos, e que tem a cota n.º 927, é um in-fólio de 115 páginas manuscritas e mais 15 estampas desdobráveis, encardernado, tendo este titulo: — *Compendio das diversas obras que o Conde Reynante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos, que foi de Sua Magestade Fidellissima, remeteu ao Brigadeiro Christiano Frederico de Weinholtz para serem traduzidas na lingua portuguesa, e entregues a esta Corte.* — »

«Aqui deixamos estes ligeiros elementos de informação para poderem ser aproveitados por alguem que, um dia, num impulso de justiça e de gratidão nacional, queira fazer a historia completa da acção do Conde de Lippe no Exército Português, da acção desinteressada e patriótica dêsse vulto militar de quem Dumouriez disse: — «E' um principe amável, espirituoso, sabedor, valente e honrado, cheio de excelentes intenções, muito instruido na sublime arte da guerra, bom táctico e bom engenheiro; à frente dos Portugueses tornar-se-à um excelente general, e ganhará grande reputação se quizer, por sua própria glória, resolver-se a não os abandonar, regressando ao país para restabelecer o que está desornado, e aperfeiçoar a obra que iniciou com zelo e successo.» (b)

(a) *Era o Regimento de Artilharia de Extremoz.*

(b) «Etat présent du royaume de Portugal en l'année 1766.»

## AS LUTAS LIBERAIS

Tres dias depois da convenção de Evoramonte, a 30 de Maio de 1834, foi D. Maria II aclamada em Elvas como rainha de Portugal, quando o governo civil e militar da cidade estava ainda entregue a autoridades da confiança de D. Miguel.

Diz Pinho Leal que no dia immediato entrou em Elvas, sem resistência, uma divisão liberal e que houve então algumas vinganças e represálias, mas muito menos bárbaras do que noutras terras do reino.

Chaby, no vol. V dos *Excerptos historicos* escreve que o governador do Forte da Graça, Belchior José Garcez, combataente das lutas liberais, salvou então a vida de varios presos ali encerrados como pertencentes ao partido miguelista, presos que «alguns perversos ou desvairados, desconhecedores, quiçá, dos perigos do combate, pretendiam indignadamente assassinar».

Assevera-se que as joias da Corôa, que estavam na posse de D. Miguel, foram guardadas no Forte da Graça. A tal respeito encontrâmos apenas a seguinte referência nas *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna, D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto, ditadas por êle proprio em 1861, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, parte quinta e sexta (1833 a 1842), Coimbra, 1929*:

«Devia chegar, dum momento, para o outro, á praça de Extremoz o Coronel Pedro Paulo, que era o Tenente-general Barão de Pernes, que ha pouco falleceu, com uma correspondencia do Marechal Saldanha para o Conde de Barbacena e mais outros chefes miguelistas, com uma ordem positiva dos Ministros do Regente para tomar conta dos numerosos e ricos diamantes pertencentes á Coroa que se achavam em deposito no Forte da Graça».

O coronel Pedro Paulo e o Marquês de Fronteira dirigiram-se a Elvas, onde a Infanta D. Izabel Maria irmã de D. Miguel, lhes disse que não havia receio de que os diamantes da Corôa se estraviassem, «porque estavam nas mãos de homens probos e honrados».

UMA VISITA DE D. PEDRO V  
V AO FORTE DA GRAÇA

Encontrando-se em Elvas, em 1860, visitou D. Pedro V o Forte da Graça, sendo governador do mesmo o brigadeiro Frederico Leão Cabreira. O jornal *A Voz do Alemtejo*, no seu n.º 7, de 24 de Outubro de 1860, descreve assim êste facto:

«Depois do jantar, Sua Magestade tinha-se dignado prevenir pessoalmente o ex.<sup>mo</sup> Conselheiro Frederico Leão Cabreira, General Governador do Forte de Nossa Senhora da Graça, de que no dia 19 (de outubro de 1860) pelas 6 horas da manhã visitaria aquella fortaleza.

«Com efeito no dia indicado e hora partiu o Augusto Soberano do palacio episcopal em que se achava alojado, acompanhado pelo Serenissimo Senhor Infante D. João e por toda a côrte, assim como pelos Ex.<sup>mos</sup> Conde do Bonfim general comandante da divisão, brigadeiro Silveira Pinto governador de Elvas, brigadeiro graduado Manços, comandante dos engenheiros da mesma divisão, e outros officiaes e pessoas distintas que quizeram ter a honra de aoompanhá-lo.

«Iam na frente do real cortejo dois officiaes do Estado Maior servindo de batedores e uma força de cavalaria como guarda avançada, e na rectaguarda dois esquadrões da mesma arma, salvando esta praça quando sahiu d'ela.

«O ex.<sup>mo</sup> brigadeiro Cabreira, governador do Forte, com o ill.<sup>mo</sup> tenente-coronel Ripado, e mais officiaes do respectivo estado maior, esperavam a Sua Magestade em devida fórma á entrada da primeira barreira da estrada coberta, e logo que o excelso Soberano ali chegou teve a honra o mesmo ex.<sup>mo</sup> governador de proceder á entrega das chaves do forte, recitando de cor a seguinte breve alocução :

«Senhor! — Na qualidade de governador deste Forte, ou para melhor dizer deste importante e perfeito modelo de fortificação, e cumprindo o mais grato dos deveres deste cargo, eu tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade, com as chaves deste mesmo Forte os mais puros protestos de verdadeira dedicação, constante respeito e alta lealdade de toda a sua diminuta guarnição. Esta guarnição, Senhor, é composta de portuguezes e os bons portuguezes tiveram em todos os tempos por seu maximo interesse o interesse da sua patria, e por sua maxima gloria a gloria dos seus augustos Soberanos.

«Orgulhosos por ser Vossa Magestade o nosso actual Soberano, e por vermos em Vossa Magestade concentradas todas as altas virtudes que transluziram nos inclitos herois, seus Augustos progenitores, não podemos deixar de fazer, como fazemos, constantes votos ao ceu pela conservação da preciosa vida de Vossa Magestade, e de toda a sua Real Familia, com infindas prosperidades; bem certos de que as prosperidades de Vossa Magestade farão constantemente florescer e prosperar esta sempre heroica monarchia».

«Sua Magestade, conservando-se a cavallo, dignou-se ouvir atentamente a mesma alocução á qual teve a bondade de responder em breves termos com aquella alta e eloquente benevo-

lencia que brilha em todos os seus regios actos e discursos; dizendo em resumo — que o ex.<sup>mo</sup> governador deveria conservar em seu podêr as mesmas chaves em prova da confiança quando aquele cargo lhe foi confiado.

«Em seguida apeou-se Sua Magestade e todo o Real cortejo, e guiado pelo mesmo governador se dirigiu á formosa capela do forte onde fez oração a Nossa Senhora da Graça, padroeira do mesmo Forte, e que já o era daquela localidade antes de ser fortificada. A capela achava-se decorada com a possível magnificencia, devido principalmente ao zelo do muito digno capelão o rev. padre Antonio Joaquim da Assunção Cruz, que com as devidas vestes sacerdotaes, esperou Sua Magestade á porta principal da mesma capela para ter a honra de lhe apresentar o hissope na forma do estilo. Concluida a oração passou o excelso monarca a examinar em sua totalidade o complexo das obras do mesmo forte, subindo para isso ao pavimento principal da residencia dos governadores, e pouco depois ao observatorio que sobre ele existe, donde se descobre um vasto horizonte oferecendo as mais agradaveis e variadas vistas. Alí se demorou mais de meia hora, falando com diversas pessoas sobre varios objectos dos que se apresentavam á vista; descendo depois ao pavimento inferior, e passando a percorrer os teraplenos dos baluartes e cortinas da magistral, com seus flancos casamatados.

«Terminado este giro passou Sua Magestade a visitar alguns dos paiços do Forte e os armazens do material de artilharia, e ultimamente os quartéis ou casas matas que servem de alojamento aos destacamentos do 2.<sup>o</sup> regimento de artilharia e 17 de infantaria, que constituem aquella diminuta guarnição; o que tudo se achava no devido arranjo e ordem.

«Depois desceu ao fosso da magistral, e entrou na vasta e completa galeria de contra minas da contra escarpa percorrendo parte dela; e em seguida regressou ao fosso, e subiu á estrada coberta, da qual percorreu grande parte, demorando-se em varios pontos salientes donde melhor se descobria a campanha.

«Alí deu o excelso monarca por finda a sua real e sempre lembrada visita; e dirigindo-se á porta principal do Forte, seriam nove e meia horas da manhã, montou a cavallo e regressou a esta praça com toda a côrte e acompanhamento na mesma ordem com que para lá se dirigira.»



20

II

2



## Í N D I C E

Introdução . . . . .	pag. 7
I — Situação topográfica . . . . .	> 9
II — A paisagem . . . . .	> 13
III — Antecedentes históricos:	
Quando da conquista de Elvas aos mouros . . . . .	> 17
Uma ermida reedificada pela bis- avó de Vasco da Gama . . . . .	> 23
A batalha das Linhas de Elvas . . . . .	> 24
IV — A evolução histórica e militar de Elvas:	
Nos tempos antigos . . . . .	> 37
No período de organização da na- cionalidade . . . . .	> 41
Do século XV á dominação fili- pina . . . . .	> 47
Durante as guerras da Restauração . . . . .	> 49
Nos principios do século XVIII . . . . .	> 57
V — O Conde de Lippe . . . . .	> 63
VI — A construção do Forte de Lippe . . . . .	> 77
VII — Descrição do Forte . . . . .	> 95
VIII — Alguns factos históricos:	
As invasões francesas . . . . .	> 117
No periodo das lutas liberais . . . . .	> 128
IX — Governadores do Forte . . . . .	> 135
X — Conclusão . . . . .	> 139
Apendice:	
O Conde de Lippe e o Forte da Graça . . . . .	> 143
As lutas liberais . . . . .	> 146
Uma visita de D. Pedro V ao Forte da Graça . . . . .	> 146

# INDICE DAS GRAVURAS

## Fóra do texto

*Elvas e o Forte da Graça vistos do Forte de Santa Luzia*

*Conde de Lippe*

*Valleré*

*Reduto e residência do Governador*

*Porta do Dragão*

*Porta interior*

*Magistral e Baluarte da Malefa*

*Muralhas*

---

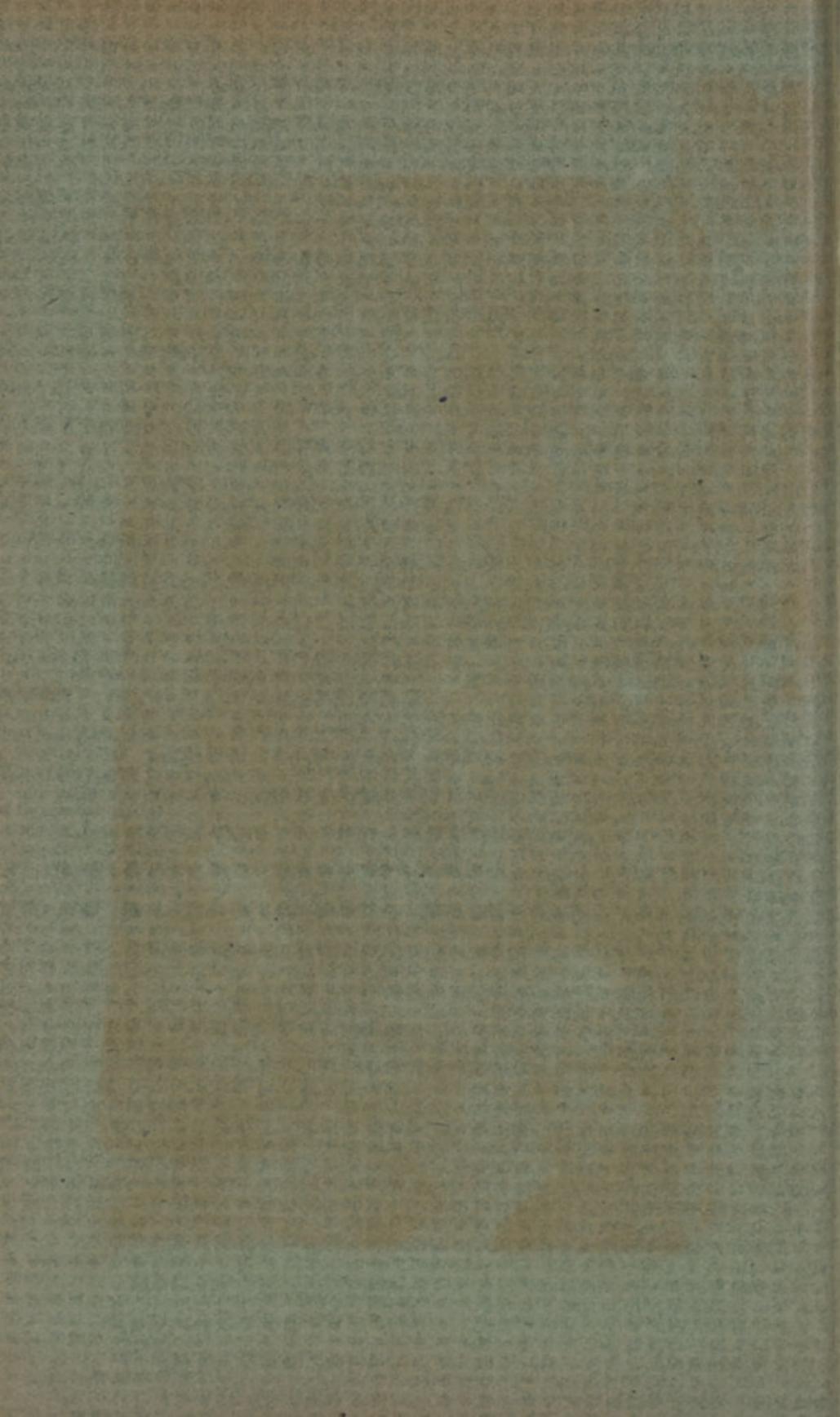
<i>Brazão de armas da cidade de Elvas . . . . .</i>	<i>pag. 42</i>
<i>Fac-similê da assinatura de Lippe . . . . .</i>	<i>&gt; 71</i>
<i>Idem da assinatura de Valleré . . . . .</i>	<i>&gt; 81</i>

---

## Erratas

*Entre outras, de ~~somenos~~ importância, a linha 15 da pag. 45, «1881», por «1381».*







RÓ  
MU  
LO

CENTRO CIÊNCIAS VVA  
UNIVERSIDADE COIMBRA



\*1329702624\*

